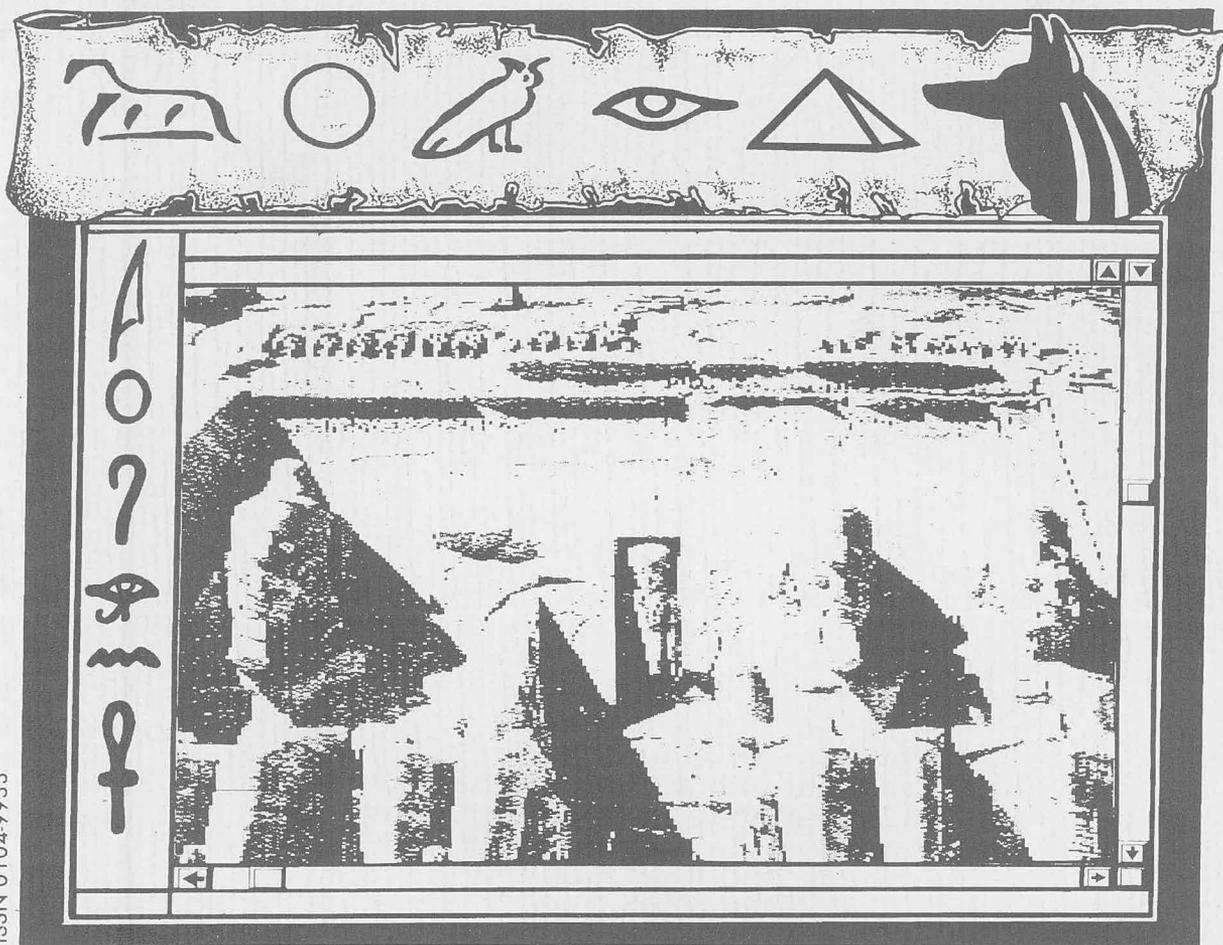


LOGOS

COMUNICAÇÃO & UNIVERSIDADE



ISSN 0104-9933

TRANSDISCIPLINARIDADE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

3

Editorial

Transdisciplinar(izando)...

Resgatando um Elo Civilizacional: o Egito como acrópole de uma cultura transdisciplinar e expressão artística

SUMÁRIO

Artigos

- A Informação Fotográfica na Produção de Augusto Malta 04
Ricardo de Hollanda
- Cibernética e Sociedade numa Abordagem Holística 07
Manoel Marcondes Machado Neto
- A Atualidade do Pensamento de Alvin Toffler e Marshall McLuhan: ondas globais como extensões do homem 11
Angela de Faria Vieira
- É Possível Falar em Imagem de Marca de País? 16
José Henrique de Carvalho
- João do Rio e a Pobreza na Cidade: uma leitura de *A Alma Encantadora das Ruas* 19
Denise da Costa Oliveira

Comunicações

- Fac-símile do Ato Executivo de Decisão Administrativa (AE-031/Reitoria/95) de 15/08/95
Cria o Programa de Memória em Comunicação/Revista LOGOS..... 22

Intercâmbio

- Um Comunicador/Educador Sob Medida: o profissional da cultura 23
Nelly de Camargo
- Políticas de Comunicação da Igreja: rumo ao ano 2000 29
Ismar de Oliveira Soares
- Educar em Nosso Tempo: o desafio pós-moderno e a pedagogia da ação comunicativa 34
Marco Silva
- Ética Existencial em Jean-Paul Sartre: o homem e a moral da liberdade 38
Cléa Gois e Silva

Iniciação Científica

- Conhecimento, Cultura e (Pós) Modernidade: a contribuição da iniciação científica
para os bacharelados de comunicação social 40
Angela de Faria Vieira e Denise da Costa Oliveira
- Van Gogh: um pintor operário no berço da civilização 43
Cathérine Vieira

Sala de Aula

- Um Revisitar Metodológico das Humanidades da *Ratio Studiorum*:
a arte da expressão para uma pedagogia transdisciplinar 45
Angela de Faria Vieira
- Ensino em Turismo 48
Sarah Bacal

Espaço do Ex-Aluno da FCS/UERJ

- História em Quadrinhos e Sociedade: uma estreita relação 50
Marcelo Zikan

Editorial

"O século XXI será holístico, ou não será"

(Carta de Brasília, março/87 In CREMA, R. p.15)

A crise das cosmovisões construídas por uma racionalidade cartesiano-newtoniana é indicadora da urgência da análise de novos paradigmas para o enfrentamento da crise global que atinge a humanidade.

A difusão de uma concepção *holoepistemológica*, como sustenta a psicóloga francesa Monique Thoening desde os anos 80, cresce rapidamente e indica a importância do entrelaçamento entre ciência e consciência a fim de reintegrar conhecimento e ação humana.

É o físico Basarab Nicolescu quem lidera a abordagem da transdisciplinaridade, num empenho de revisitar a visão integrada dos pré-socráticos. E tal perspectiva unitiva identifica o encontro histórico da ciência com a filosofia, com a arte e com a tradição (espiritual).

Pensadores notáveis alardeiam a holística (do grego, *holos*, totalidade) encorajando a derrubada de compartimentações em benefício de uma nova ciência da cognição com vivência transpessoal, encontramos: *Roberto Crema, Pierre Weil, Fritjof Capra, José Ângelo Gaiarsa, Carl Rogers, Viktor Frankl, Michel Rando, Ubiratan D'Ambrósio, Krishnamurti, Roger Garundy, Jean-Yves Leloup, Alvin Toffler, Hilton Japiassu, R. Iagore, Teilhard de Chardin, Sri Aurobindo, Abraham Maslow, C. Jung, Lama Govinda, R. Buckminster Fuller, Stéphane Supasco, Joseph Pearce, Carlos Castañeda, Magohah Murayama, Angelus Silesius, Stanley Krippner, Brian Swimme, Jean Charon, Szent-Gyorgyi, Lancelot Whyte, Prigogine, Arthur Koestler, Murayma, Lao-Tsé*, entre outros. Cada um dos intelectuais enumerados pontuou no decorrer da sua trajetória reflexiva a questão crucial da evolução da consciência humana num mundo de *transitoriedades*.

Assim indicando, a idéia de **transdisciplinaridade** se constrói no encontro da ciência com a tradição, edificando *"...um sistema de aprender o aprender, que sustenta o florescente movimento holístico mundial"* (CREMA, R.).

Eis o **tema dorsal** do presente número da Logos, que, organizada com temáticas diversas apresenta-se com um viés de conexão das diversificadas representações retóricas.

"Trans"... para além do disciplinar num campo de intercessões e conexões plurais: a socialidade no espaço acadêmico, a globalização, a mundialização, o devir contemporâneo, a proximidade e a solidariedade no "mundus"; o simbólico-antropológico; o etnológico e o sagrado; o mitológico e o imaginário; a territorialização semiológica; o cotidiano, o familiar e/ou grupal; o geográfico, o espacial, o urbano e as qualidades (ou atributos) de um enraizamento social; a idéia de harmonia social num "socius" do conflito, plural e dinâmico; as estruturas ou bases da vida comunal na organicidade ritualística; a cosmogonia; "a geometria do espírito", "o novo espírito científico", o trágico, o determinismo, a metafísica; a moral, o cinismo, o teatral, as metáforas poéticas, retóricas, mundanas; a imagem, as expressões, o verbo; deísmo, afeto, paixão... o jogo das regras, da codificação, das evocações; o tempo... **a dimensão das representações**, eis por onde vamos transitar com densidade cognitiva e memória histórica. ■

Transdisciplinar(izando)...

Revisitando um elo civilizacional: o Egito como acrópole de uma cultura transdisciplinar e marco de tradição artística

“Não olhar de alto para baixo príncipes e funcionários e não confraternizá-los. Mostrar parcialidade é sacrilégio; este é o princípio: comporta-te do mesmo modo com quem conheces e com quem nunca viste; assim progredirás no teu cargo. Não te irrites injustamente contra ninguém; deixa que te temam, porque a autoridade só é tal para quem teme, mas só porque se sabe que tu fazes justiça”

(Ao sábio vizir PTAHOTEP, Ministro da Justiça, Pilar dos Dois Países. Trecho de um texto de cerimônia de Posse, indicando o que um rei esperava de um grande Coordenador. Dinastia V. In MELLA, Federico A. Arborio. O EGITO DOS FARAÓS: História, Civilização e Cultura. SP, Hemus, 1981. p.92)

Exploradores de todos os tempos: estudiosos, pesquisadores, docentes interessados diversos, de campos diferentes do saber convergem o seu “olhar” para as sociedades antigas rastreando experiências seculares de cultura, de vida humana.

Ao visitar o Egito antigo, por exemplo, é possível perceber o empenho ou o desejo do homem de aprofundar o seu conhecimento sobre os fundamentos da sua realidade histórica, cultural, comunicacional, enquanto existência ou ente crítico criativo, num esforço, talvez, de repensar a perspectiva da sua condição como pessoa num conjunto de iguais, entendido como a Humanidade.

As evidências arqueológicas de uma complexa civilização com mais de 3000 anos de história, aponta uma longa caminhada humana, em cuja longevidade cultural impressionante, encontra-se, em grande parte, o fascínio contemporâneo explicitado em incursões documentais e intelectuais de excelência científica, inclusive.

Examinando um quadro comparativo das civilizações: Persa - Egípcia - Mesopotâmia - Cretense - Micênia - Grega, o que avulta, de imediato, aos olhos (hodiernos) é a capacidade do homem de **manifestar a sua criação**: seja como sistema societário, num modo de vida organizado (com seus mitos, atavismos, religiosidade e sistemas sócio-econômico-políticos para a sobrevivência do grupo), seja como **expressão lúdica** da percepção ou apropriação da realidade a qual pertencia; encontramos, então: a arte ou a pré-arte primitiva em grafismos, relevos, pinturas, objetos de adorno ou decoração, estelas comemorativas de eventos, cártulas com inscrições, papiros, sinetes, mosaicos, cerâmicas, e em tudo é possível identificar uma **mensagem** acerca da vida, da morte, do culto além túmulo (a vida eterna), enfim, a cultura de então, cujo **repertório** milenar (ou secular, como já fora dito) se consubstancia numa **imagem** (pode-se dizer: altamente ritualística) **original**, inusitada, provavelmente, única, para a produção daquela época.

O EGITO fora uma dádiva do Nilo. Expressão quase tão antiga quanto a civilização. Mas há quem a considere, mais precisamente, como “*uma civilização do Nilo*”, distinguindo-a das costumeiras classificações ou tipologias de sociedades conhecidas. Tal enfoque valoriza, sobremaneira, a cultura egípcia como vanguardista, pioneira, de uma rica e complexa cultura, que a História não teria conseguido reeditar ou superar no transcurso do registro do mundo conhecido.

É inegável o talento, a maestria, o potencial heurístico e transdisciplinar das representações daquela antiga acrópole de mistério, magia, simbolismo psíquico, de espetacular tecnologia da engenharia e da agricultura, de arte e erudição que tanto desafiam arqueólogos, e que na sua totalidade, firma-se como um marco de clarividência humana (em tão remoto período) e de inigualável expressão artística.

“*As sábias intuições dos velhos YISHIS da Índia, os Hierofantes dos Mistérios do Antigo Egito e de Elêusis, na Grécia Antiga, a profunda e paradoxal sabedoria taoísta da Velha China e também os mestres Zen do Budismo, os Sufis do Islamismo, os Profetas do Judaísmo, os Hescastes do Cristianismo, os Yogues do Hinduísmo, enfim, todos... anteviram e apontaram para esse... Universo holístico, agora penetrado pela Física dos confins do átomo.*” (CREMA, Roberto, 1988, p.53)

As civilizações que nos antecederam demarcaram no espaço da vida social, imagens ou expressões do talento de um *homem integral* que habitava a história e criava cultura com arte; sendo a manifestação artística uma síntese concreta do “holos” humano num desdobramento ou prolongamento da articulação criativa dos sentidos e habilidades do próprio homem.

O mundo contemporâneo ao revisitar os seus *fundamentos civilizacionais* reencontra-se com a totalidade da sua existência num confronto com a *experiência* dos seus ancestrais, esquecida no cenário das realidades virtuais pós-modernas. Suscitar ou evocar o imaginário coletivo de uma era histórica é recontextualizar *a vida*, rastreando referenciais *sagrados* do mistério de existir.

Editores

A Informação Fotográfica na Produção de Augusto Malta

Ricardo de Hollanda

As três primeiras décadas deste século, época em que Augusto Malta atuou como fotógrafo, foi um período muito particular da afirmação da fotografia. O fotodocumentarismo, o fotojornalismo, e o fotoensaísmo, eram as manifestações mais concretas que existiam.

Naturalmente, esse período de efervescência influenciou, de algum modo, o trabalho de Malta, que, no início, não possuía, em sua nova profissão, maturidade suficiente para entender o significado e a importância da fotografia, como um instrumento relevante de registro social.

É certo que Malta não apresentou em toda a sua produção, o refinamento e o virtuosismo técnico de Marc Ferrez, fotógrafo que, além de sólida formação artística, possuía conhecimentos de química fotográfica, o que contribuiu para o tratamento primoroso de suas imagens acabadas.

No entanto, Malta apresentou um caráter nitidamente inovador ao construir um trabalho que vai além da sua missão oficial de documentar casas e bairros condenados pela prefeitura, festas oficiais, prédios públicos — escolas, museus, ministérios etc.

Sabemos que desde o século passado a cidade sempre foi um motivo constante para o registro fotográfico, mas no caso de Malta a cidade foi dissecada em todas as suas faces, por um modo peculiar de ver cada assunto registrado. Ele teceu uma rede de imagens sobre a cidade do Rio de Janeiro, procurando captar suas nuances, através de hábitos e costumes de sua gente.

Esta característica, já percebida no conjunto de imagens que produziu na gestão de Pereira Passos, foi se cristalizando na medida em que o seu trabalho se desenvolvia na experiência diária.

São imagens informais, apreendidas nas ruas, onde o flagrante estava quase sempre presente. Por exemplo, na documentação sobre o entorno que envolve a rua Acre, rua da Alfândega e rua da Ajuda, existe uma cena em perspectiva. No primeiro plano, uma menina olha para a câmera. É um olhar curioso, bem infantil, enfatizado pela

própria luz difusa. Em frente, a família toda na sacada está fixada na câmera de Malta. Trata-se de uma fotografia com características sociais, pois percebe-se, pelo enquadramento de Malta, que a sua intenção em retratar a família e a menina era outra, muito mais que a simples documentação de uma rua e de um casario que poderia vir abaixo.

Outra cena, na mesma área, apresenta, em primeiro plano um homem correndo — sem nitidez, porque as velocidades de obturador não eram capazes de congelar um movimento com perfeição —, crianças brincando e dois homens de terno e chapéu próximos ao armazém. Com exceção do homem que corre, todos estão voltados para a câmera, e Malta, mesmo assim, faz o registro.

Esta singularidade nas fotografias demonstra a intencionalidade em captar a vida e a dinâmica diária dos habitantes da cidade. Não importava se a missão era a de fotografar os logradouros e bairros condenados pela prefeitura. Para ele, o espaço urbano era fundamental para o registro das relações espaciais, das relações de convivência e dos costumes.

Dentro dessa concepção, a imagem fotográfica apresentava uma naturalidade. Malta documentava o essencial, sem interferências na produção de suas imagens. Por isso, as fotografias são plenas de informação, facilitando a interpretação da cena fotográfica.

No caso de Augusto Malta as fotografias são intuitivas e desprovidas de recursos que interfiram em seu sistema de informações. Assim, quando vemos uma cena da rua da Alfândega em perspectiva longa com alguns homens se movimentando na calçada, sugerindo um deslocamento pelo uso de baixa velocidade do obturador, podemos deduzir que houve uma intenção de puro registro, refletindo o cotidiano social.

Malta poderia ter produzido suas imagens de modo diverso, com as ruas, esquinas e bairros desprovidos de gente. Para o estudo que o prefeito precisava, a fim de executar as demolições, este tipo de registro era o suficiente.

Isto pode confirmar a tese de que Malta também se preocupava com o modo de ver, para poder transmitir outras informações, além das que eram encomendadas.

O conjunto de imagens fotográficas sobre as ruas do Rio de Janeiro apresentava, na maior parte dos casos, tipos humanos. São crianças, operários, mulheres e senhores de terno que desfilam por essa galeria de fotografias que representa um verdadeiro painel de personagens característicos da vida carioca na época.

Desde cedo, Augusto Malta percebeu que a fotografia podia ser um meio de documentação social e, por isso, talvez, tenha se antecipado na maneira de interpretar e produzir seu trabalho. Um dos exemplos mais notáveis é a série sobre os quiosques, construídos no século passado e considerados obstáculos à modernização da cidade, não só pela sujeira que provocavam mas, principalmente, pelo tipo de freguesia que atraíam: desocupados e mendigos.

O resultado é um verdadeiro ensaio fotográfico sobre o tema, um retrato dos quiosques e seus frequentadores. É uma galeria de personagens humanos que posam para ele em meios planos e grandes planos. Nesta documentação, Malta tenta posicionar cada quiosque na geografia da cidade (a foto oficial), mas vai adiante quando se aproxima e capta instantâneos e flagrantes das pessoas bebendo alegres e posando com prazer para a câmera do fotógrafo.

Percebe-se, então, que os quiosques não eram apenas centros de convergência de desocupados e mendigos. Para lá também ia toda a sorte de biscateiros e trabalhadores (operários), identificados em sua origem, pela indumentária que trajavam: eram os imigrantes portugueses que se misturavam com a população pobre para se divertir na bebida.

Os quiosques resistiram pouco tempo, e foram demolidos para dar lugar a uma nova paisagem urbana no centro do Rio de Janeiro, durante o governo de Pereira Passos.

Foi uma das primeiras documentações de Malta e das mais significativas, pelo conteúdo social e antropológico, sintetizada em pouco mais de cem imagens.

Com essa fidelidade na informação, que ele desenvolvia intuitivamente, o Rio de Janeiro, durante três décadas, foi alvo dos mais diversos registros no campo visual. Qualquer assunto que precisasse ser detalhado ou documentado era motivo para que Malta exercesse o perfeccionismo que

sempre esteve presente no desenvolvimento do seu trabalho.

Em uma entrevista, concedida em 1936 ao jornal O Globo, dizia:

"... uma obra como aquela, um homem como aquela, não mereciam a falta de respeito de uma "tapeação". Entusiasmado dediquei-me de corpo e alma à nova função. Diante do nada de fotografia que eu sabia esforcei-me para conquistar o muito que agora sei. Embora uma função secundária e lateral, eu me orgulhava em dar minha cooperação para a glória da grande obra. Ella precisava de uma documentação fiel e indiscutível que só as boas fotografias poderiam proporcionar."

Sem dúvida, esse depoimento explica o raciocínio de Augusto Malta e sua convicção em produzir um trabalho documental pleno, com a finalidade de transmitir o máximo de informações.

Um outro exemplo, em sua obra de fotógrafo, é o desmonte do morro do Castelo, ocorrido entre 1921 e 1922, na administração do prefeito Carlos Sampaio, época em que já estava plenamente amadurecido em seu ofício. Ele percorre, durante um ano, as obras do desmonte, registrando as atividades dos operários, retratando os grupos de trabalho e produzindo panorâmicas sobre o morro do Castelo.

Muitas dessas cenas fotográficas apresentam formas sutis de luz, com baixas luzes em contraponto a altas luzes, sendo que, em alguns momentos, pela densidade nos contrastes, as imagens ficam carregadas de dramaticidade, ressaltando o árduo trabalho dos operários.

Ao documentar essa obra extensa, Augusto Malta produziu um trabalho ensaístico de alto nível, onde podemos perceber o seu modo de ver como fotógrafo, como fotopercepcionista, como fotopercepcionista, como fotopercepcionista.

Na visão de fotopercepcionista, Malta procura as minúcias e os detalhes no cotidiano da cidade, na busca de fatos visuais que possam configurar um fato noticioso (no jargão da imprensa moderna) e, muitas vezes, também, furo jornalístico (no caso da visita da esquadra americana no Rio de Janeiro). Esse olhar de jornalista acompanha toda a obra de Augusto Malta, e se desdobra em outros modos de ver, pela intensidade e paixão com que se entrega à atividade de cronista visual de sua cidade.

Naturalmente, sua sensibilidade e percepção mudam à medida que observa e fotografa. As relações do homem comum com a cidade, o seu comportamento, a indumentária, a diversão, entre outras tantas atividades coletivas, são registradas regularmente, e

caracterizam uma forma de utilização da câmera fotográfica sob o ponto de vista do sociólogo.

Essa postura fica evidente, por exemplo, no ensaio fotográfico sobre as prostitutas e no caso particular no desmonte do Morro Castelo.

A simples tarefa de registro do desmonte do Morro Castelo serviu para que fosse demonstrada a dramaticidade durante a retirada dos moradores do morro, no momento em que, agarrados a seus pertences, deixavam para trás as antigas moradias.

A relação espacial da cidade com a sua arquitetura antiga e a nova, que estava sendo implantada, também é motivo para a produção de grandes panorâmicas por Malta. Acredita-se que ele tenha produzido cerca de quatrocentas chapas de vidro panorâmicas, demonstrando o seu olhar de urbanista.

São imagens em grandes planos, com o distanciamento necessário para caracterizar as relações do espaço territorial das edificações com as ruas existentes.

Augusto Malta não deve apenas ser visto como precursor do fotojornalismo no Brasil. Ele também desenvolveu o ensaio fotográfico, que anos mais tarde teria o seu apogeu nas revistas ilustradas da década de 60, notadamente a revista Realidade.

A cobertura do desmonte do Morro do Castelo, do carnaval carioca (durante vários anos), da própria cidade (da zona sul à zona oeste), de personalidades, incluindo artistas, políticos, comerciantes, profissionais autônomos, artesãos e trabalhadores, entre outros temas, possibilita a qualquer estudioso perceber a extensa e monumental obra de Augusto Malta e sua importância para a história da cidade, durante as três primeiras décadas do século XX.

Em suas fotografias, podemos entender integralmente, o Rio de Janeiro, quer pelos personagens humanos, pela paisagem urbana integrada à paisagem natural, pelos costumes e atividades sociais. O seu olhar era múltiplo e, por isso, encontramos em sua extensa produção momentos em que agia como fotopercepcionista, como fotopercepcionista e como fotopercepcionista, gerando um universo de informações fértil para o pesquisador e estudioso.

Podemos considerar o percurso de Malta oposto ao que foi feito pelos outros fotógrafos.

Ele não começou pelas panorâmicas e nem pela documentação dos costumes na vida carioca. Contratado pelo governo, fotografava o que lhe era determinado, com o objetivo, em geral, de atender aos projetos que visavam mudanças na arquitetura da cidade.

A partir desse caminho, foi desenvolvendo pequenos desvios, provocados pelo intenso exercício visual diário, que exercitava com paixão sobre a cidade. Desse modo, Augusto Malta acabou por se transformar num cronista visual, observando e registrando tudo que julgasse importante, não só para o presente mas para futuras gerações.

Não é exagero afirmar que em sua obra isto fica claro, tanto pelas observações em relação ao conjunto de imagens quanto pela organização que impunha em seu trabalho de documentarista. Este cuidado na cobertura dos acontecimentos, oficiais ou não, da cidade, foi que lhe permitiu a possibilidade de contar a história do Rio de Janeiro.

"... as fotografias permitem contar sua própria história espontaneamente. Isto em geral faz jorrar um fluxo de informação sobre personalidades, lugares, processos e artefatos..."

O fato é que pelas imagens desse fotógrafo obtém-se um universo de informações de tal ordem que a cidade do Rio de Janeiro é vista em seu recorte urbanístico, através de panorâmicas registradas em volta da cidade, e com planos gerais que se estendem desde a zona sul até a zona oeste.

O Rio de Janeiro, assim documentado, serve de referência para estudos de arquitetura e urbanismo. A organização sistemática na produção de negativos (a cada imagem ele riscava no negativo o número seqüencial), permite que se tenha acesso às informações da evolução natural da cidade, observando-se as intervenções feitas durante a passagem de diferentes governos pela prefeitura.

Os fotógrafos, na mesma época, Lewis Hine e Jacob Riis, documentavam os guetos de New York, desenvolvendo o ensaio fotográfico social, enquanto Augusto Malta olhava uma cidade que se modificava e embelezava. Dentro desta ótica ele buscava captar o que era característico na paisagem, nos prédios, nas pessoas, no comércio, na indústria, nas personalidades, nos artistas, nos passeios, no *footing* nas calçadas do centro.

Não se pode dizer, entretanto, que o trabalho de Malta revele qualquer intenção de denúncia social. Em suas fotos também há a pobreza, mas ela é circunstancial no conjunto das imagens. Sob o ponto de vista da plasticidade, sua obra se apresenta sem interferência de enquadramento, mantendo, porém, um impacto visual.

Em suas documentações, Augusto Malta utilizava os meios planos e planos gerais, exceto quando fotografava as personalidades da cidade (políticos, artistas etc.) ou o carnaval, quando utilizava os *close*s. Esse

■ ARTIGOS

distanciamento sugeria uma neutralidade na informação, diversa daqueles fotógrafos que atuaram em New York.

Com o tempo, sua produção se tornou tão significativa, que passou a traduzir um conhecimento efetivo sobre o Rio de Janeiro, no princípio do século.

Entre os registros mais curiosos e divulgados, existe uma seqüência produzida durante a vinda da esquadra americana, em 1908. Augusto Malta documenta no antigo Beco da Pouca Vergonha (atual rua Vinte de Abril) marinheiros americanos conversando com prostitutas, através de venezianas nas janelas. Um dos marinheiros, flagrado pela câmara do fotógrafo, investe contra ele que, mesmo assim, continua fotografando.

Esta seqüência é famosa e, certamente, inaugura a fotografia fotojornalística, pelo seu senso de oportunidade em criar o fato-notícia.

Esta documentação serve também como uma referência para tomadas e enquadramentos: inicialmente os meios planos do *footing* dos marinheiros, em seguida a aproximação para o meio *close* de dois marinheiros que estão de costas e conversam por trás da veneziana com as prostitutas e, quando o marinheiro se volta para Malta, é feita a última foto em *close*.

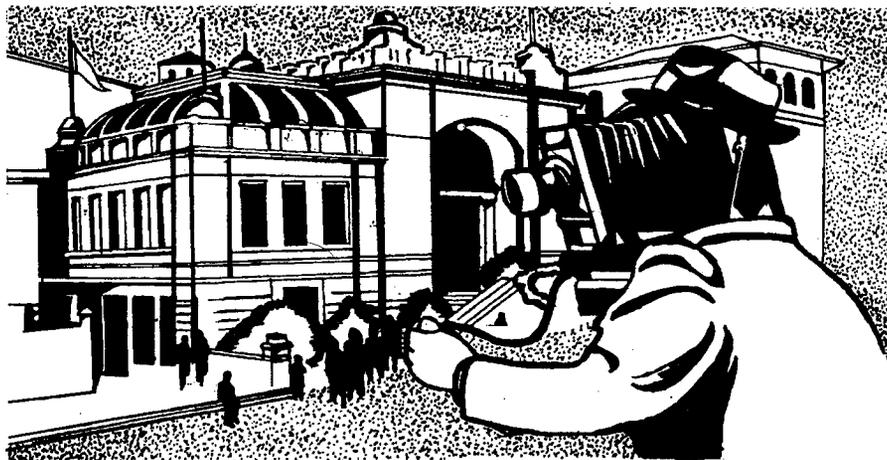
O movimento da câmara é articulado e organizado, com a intenção clara de transmitir informação do que era visto, com uma sensação de movimento.

Havia em Malta um nível de observação de tal ordem, que ele editava naturalmente suas imagens antes de produzi-las. Isso fica claro, principalmente quando observamos uma coerência nos enquadramentos e na forma como tratava os temas, que eram registrados de forma sempre espontânea.

Talvez neste ponto resida o dado que opõe — de maneira significativa — os trabalhos de Malta e Lewis Hine, pois o que o fotógrafo americano procurava documentar eram as condições de vida dos mineiros, dos imigrantes, dos trabalhadores desempregados e das demais vítimas da Depressão Americana, no começo do século.

Hine estava em busca de algo mais em suas fotos, além da simples fixação fotoquímica: as crianças que ele colocava diante da câmara eram cuidadosamente trabalhadas, despojadas de seus traços infantis e mesmo de suas marcas operárias. Isto quer dizer que, na chamada *straight photography*¹ de Lewis Hine, as pessoas eram arrumadas para a foto.

A maneira de fazê-las posar e representar-se a si mesmas dava-lhes uma dignidade de mártir.



Ao comentar sobre o trabalho de Hine, Arlindo Machado assinala:

“...essa diferença sutil certamente permitia aos oprimidos que posavam para a câmara triunfar sobre sua condição de vítimas. Mas por outro lado, a eliminação do mal estar causado pela pose ridícula implicava também a perda da contundência das fotos e a redução do trabalho enunciador a uma mera celebração dos valores plásticos (e morais) perpetuados por uma certa burguesia literal...”

Se situarmos a produção de Augusto Malta em relação às condições econômico-sociais da sociedade em que vivia, podemos perceber sua intensa criatividade, calcada na intuição e na espontaneidade. Nada era posado, e quando era — no caso de emigrantes portugueses no canteiro de obras da Praça da Bandeira — tinha um ar natural e livre. Este caráter documental sempre esteve presente em suas imagens, evidenciando o mínimo de interferência entre o fotógrafo e os que posavam. A objetividade fotográfica deste artista não encontrou, na época, qualquer semelhança com outro profissional, o que dava à sua produção um poder de credibilidade.

Ricardo de Hollanda

• Graduado em Jornalismo e Editoração e mestre em Ciência da Informação — IBICT-CNPq/UFRJ. Professor de Fotojornalismo da FCS/UERJ.

Nota

1. Estilo de fotografia muito desenvolvido em New York, em que a denúncia social demonstrava o caráter realístico na vida da cidade.

Bibliografia

1. BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Hausmann tropical*. Rio de Janeiro,

Biblioteca Carioca, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1990.

2. BRILL, Alice. *Da arte e da linguagem*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.
3. CAMPOS, Fernando F. *Um fotógrafo, uma cidade: Augusto Malta*. RJ, 1987.
4. CARVALHO, Delgado. *História da cidade do Rio de Janeiro*. RJ, Prefeitura da Cidade do RJ, Col. Biblioteca Carioca, 1994.
5. COLLIER Jr., John. *Antropologia Visual - A fotografia como método de pesquisa*. SP, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
6. DUNLOP, C.J. *Rio Antigo*. Volumes I, II e III. RJ, Editora Rio Antigo, 1963.
7. EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. RJ, Imprensa Nacional, 1940.
8. FERREZ, Gilberto. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez*. São Paulo, Ex-Libris, 1984.
9. FERREZ, Marc. *Registro fotográfico da construção da Av. Rio Branco 1903-1906: Catálogo de exposição*, RJ, Museu Nacional de Belas Artes, 1982.
10. GERSHEIM, Helmut, GERSHEIM, Alison. *A concise history of photography*. London, Thames and Hudson, 1956.
11. GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. RJ, Editora Rocco, 1994.
12. HUMBERTO, Luis. *Fotografia - Universo e arrabaldes*. RJ, FUNARTE, 1983.
13. KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil no século XIX*. RJ, MEC/FUNARTE, 1980.
14. LIMA, Solange Ferraz. *O circuito social da fotografia: estudo de caso II*. In: FABRIS, Anna Teresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1991.
15. MACEDO, Joaquim Manoel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. RJ, Livraria Garnier, 1991.
16. MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular - Introdução à fotografia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
17. _____. *A arte do vídeo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

Cibernética e Sociedade numa Abordagem Holística

Manoel Marcondes M. Neto

"Hoje somos todos einsteinianos. Nossa visão de cosmo e, até certo ponto, do lugar que o Homem nele ocupa está tão impregnada e condicionada inconscientemente pela Relatividade quanto a de nossos ancestrais não muito remotos pela teoria newtoniana"

A Sociologia apresenta uma considerável produção acadêmica voltada à enunciação de teorias sociais. Curiosamente, as disciplinas em foco neste trabalho, formuladas por cientistas de formação matemática, têm se mostrado bastante apropriadas para explicar, ou pelo menos especular, sobre uma Sociologia contemporânea ou pós-industrial.

Para compreender o estágio atual dessa discussão acadêmica, ou seja, as tendências formuladas pelo encontro das escolas sociológicas estabelecidas e os novos paradigmas ditos holísticos, faz-se necessário discorrer sobre um percurso mínimo, da Modernidade aos nossos dias, dessa história.

Baseadas no pensamento ainda norteado pelas leis de Newton e na lógica cartesiana, surgiram as teorias sociais, as quais emprestaram daqueles postulados conceitos como *estática* e *dinâmica* sociais, além do conceito de ordem, este último abrindo caminho para o que hoje permeia a teoria das organizações.

Uma dada ordem é fruto de normas as quais buscam, não só a explicação do encadeamento de uma série de eventos relacionados, como também a predição de outros sob as mesmas determinadas condições. É a tentativa de apreensão da Natureza que floresceu e se desenvolveu a partir do antropocentrismo renascentista e que vigora até os nossos dias, pelo menos na retórica e práticas progressistas e desenvolvimentistas da tecnoburocracia estatal e privada. Isto ocorre muito embora, com o advento da física quântica, tenham caído aqueles postulados já mencionados, que sustentavam a física (*da harmonia*) newtoniana. A pretensão do domínio das forças naturais surgiu em oposição ao teocentrismo e ao dogmatismo da Igreja-Inquisição, que já

fizera Galileu desdizer suas convicções científicas (acerca da rotação da Terra) para não morrer.

A base filosófica que deu sustentação à idéia de progresso e que desembocaria no ainda vigente culto à tecnologia (vide as campanhas publicitárias que volta e meia nos colocam em cenários simulacros da conquista do espaço) foi o positivismo de Augusto Comte (1798-1875), considerado pai e fundador da Sociologia. Propunha, o seu pensamento, o teorema segundo o qual há uma hierarquia nas ciências teóricas, ocupando a Sociologia o seu ápice.

Neste século XX, com o surgimento de saberes como a Teoria Geral de Sistemas (1948) e a Cibernética (1949), a partir dos conhecimentos das ciências naturais, os sociólogos começam a utilizar-se das categorias enunciadas por aquelas teorias para construir uma sociologia organicista.

Buckley, autor de um dos textos básicos sobre TGS e Sociologia, faz a crítica desta apropriação — não invalidando-a — e alerta para a lógica mecanicista aplicada ao objeto de estudo sócio-cultural.

Cumpre notar, no entanto, ser o texto de Buckley (1971) uma produção que não abarca, obviamente, fenômenos ulteriores importantes como: transmissão e recepção mundial de TV; o idêntico avanço da telefonia mundial via satélite e o barateamento dessa tecnologia; a popularização da informática; a derrocada dos ideais românticos do socialismo; a globalização da economia e outros fatos que talvez concorressem para um abrandamento da sua crítica, visto que tais ocorrências ampliaram a presença do arquétipo **funcionalista** na sociedade.

A Teoria Geral de Sistemas

A Comunicação, na visão de David K. Berlo, é um processo e a natureza de **processo** é melhor apreendida em uma *weltanschauung* conhecida como **Teoria Geral de Sistemas**.

Essa disciplina surgiu com os trabalhos do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, publicados entre 1948 e 1968. A TGS não busca solucionar problemas, mas produzir teorias e formulações conceituais que pudessem criar condições de aplicação na realidade empírica. Bertalanffy criticava a

visão que se tem do mundo dividido em diferentes áreas como Física, Química, Biologia, Psicologia, Sociologia etc. Para ele a Natureza não estaria dividida em nenhuma dessas partes.

Essa visão acabou se espalhando e abrangendo outras áreas do saber, como as Ciências Sociais.

A TGS afirma que as propriedades dos sistemas não podem ser descritas significativamente em termos de seus elementos separados. A compreensão dos sistemas somente ocorre quando se estuda os sistemas globalmente, envolvendo todas as interdependências entre os seus subsistemas.

A TGS fundamenta-se em três premissas básicas:

- a) Os sistemas existem dentro de sistemas. As moléculas existem dentro das células, as células dentro de tecidos, os tecidos dentro de órgãos, os órgãos dentro de aparelhos, os aparelhos dentro de organismos, os organismos dentro de colônias, as colônias dentro de culturas nutrientes, essas culturas nutrientes dentro de conjuntos maiores de culturas, e assim por diante.
- b) Os sistemas são abertos. É uma decorrência da premissa anterior. Cada sistema que se examine recebe e descarrega algo em relação a outros sistemas, geralmente aqueles que lhe são contíguos. Os sistemas abertos se caracterizam por um processo de intercâmbio constante com o seu ambiente, que é, na verdade, outro(s) sistema(s). Quando o intercâmbio cessa, o sistema se desintegra, ocorre a falência de suas funções, desaparecem suas fontes de matéria ou energia e ele morre.
- c) As funções de um sistema dependem de sua organização.

São atributos básicos de um sistema:

- **Totalidade:** por definição um sistema constitui um todo único. A atitude de pensamento holístico é parte integrante do conceito de sistema.
- **Interdependência:** a razão pela qual devemos considerar um sistema como uma *Gestalt* é que suas partes se interrelacionam e se afetam mutuamente.
- **Hierarquia:** todos os sistemas constituem-se por um certo número de subsistemas. O termo criado por Koestler para designar

■ ARTIGOS

um sistema é *holon*. O indivíduo em sociedade é um *holon* social, que consiste, hierarquicamente, em células, órgãos, sistemas de órgãos e corpo, e constitui parte de um mais vasto grupo, cultura e sociedade.

- **Auto-regulação e controle:** por definição, um sistema aberto interatua com o seu meio ambiente. Absorve e desprende matéria e energia. Um elemento no meio ambiente afetará os elementos do sistema, do mesmo modo que um supra-sistema afetaria seus subsistemas e vice-versa. O sistema afeta o meio ambiente; o meio ambiente afeta o sistema.
- **Equilíbrio:** o próprio sistema contém componentes ou subsistemas, encarregados de manter um equilíbrio no cumprimento de sua função, apesar dos efeitos de suas trocas com o meio ambiente. O sistema deve ser capaz de captar desvios da norma e de corrigir essas tendências. Também chamado de **homeostase**. Esse conceito opõe-se ao de **entropia**, ou caos.
- **Mudança e adaptabilidade:** por haver um meio ambiente em constante mudança, o sistema deve ser adaptável. Essa adaptabilidade é freqüentemente realizada pelo atributo homeostático acima. Como todo sistema aberto é orientado para a vida e a perpetuação, tal adaptabilidade carrega em

si uma qualidade adicional de evolução.

- **Equifinalidade:** é a realização da meta ou execução da tarefa atribuída ao sistema. Equifinalidade significa que um certo resultado final pode ser realizado de muitas maneiras e desde vários pontos de partida diferentes **no sistema**.

Cibernética

A Cibernética é uma ciência jovem. Foi criada pelo matemático americano Norbert Wiener entre os anos de 1943 e 1949. A Cibernética começou como uma ciência interdisciplinar, isto é, uma ciência de conexão entre as outras ciências. E mais do que isso: uma ciência diretiva: *kybernetikys* (termo grego) das demais ciências. Textualmente o termo significa piloto, timoneiro, e tenta exprimir a ação que se dá a partir da sucessão das ações anteriores, ou seja, o timoneiro conduz a embarcação ao destino a despeito de movimentos, de acidentes geográficos, marés, ventos, calmarias, intempéries de toda a ordem, corrigindo constantemente o rumo com a ajuda de carta ou mapa. Aos elementos de entrada, novos a cada instante, sucede-se uma ação (essa sim pré-orientada, como por exemplo chegar ao porto X) que produzirá uma consequência, ou saída, estritamente relacionada com a ação tomada. Tal resultado **realimenta** o timo-

neiro, o qual já se prepara para a ação subsequente e assim sucessivamente. O piloto faz o caminho caminhando, **em processo**.

Para melhor entendimento é fundamental a compreensão dos conceitos de *feed-back* positivo e negativo. O positivo indicando: repetir, aumentar a intensidade e continuar e o negativo indicando: repetir, diminuir a intensidade e descontinuar.

Norbert Wiener enunciou a Cibernética como sendo o estudo do controle no animal e na máquina, uma vez que sua disciplina centrou-se no interesse pelo processo de **realimentação**, tanto nos seres vivos como nos sistemas construídos pelo homem.

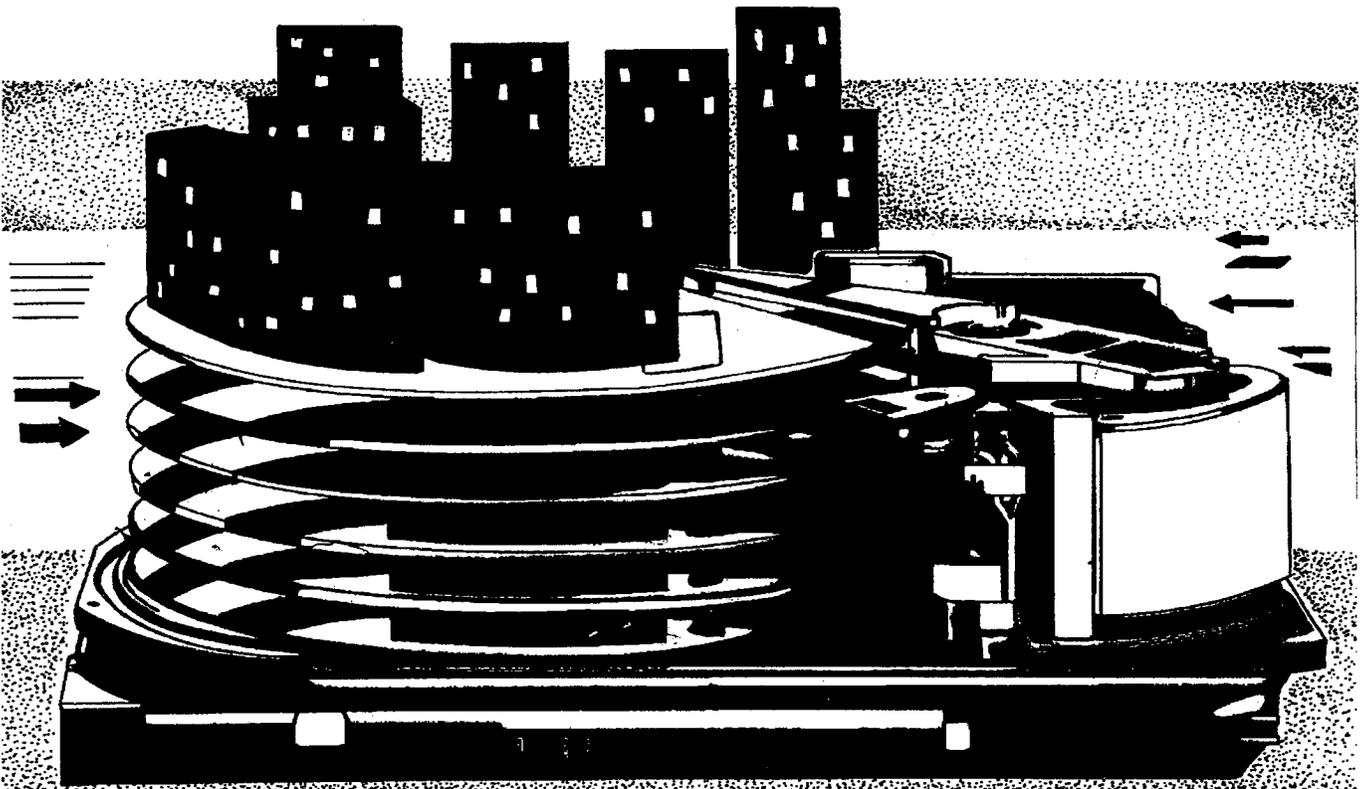
A Cibernética logo ampliou o seu campo de ação com o desenvolvimento da Teoria Geral de Sistemas e com a formulação da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon & Weaver (1949).

Sobre o Holismo

Algumas citações nos esclarecem melhor que qualquer texto:

"A verdade é o todo." (Hegel).

"As informações obtidas a partir do estudo dos sistemas naturais e a sua integração numa visão transdisciplinar e do mundo poderiam determinar uma transformação, urgente e necessária, de nossa atitude diante do real. Deste modo, poderá



começar uma nova era do conhecimento, era na qual o estudo do universo e do Homem se sustentarão um ao outro.” (Basarab Nicolescu).

“A presente crise nasceu do culto do intelecto e foi o intelecto que dividiu a vida humana numa série de ações opostas e contraditórias; foi o intelecto que negou o fator de vivificação que é o amor.” (J. Krishnamurti).

“Todas as minhas tentativas para adaptar os fundamentos teóricos da Física a esse conhecimento falharam completamente. Era como se o chão tivesse sido retirado debaixo dos meus pés, e não houvesse em qualquer outro lugar uma base sólida sobre a qual pudesse construir algo.” (Albert Einstein).

Sobre o Caos

Lembremos o impagável Maxwell Smart, personagem da série (ainda em cartaz em cable TV) *Get Smart* que, com sua fleumática atrapalhão, lutava contra os agentes da K.A.O.S, uma “organização” cujo objetivo seria eliminar o mundo, ou pelo menos o Ocidente, como o conhecemos.

E mais algumas citações:

“O ato de observação, por si mesmo, muda a função de probabilidade de maneira descontínua; ele seleciona, entre todos os eventos possíveis, o evento real que ocorreu... Portanto, a transição do “possível” ao “real” ocorre durante o ato de observação... Quanto mais enfatizamos um aspecto em nossa descrição, mais o outro se torna incerto, e a relação precisa entre os dois é dada pelo princípio da incerteza” (Heisenberg).

“Com toda a evidência, nossas decisões são muitas vezes irracionais, baseadas em coincidências fortuitas que arvoramos em “signos” ou oráculos. Este comportamento irracional está longe de ser sempre nocivo: evitar passar por baixo de uma escada é superstição, mas também prudência. De resto, a teoria dos jogos mostra que é vantajoso tomar certas decisões de maneira errática. Enfim, é ilusório pensar que poderíamos decidir racionalmente cada uma de nossas ações.” (David Ruelle).

“A biografia de Newton que tem atualidade atualmente é a de R. Westfall, *Never at Rest, Cambridge: Cambridge University Press, 1980. A diversidade dos interesses de Newton é fascinante. Por um lado, há os grandes resultados que obteve nas matemáticas e na física e, por outro lado, especulações duvidosas (de acordo com nosso julgamento atual) sobre a alquimia, a história e a religião. Somos tentados a censurar a produção intelectual de Newton*

e a decretar que uma parte dela é boa, enquanto o resto merece ser esquecido. Mas, se quisermos entender o processo criador do espírito de Newton, não podemos deixar de lado suas especulações duvidosas. Na esperança de apreender o sentido do Universo, as investigações sobre as profecias e a alquimia eram tão importantes quanto seus trabalhos sobre a gravitação ou sobre o cálculo diferencial. Resta-nos, claramente, muito a compreender sobre o modo como funcionava a mente de Newton. Infelizmente, um fato parece emergir do livro de Westfall: o grande Newton parece não ter tido nenhuma espécie de senso de humor.” (David Ruelle).

“Isaac Newton não era um homem agradável. Era notório seu difícil relacionamento com os outros acadêmicos, com a maior parte de sua vida permeada por disputas violentas.” (Stephen Hawking in *Uma Breve História do Tempo*).

Concluindo

“Havia um milhão de coisas para ler, um milhão de pistas a seguir... coisas demais... não haveria tempo numa vida para reunir aquilo tudo. Podia ficar soterrado.”² (Robert Pirsig in *Lila*).

Diante do universo de informação que se pôs diante de mim na tentativa de produzir o presente texto e que tenho certeza encontra-se ainda distante de uma bibliografia completa, concluo que, ao invés de saber algo sobre o tema — objeto principal, aliás, de disciplina à qual dediquei-me nos últimos três anos — desconheço-o, nada sei.

Essa angústia que me abate passa pelo que tentam nos ensinar os teóricos que tateiam uma teoria do caos — aliás o próprio termo se mostra impróprio, visto que no caos se faria impossível teorizá-lo. Reserva-me-ia à paralisia, ao silêncio, ao peso de minha ignorância e impotência total para a tentativa de explicar.

Humildemente posto-me diante desse novo campo de especulação que é a teoria do caos, travando uma batalha surda e muda com o dia-a-dia dos afazeres acadêmicos, esses bastante cartesianos.

Este texto permanecerá em processo (Berlo), obra aberta (Eco), em discussão. A bibliografia se ampliando e as idéias visionárias de Norbert Wiener (conteúdo do apêndice, em seguida) a iluminar-me o caminho.

“É bastante chocante a proclamação de Prigogine, esse teórico das “estruturas dissipativas” que traça, desde 1979, com linhas finas, a metamorfose da Ciência. Os sinos dobram por Pierre-Simon Laplace,

cujos credo determinista vem sendo profeso por gerações de cientistas desde 1814: “Devemos encarar o estado presente do Universo como o efeito de seu estado anterior e como a causa daquele que se seguirá...”. “Precisamos reconhecer que hoje esse ideal determinista naufragou... O desafio daquilo que é radicalmente novo pede também, provavelmente, um novo paradigma. É desse modo que se anuncia na ciência, e se reflete nos programas de pesquisa, aquilo que para o grande público pode parecer ainda como meros slogans inovadores: a ordem a partir do ruído, a complexidade a partir da desordem, ou, de modo mais geral, a complexidade, da qual Edgar Morin, na França, é considerado o teórico mais fecundo”. (Pasternak)

Apêndice

AS IDÉIAS VISIONÁRIAS DE NORBERT WIENER

In: WIENER, Norbert. *Cibernética e Sociedade. O uso humano de seres humanos. Cultrix, São Paulo. 1954. 190p.*

Sobre a Física

A Física newtoniana, que dominaria de fins do século XVII até fins do séculos XIX descrevia um universo cerradamente organizado.

Sobre a Cibernética

“A Cibernética, termo oriundo da palavra grega *kybernetiky*, concomitante às explorações dos engenheiros Claude Shannon e Warren Weaver quanto à uma teoria matemática da Comunicação, buscará o estudo das mensagens como meios de dirigir a maquinaria e a sociedade, ou como exercemos o controle sobre o nosso meio ambiente através de ordens de comando.”

“O processo de receber e utilizar informação é o processo de nosso ajuste às contingências do meio ambiente”.

Sobre as mensagens

“As mensagens são, por si mesmas, uma forma de configuração e organização. É possível, realmente, encarar conjuntos de mensagens como se fossem dotados de entropia, à semelhança de conjuntos de estados do mundo exterior. Assim como a entropia é uma medida de desorganização, a informação conduzida por um grupo de mensagens é uma medida de organização. Vale dizer, quanto mais provável seja a mensagem, menor será a

■ ARTIGOS

informação que propicia. Os chavões, por exemplo, são menos alusivos que os grandes poemas.”

Sobre a Entropia

“A minha tese é a de que o funcionamento físico do indivíduo vivo e o de algumas das máquinas de comunicação mais recentes são exatamente paralelos no esforço análogo de dominar a entropia através da realimentação.”

“Talvez esse não-equilíbrio do mundo que nos circunda seja apenas um estágio numa trajetória descendente, que conduzirá por fim ao equilíbrio.”

“A máquina, à semelhança do organismo vivo, é um dispositivo que parece resistir, local e temporariamente, à tendência geral para o aumento da entropia. Mercê de sua capacidade de tomar decisões, pode produzir, à sua volta, uma zona de organização num mundo cuja tendência geral é deteriorar-se.”

“A Natureza oferece resistência à decifração. Há ilhas locais e temporárias de entropia decrescente num mundo em que a entropia tende a aumentar globalmente, e a existência dessas ilhas possibilita a alguns de nós afirmar a existência de progresso. Em Física, a idéia de progresso se opõe à de entropia. Decerto que, no fim das contas, o grande propósito trivial da entropia máxima se revelará o mais duradouro de todos.”

Sobre a Harmonia

“O organismo não é como a mônada de relojoaria de Leibnitz, com a harmonia pré-estabelecida com o universo; busca ele, na realidade, um novo equilíbrio com o universo e suas futuras contingências.”

“Modificamos tão radicalmente o nosso meio ambiente, que devemos agora modificar-nos a nós mesmos para poder viver nesse novo meio ambiente.”

“O organismo se opõe ao caos, à desintegração e à morte, da mesma maneira por que a mensagem se opõe ao ruído. A vida é uma ilha, aqui e agora, num mundo agonizante. O processo pelo qual nós, seres vivos, resistimos ao fluxo geral de corrupção e desintegração é conhecido por homeostase.”

“Atualmente, a liberdade de expressar-se se tornou tão dispendiosa, com o custo crescente de periódicos, jornais e serviços de agências jornalísticas, que a atividade da

imprensa se tornou a arte de dizer cada vez menos a um número cada vez maior de pessoas. Mais e mais, vemo-nos obrigados a aceitar um produto padronizado, inofensivo e insignificante (pasteurizado), que, como o pão branco das padarias, é fabricado antes devido às suas propriedades de conservação e venda que ao seu valor alimentício.”

Sobre a Aprendizagem

“A realimentação é um método de controle de um sistema pela reintrodução, nele, dos resultados de seu desempenho pretérito. Se essa informação for capaz de mudar o método e o padrão geral de desempenho, então teremos um processo a que podemos denominar aprendizagem.”

Sobre a Educação

“A educação da criança norte-americana pertencente à classe média superior busca resguardá-la solitamente da consciência da morte e do destino. Ela é criada numa atmosfera de Papai Noel; e quando vem a saber que Papai Noel é um mito, chora amargamente. Na verdade, nunca aceita integralmente a remoção dessa deidade do seu panteão e, adulta, passa boa parte de sua vida à procura de algum substituto emotivo.”

“Receio estar convencido de que uma comunidade de seres humanos é coisa muito mais útil que uma comunidade de formigas, e de que se o ser humano for condenado a realizar a mesma função restrita repetidamente, não chegará sequer a ser uma boa formiga, quanto mais um bom ser humano.”

“Talvez se considere hoje que obter um grau superior e seguir o que se pode reputar uma carreira cultural seja mais uma questão de prestígio social que de impulso profundo.”

Sobre as Leis

“A lei pode ser definida como o controle ético aplicado à comunicação, especialmente quando tal aspecto normativo esteja sob o mando de alguma autoridade suficientemente poderosa.”

Sobre a Comunicação

“Nenhuma teoria da comunicação pode, evidentemente, evitar a discussão da linguagem. A linguagem é, em certo sentido, outro nome para a própria comunicação, assim como uma palavra usada para descrever os códigos por meio dos quais se processa a comunicação. O uso de mensagens codificadas e decifradas é importante, não apenas para os seres humanos, mas também para

outros organismos vivos e para as máquinas usadas pelos seres humanos.”

Manoel Marcondes Machado Neto

• Bacharel (UERJ), Mestre (UFRJ) e Doutorando (USP) em Comunicação. É professor assistente da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.

Referências bibliográficas

- BRITÂNICA, Os Tesouros da. Clifton Fadiman, editor geral. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges, verbete sobre a Relatividade escrito por Bertrand Russell para a 13ª edição, de 1926. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994, p. 261.
- PIRSIG, op. cit., 1991, p. 31.

Bibliografia

- BAGDIKIAN, Ben. *O monopólio da mídia*. São Paulo, Scritta, 1990, 294 p.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. SP, Cultrix, 1977, 540 p.
- BERLO, David K. *O processo da comunicação*. SP, Martins Fontes, 1985, 296 p.
- BERTALLANFY, Ludwig von. *Teoria geral de sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- BUCKLEY, W. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. SP, Cultrix, 1971.
- CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística*. São Paulo, Summus, 1988, 127 p.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo, Perspectiva, 1971, 284 p.
- EDWARDS, Elwin. *Teoria da Informação*. São Paulo, Cultrix.
- EPSTEIN, Isaac. *Cibernética e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1973, 241 p.
- GLEICK, James. *Caos*. SP, Campus, 1991.
- HAWKING, Stephen. *Uma breve história do tempo*. RJ, Rocco, 1994, 245 p.
- HOISEL, Evelina. *Supercaos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980, 163 p.
- INTERCOM REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. Ano X. Nº 56. Jan-Jun 1987. ECA/USP, SP, 147 p.
- McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1971, 407 p.
- NEGROMONTE, Nicholas. *A vida digital*. Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1994.
- PASTERNAK, Guitta (entrevistas de). *Do caos à inteligência artificial*. São Paulo, UNESP, 1991, 259 p.
- PIRSIG, Robert. *Lila*. RJ, Rocco, 1991, 454 p.
- _____. *O zen e a arte da manutenção da motocicleta*. RJ, Paz e Terra, 1981, 388 p.
- ROSS ASHBY, W. *Introdução à Cibernética*. São Paulo, Perspectiva, 1970, 345 p.
- RUELLE, David. *Acaso e Caos*. São Paulo, UNESP, 1991, 224 p.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade*. São Paulo, Cultrix, 1984, 190 p.
- WILBER, Ken (org.). *O Paradigma holográfico e outros paradoxos*. São Paulo, Cultrix, 1982, 279 p.
- LITTLEJOHN, Stephen. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 407 p.

A Atualidade do Pensamento de Alvin Toffler e Marshall McLuhan: ondas globais como extensões do homem

Angela de Faria Vieira

Anteriormente os homens estudavam o passado para lançar luz sobre o presente. Inverti o espelho do tempo, convencido de que uma imagem coerente do futuro também pode nos fornecer uma infinidade de enfoques valiosos do presente. Vamos descobrir que é cada vez mais difícil compreender nossos problemas públicos e privados sem usar o futuro como ferramenta intelectual.

TOFFLER, Alvin. *O Choque do Futuro*. (Future Shock), 1970, p.15.

*Os novos meios e tecnologias pelos quais nos ampliamos e prolongamos constituem vastas cirurgias coletivas levadas a efeito no corpo social com o mais completo desdém pelos anestésicos... Ao se operar uma sociedade com uma nova tecnologia, a área que sofre a incisão não é a mais afetada. A área de incisão e do impacto fica entorpecida. O sistema inteiro é que muda... Qualquer impacto altera as **ratios** de todos os sentidos. O que procuramos fazer hoje é controlar esses deslocamentos das proporções sensoriais da visão social e psíquica — quando não evitá-los por completo... Nenhuma sociedade teve um conhecimento suficiente de suas ações a ponto de poder desenvolver uma imunidade contra suas novas extensões ou tecnologias. Hoje começamos a perceber que a arte pode ser capaz de prover uma tal imunidade.*

McLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. 1964, p. 84. (UNDERSTANDING MEDIA: The Extensions of Man).

A capacidade de antevisão, o olhar prospectivo, a articulação inteligente e sensível da realidade capaz de apontar horizontes sociais, humanos e mundiais refletem níveis de consciência, conhecimento e criticidade visíveis em dois pensadores como: Alvin TOFFLER e Marshall MACLUHAN. Revisitando

algumas obras clássicas dos autores foi possível encontrar abordagens complementares nos textos que organizaram. Há uma flagrante afinidade nos diagnósticos que realizaram acerca do contemporâneo no que tange aos usos, aplicações e extensões das novas tecnologias que ampliaram o universo das comunicações, que transformam aceleradamente o cenário das relações humanas e os espaços de socialidade.

O americano ALVIN TOFFLER, ex-editor da revista FORTUNE, editor de THE FUTURIST, ex-consultor da Fundação Russel Sage, professor visitante: Cornell University e da New School for Social Research destacou-se com a autoria de duas obras e com a organização de uma publicação pouco difundida no Brasil: aprendendo para o Futuro. Nos anos 70, TOFFLER realizou um rastreamento de informação sobre "...a tensão e desorientação dos indivíduos sujeitos a um excesso de mudanças em curto espaço de tempo...". Durante cerca de cinco anos selecionou uma amostra e atuou num campo empírico representativo do corpo social. Trabalhou com inúmeros laboratórios, várias universidades, diferentes centros de pesquisa, tendo selecionado, também, órgãos do governo e perfis profissionais de médicos, executivos, jovens, especialistas em comportamento adaptativo, ganhadores de Prêmio Nobel, filósofos, educadores. O relato da sua pesquisa (associado a um estilo leve, comunicativo e desprezioso) deu forma ao conhecido CHOQUE DO FUTURO.

A premissa inicial e central de TOFFLER: "O choque do futuro é a absoluta desorientação trazida pela chegada prematura do futuro. Pode muito bem ser a mais importante doença do amanhã... é um fenômeno temporal, um produto do ritmo grandemente acelerado das mudanças na sociedade. Ele surge da superimposição de uma nova cultura sobre uma outra mais antiga... é equivalente a um choque cultural dentro de sua própria sociedade... seus valores se encontram em incessante mudança. Recebendo um número muito reduzido de pistas sobre o tipo de comportamento que é racional debaixo de

circunstâncias radicalmente novas, a vítima pode muito bem vir a se tornar um problema para si mesma e para os outros... A mudança cai como uma avalanche sobre nossa cabeça e a maior parte das pessoas se encontra grotescamente despreparada para lidar com ela." (p.23)

Em CHOQUE DO FUTURO, TOFFLER transita por reflexões, evidências histórico-político-econômicas, construindo um paradigma transdisciplinar acerca dos rumos civilizacionais do mundo conhecido, através de seis partes que ordenam vinte capítulos. A primeira análise sentencia a morte da permanência destaca: as rupturas com o passado, o impulso acelerativo inevitável com o fluxo do conhecimento ("o combustível"), o ritmo de vida nas sociedades altamente tecnológicas — *velocidades diversas e desnível nos processos de mudança; cidades subterrâneas* (pp. 31-32) um novo significado para a realidade de expansão e desagregação das cidades existentes. Na segunda parte, examina a perspectiva de transitoriedade: avalia a sociedade descartável, a economia da impermanência, as necessidades temporárias, a máquina de modismos, a extinção da geografia, a migração para o futuro, o homem modular e a duração dos relacionamentos humanos, as empresas emergentes, o colapso da hierarquia, informação: a imagem cinética, os Bestsellers, o investimento neural.

Dedica três longos capítulos ao estudo das inovações: discorre sobre o tema *trajetória científica (os Cyborgs), a fábrica biológica, os ambientes simulados, a família fragmentada, a família funcional, as exigências da liberdade*. Num quarto momento aborda a questão da diversidade onde discorre sobre *tribos maritais, especialistas em diversão, rodízio tribal, variedades de estilos de vida, a sociedade livre*. A quinta parte da obra aborda os limites da adaptação: *a dimensão física e psicológica do choque do futuro*, analisa a reação adaptativa, a doença do "stress" e caracteriza as "vítimas" e a *sociedade sob o choque do futuro*. Culmina o trabalho com quatro capítulos versando sobre *estratégias de sobrevivência: aponta zonas de estabilidade*

■ ARTIGOS

peçoal, pondera sobre a adaptação progressiva, discute a nova revolução educacional... o currículo de ontem, hoje, a estratégia da futuridade, coloca em cena a seleção de estilos culturais, o quadro ambiental, a morte da tecnocracia, a humanização do planejador, horizontes temporais: a transitoriedade é a nova temporariedade da vida diária. Ela resulta num estado de espírito, numa sensação de impermanência... somos cidadãos da Era de Transitoriedade. (p. 49)

Iniciando a década de oitenta, sem os contornos científicos de levantamento de dados apresentados em O CHOQUE DO FUTURO, Alvin TOFFLER lança A TERCEIRA ONDA. Enquanto no primeiro trabalho TOFFLER busca uma nova e ampla teoria da adaptação evidenciando preocupação com a velocidade, com o ritmo da mudança, na TERCEIRA ONDA, ele desloca a sua percepção e foco de atenção para as direções da mudança. Adota uma premissa: uma revolução global está acontecendo — ... *um pulo de um quantum na história.* (p.36). Considera *a grande metáfora* da obra a idéia de *ondas de mudança... colidindo e sobrepondo-se, causando conflito e tensão.* Entretanto, esclarece logo nas suas considerações introdutórias que nenhuma metáfora pode conter toda a história ou toda a visão do presente, quanto mais do futuro, portanto, situa o seu referencial de estudo e análise como parcial e sujeito a erros, e evoca um pensamento do crítico George Steiner para elucidar: *Fazer perguntas maiores é arriscar-se a receber coisas erradas. Não as fazer absolutamente é stranger a vida da compreensão.* (p. 20)

As idéias centrais de A TERCEIRA ONDA podem ser assim resumidas: uma poderosa maré se eleva através de grande parte do mundo “criando um ambiente novo” — **extravagante**, para trabalhar, brincar, casar, ter filhos...; **confuso**, político-econômico, nas instituições sociais; **instável**, com valores fragmentados tendo os seus *botes salva-vidas* fortemente sacudidos: a família, a igreja e o estado; **mutável**, sob o impacto das mudanças violentas — *um choque de forças* determinante de crises e desafios.

“O mundo que está emergindo rapidamente do choque de valores (novos) e tecnologias, novas relações geopolíticas, novos estilos de vida e novos modos de comunicação, exige novas idéias e analogias, novas classificações e novos conceitos.” (p. 16)

“... três ondas de mudança se movendo, completamente diferentes, todas... a razões

diferentes de velocidade e com graus diferentes de forças.” (p.28)

TOFFLER empreende uma tentativa de síntese em A TERCEIRA ONDA e caracteriza as direções da mudança. A primeira onda seria a agrícola — teria prevalecido até o século XVII (antes da Primeira Onda de Mudança, a maioria dos seres humanos viviam em pequenos grupos, freqüentemente migradores, e alimentavam-se pilhando, pescando, caçando ou pastoreando. ... A Primeira Onda ainda não se tinha exaurido pelo fim do século XVII quando a **revolução industrial** irrompeu através da Europa e desencadeou a **segunda grande onda de mudança planetária ... a industrialização** ... Assim, dois processos de mudança, separados e distintos, rolavam através da terra simultaneamente, a velocidades diferentes... A segunda Onda ainda não esgotou sua força... Foi precisamente durante a década de 50 (em torno de 1955) que a Terceira Onda começou a ganhar força nos Estados Unidos ... chegou — em datas um pouco diferentes — à maioria das outras nações industrializadas, inclusive a Grã-Bretanha, a França, a Suécia, a Alemanha, a União Soviética e o Japão. Hoje todas as nações de alta tecnologia oscilam sob a colisão entre a Terceira Onda e as obsoletas economias e instituições da Segunda.

“Compreender isto é o segredo de dar sentido à grande parte do conflito político e social que vemos em redor de nós.” (pp. 27-28)

“... É possível viver numa sociedade fora de controle?... Pois esta é a situação em que nos encontramos. Se fosse apenas a tecnologia que tivesse perdido as regras, nossos problemas já seriam bastante sérios. O fato terrível é, no entanto, que muitos outros processos sociais também começaram a correr livres, oscilando de forma perigosa, resistindo aos nossos melhores esforços para guiá-los. A urbanização, o conflito étnico, a migração, a população, o crime... Como podemos evitar o choque do futuro maciço, ajustando o timing da mudança, aumentando ou diminuindo os níveis de estímulo, quando os governos — incluindo os mais bem intencionados — parecem incapazes até mesmo de apontar a mudança na direção certa?... uma ausência literal de padrões... “a esmo”... os resultados da política social se tornaram absolutamente instáveis e difíceis de prever... Aqui, portanto, está o significado político do choque do futuro”. (pp. 357-358).

TOFFLER caracteriza a TERCEIRA ONDA através de **esferas**, enquanto princípios dinâmicos desencadeadores de uma

mudança altamente revolucionária tecnológica e anti-industrial, a saber: **a tecnosfera, a sociosfera, a infosfera, a psicofesfera.**

Quadro sinóptico das esferas da Terceira Onda

- **TECNOSFERA** - Transformação em conjunto: energética, da produção, da tecnologia, da riqueza (agrícola, industrial, cibernética)
- **SOCIOSFERA** - Mudanças nos papéis sociais do indivíduo no sistema e da mobilidade social (educação, família, instituições assistenciais)
- **INFOSFERA** - Complexa: **Canais de comunicação para distribuição da INFORMAÇÃO** de modo a fazer todo o sistema funcionar (inclui os Meios de Comunicação de Massa, correio, jornais, revistas, rádio, cinema, televisão, entre outros); inter-relaciona as esferas (numa *arquitetura da sociedade... cada civilização tem um código oculto... regras ou princípios que permeiam todas... as atividades.*
- **PSICOSFERA** - A vida emocional do indivíduo para a emergente civilização de amanhã, relacionada as necessidades para a comunidade, para a estrutura e o **significado**.

A TERCEIRA ONDA é para os que crêem que a história humana, longe de terminar, está apenas começando. (p. 15)

As esferas social e psicológica mediatizadas pelo avanço científico e tecnológico (tecnosfera)/comunicacional-informacional (infosfera) refletem uma realidade de potencialização (geométrica, em relação à apropriação aritmética pela civilização) da informação, das redes de comunicação, da cibernética: o indivíduo passa a ser um usuário do complexo processo de difusão de conhecimento, onde tanto a mensagem, quanto a forma de codificação e os meios ou canais são novos estímulos e contextos a serem apreendidos e decodificados.

Num panorama de mutações globais (virtuais, holográficas, on-line, Windows-Wintel, INTERNET, OnLine (Bol), Word, Excel, Power Point e aplicativos... num pool informático-informacional e multimídia) diferentes e aceleradas perspectivas de configurações societais transformam e desafiam o indivíduo no decorrer do seu processo adaptativo. Volumosas vagas de conhecimentos inundam pessoas, grupos, culturas, ampliadoras da captação parabólica dos horizontes histórico-referenciadores (espácio-temporais) da pessoa, do cidadão e da coletividade.

As ONDAS de Toffler encontram correspondência na idéia de Marshall MacLuhan: o homem estaria criando prolongamento dos seus sentidos.

O ex-professor de literatura inglesa no Canadá e docente em inúmeras universidades nos Estados Unidos, Herbert Marshall MACLUHAN na obra (que Décio Pignatari, professor de Teoria da Informação e tradutor da versão brasileira, considera a Summa do pensamento do "humanista da comunicação"): OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO EXTENSÕES DO HOMEM, elabora a sua percepção acerca do surgimento das tecnologias como extensões e ampliações das forças do homem, do seu corpo e da sua inteligência, responsáveis pela criação de ... *um mundo audiotátil, tribalizado, cósmico* sendo as extensões ou meios ... *agentes produtores de acontecimentos, mas não agentes produtores da consciência.* (p.67)

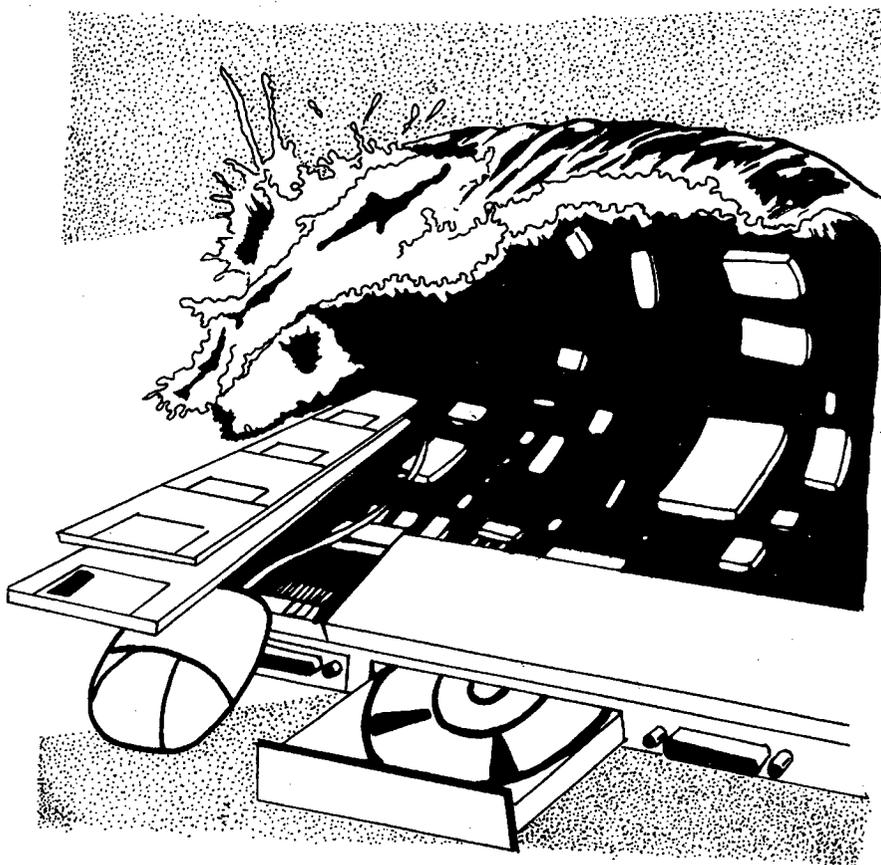
"... nossa vida particular e associativa se transformou em processo de informação justamente porque projetamos para fora nosso sistema nervoso central "sub-espécie" de tecnologia elétrica.

... o que estou querendo dizer é que os meios como extensões de nossos sentidos, estabelecem novos índices relacionais, não apenas entre os nossos sentidos particulares, como também entre si, na medida em que se inter-relacionam. O rádio alterou a forma das histórias noticiosas, bem como a imagem filmica, com o advento sonoro. A televisão provocou mudanças drásticas na programação do rádio e na forma das radionovelas." (pp.71-72)

"... O conflito último entre visão e som entre as formas escritas e orais de percepção e organização da existência, está ocorrendo agora. Uma vez que a compreensão paralisa a ação, como observou NIETZSCHE, podemos moderar a rudeza desse conflito pela compreensão dos meios que nos prolongam e que provocam essas guerras dentro de nós" (p.31).

MACLUHAN aponta um "mundo tribal coletivo" habitado pelo homem ocidental sendo invadido por uma tecnologia para a qual o próprio homem não está muito bem preparado. Recorda o autor, que em Gana, na Índia, há uma reação ou fenômeno facilmente observável proveniente da relação homem-tecnologia: o indivíduo isola-se.

As tecnologias estabelecem linhas de força de emissão e recepção, como um "sonar" cibernético-cultural capaz de difundir e ampliar novas informações e diversificadas estruturas comunicacionais: eis a pós-modernidade, a identificação das redes no



mundo contemporâneo. MACLUHAN nos anos sessenta e setenta do século XX já divisava com clareza e competência o horizonte do milênio vindouro, e **não há obsolescência do quadro crítico mais amplo** que foi capaz de delinear.

Revisitando ainda as suas idéias, através da obra selecionada, é possível encontrar uma abordagem — também explorada por TOFFLER — relativa ao processo adaptativo quando identifica a ocorrência de um amplo esgotamento e a manifestação de crises em graus variados do psiquismo humano. Os efeitos de imagens-mensagens massivas sobre o indivíduo, sendo este desafiado intelectual-emocionalmente a "processar" e decodificar o mundo interdependente da chamada **aldeia global**. Instaurar sentido, significado, organizar provisórios parâmetros de referência sócio-cultural numa aldeia de globalizações econômico-políticas, estabelecer premissas axiológicas da sua época pensando a existência nos níveis mais profundos de relação — para estruturar a família ou conceber uma trajetória profissional, por exemplo — são articulações (sobretudo hermenêuticas e sócio-semiológicas, pois que se busca o significado de simbolismos, representações,

repertórios, interlocuções, ruídos, entropias, falências sistêmicas: caos, dinamismo dos sistemas, interações em realidades de convívio nos espaços da dialogicidade, signos e concepções ideativas emitidas/transmitidas), que dia-a-dia transcendem e ficam a exigir muita criatividade e competência pessoal: percepção - inteligência - gestalt - resposta a estímulos constantes com qualidade adaptativa, internalização de experiências, capacidade interativa e interpessoal, elaboração do desempenho em diferentes momentos da dinâmica comunicacional onde é possível ser emissor-receptor e constituir-se em mensagem viva numa codificação plural e única sendo ao mesmo tempo o meio-mensagem a ser recebido e elaborado (na educação é visível tal universo potencial a ser descortinado, sócio-individual).

MACLUHAN busca compreender os meios de comunicação, os conflitos que derivam dos mesmos, entretanto tem um posicionamento construtivo diante do progresso (inevitável) e da modernidade, pois confia na possibilidade de minimização desses conflitos com um ... *aumento da autonomia humana*. Dedicava um olhar inteligente e criativo sobre o cenário das

■ ARTIGOS

influências crescentes das tecnologias emergentes num contexto, que hoje melhor define-se por Sociedade da Informação. Entende que devam ser exploradas as possibilidades e potencialidades do “mundo do computador”, pois que o mesmo é um prolongamento ou transferência do próprio homem (que o concebeu).

“... Esses meios sendo extensões de nós mesmos dependem de nós para sua inter-relação e sua evolução. O fato de que se inter-relacionem e proliferem em novas progênes tem sido causa de maravilha através das idades. Deixarão de nos espantar se nos dermos ao trabalho de inquirir sobre sua ação. Podemos até, se o quisermos, pensar as coisas antes de as produzirmos.” (p.68)

MACLUHAN revisita o processo histórico-civilizatório pontuando que no decorrer da trajetória evolutiva técnico-científica, manifestações marcaram pensamentos e sentimentos de antagonismo, perplexidade, angústia, dúvida, resistência aos meios e modos emergentes signos de novos sistemas, culturas e realidades, sobretudo porque geraram mudanças de hábitos, estabeleceram novas configurações pessoais, sociais, mundiais, e realizaram-se conseqüentes rupturas com paradigmas tradicionais de vida.

“Foi Macaulay quem observou que as épocas sobre as quais gostamos de ler não eram épocas nas quais fosse agradável viver. A era que sucedeu a Alexandre viu o helenismo expandir-se na Ásia e preparou o curso da expansão romana posterior. No entanto, estes foram exatamente os séculos que assistiram a ruína da civilização grega.” (p.93)

Dentro da sua lógica de exploração, conhecimento e domínio dos recursos contidos nos meios de comunicação capazes de apoiar o próprio homem no seu possível “salto para o futuro”, Herbert Marshall McLuhan consegue visualizar e “transpirar” a importância das elaborações criativas codificadas em linguagens de sensibilidade e rápida interação-comunicação, destacando o valor e a oportunidade do **senso artístico** na realização de variadas sínteses sobre as realidades do mundo, da vida, do homem, capazes de recontextualizar — com cor, ritmo, forma, rima... — a pluralidade e a **TRANSDISCIPLINARIDADE** dos cenários e fenômenos nos quais a existência humana flui, edifica e transforma-se cidadinamente.

“... É secular a habilidade do artista em furtar-se ao pleno golpe das novas tecnologias, neutralizando violência com plena consciência... O artista é o homem que, em qualquer campo, científico ou humanístico,

percebe as implicações de suas ações e do novo conhecimento do seu tempo. Ele é o **homem da consciência integral.**” (p.85)

A configuração e a valorização do artista como um homem capaz de captar e dar forma criativa a sua percepção sobre o momento do qual participa como ente histórico dotado de códigos múltiplos, aponta uma perspectiva significativa acerca dos caminhos elucidativos que podem e devem ser explorados rumo à compreensão-adaptação-recontextualização do indivíduo face a complexidade do mundo globalizante no qual vivemos.

“... Tenho curiosidade em saber o que aconteceria se, de repente, a arte começasse a ser vista tal como é, ou seja, informação exata para reordenação das mentes, no sentido de antecipar o próximo golpe que nos será vibrado pelas nossas faculdades projetadas para fora.” (p.86)

“... Há bastante tempo já Emile Durkheim exprimiu a idéia de que a tarefa especializada sempre se furta à ação da consciência social. Isto parecia indicar que o artista é a consciência social. (p.87)

“... Assim como a educação superior já não é mais uma veleidade ou um luxo, mas uma necessidade premente da estrutura produtiva e operacional da era da eletricidade, assim o artista é indispensável para a configuração, análise e compreensão da vida das formas bem como das estruturas criadas pela tecnologia o artista está sempre empenhado em escrever a minuciosa história do futuro, porque ele é a única pessoa consciente da natureza do presente...” (p.85)

A atualidade do pensamento de Marshall MACLUHAN é evidente. Fragmentos da obra revisitada, aqui esboçados, assinalam para a relevância e coerência do trabalho intelectual empreendido na década de sessenta: percepção teórico-prática acerca da natureza cognitiva, temporal e sociológica da informação dinamizada por processos tecnológicos comunicacionais.

Trabalhos de crítica de pensamento realizado sobre o mundo contemporâneo nos anos sessenta no caso de MACLUHAN, e nos anos setenta e oitenta no caso de TOFFLER, apresentam-se como paradigma de qualidade conceitual pela relevância, atualidade e utilidade ou aplicabilidade da informação, pois o conhecimento elaborado em oportunas, sérias e articuladas unidades de significação permitiu a reorganização de um conjunto de “dados” (estilisticamente reelaborados) num novo momento histórico, viabilizando uma nova realidade temporal às obras consultadas, que também ganharam

uma nova configuração com o entrelaçamento e a síntese que aqui se elabora.

“... Foi demonstrado que a validade de informação independe da idade do documento onde foi publicada. Em conclusão foram indicadas áreas para futuras pesquisas metodológicas e conceituais.” (OBERHOFER, C.M.A. *Uso da Informação Científica: Obsolescência do Objeto vs Obsolescência do Conteúdo. Tese de Doutorado. SP, ECA/USP, 1989. VI/Resumo*)

As idéias centrais de MACLUHAN, dada a amplitude do olhar do autor, nos possibilita dimensionar, num desfecho integrador e recontextualizador, neste final de década de noventa:

- a turbulência social em períodos de transformações histórico-tecnológicas está diretamente relacionada com a fragmentação, pulverização ou perda de fundamentos sócio-culturais, no plano da vida ativa-interativa das relações grupais e no processo auto-referenciador individual desafiado pela realidade de globalizações da sociedade de informação;
- a proximidade do novo milênio aponta uma nova demarcação temporal. É factual o reconhecimento de que transições históricas — de uma era para outra — são marcadas por desarmonias e crises hegemônicas pois paradigmas emergentes “abalam” visões estabelecidas;
- a potencialização, com desterritorialização, da informação para construir uma Sociedade Global através de redes de comunicação transnacionais, configura uma interatividade planetária construída ou mediatizada pelas tecnologias (do tipo INTERNET) que ainda não estão disponíveis (sobretudo economicamente) a toda população mundial, podendo significar (com toda a evidência de avanço científico-tecnológico) novas formas de exclusão social — estaria, assim em formação um cinturão marginal contendo um expressivo contingente populacional, que sem referência grupal tenderia a perder seus papéis sociais, caso não se equalize de modo urgente a socialização da informação e as oportunidades sócio-educacionais e ocupacionais;
- um quadro planetário de instabilidade, desigualdade social, violência, hostilidade urbana, criminalidade, produção massiva de informação, indústria cultural, crise ética ou de valores ... apresenta-se ameaçador aos “solos” estáveis das “âncoras” institucionais e pessoais das sociedades organizadas exigindo novos ritmos ou velocidades perçpetuais e adaptativas, para tanto flagra-se a importância de um

esforço permanente de ampliação e elevação de consciência (individual e grupal) para a efetivação de uma autonomia (real ou concreta) de ação e decisão humana frente aos seus rumos civilizacionais. Tal autonomia passa pela apropriação-internacionalização-decodificação dos repertórios plurais emergentes cotidianamente na realidade pós-moderna, com acesso ao conhecimento ("combustível");

- a formação do homem integral desponta como uma possibilidade de reestabelecimento da unidade existencial e humanística para o indivíduo e o cidadão de uma época paradoxalmente fragmentária e global, a ser levada a termo com a construção de metodologias **transdisciplinares** que concretizem um projeto educacional de interseções e complementaridades culturais, situado no contexto de demandas sociais concretas;

- o pânico gera imobilismo, instalados não haverá futuro promissor. O instrumental rumo ao indeterminado, porém divisado, é o repertório de múltiplas possibilidades (combinatório-adaptativas): criatividade, conhecimento, informação instrumentalizadora, inteligência, determinação construtiva em empreender uma "arquitetura" da vida social em contextos novos (emergentes), desenvolvimento do senso artístico para articular a "arte da expressão";

- os meios de comunicação são a mensagem e ao mesmo tempo fazem a interlocução de uma era de informação rápida; são também os guias da atualidade comunicacional em mutação: emissores e receptores alternam funções — não necessariamente por empatia, mas certamente pelo fenômeno da simultaneidade com a velocidade da comunicação; semiologicamente intercambiam as representações: ora significantes ora significado; num momento signo e símbolo, e em seguida, linguagem e código; e o repertório ora é do domínio comum, num instante posterior tem novos contornos e tem uma elaboração exclusiva a ser rapidamente decodificada para a apropriação do outro e este, já ensaia novos constructos na retransmissão de resposta ou feedback;

- a mensagem, hoje: informa, diminui distâncias, desafia receptores na formação de suas cosmovisões do mundo no qual vivem; articula imagem e som, distância e fatos, também simula e dissimula, confunde e fraciona (cria simulacros — redundância providencial);

- o contexto das emissões está gigantesca-mente alargado, o globo terrestre e o cosmo foram alcançados com as tecnolo-

gias dos satélites; espelha níveis de complexidade técnico-científica;

- os repertórios codificados em linguagens múltiplas e criativas comunicam a diversidade, pluralidade e urgência de referência humana;
- os canais ou MEIOS veiculam, transmitem, e agora, interagem, em proporções condizentes com as redes internacionais do processo de globalização.

Por tudo, então, exposto e destacado, constata-se que a **atualidade** do pensamento de Alvin TOFFLER e de H. Marshall MACLUHAN encontra-se na identificação da chamada **sociedade global** que é o mundo contemporâneo: fortemente informacional-comunicacional, entretanto, numa flagrante extensão de dimensões do próprio homem, particularmente, do seu "sistema nervoso central".

Assim, revisitar o homem — antropológico-ontológico-sócio-semiologicamente — e a sociedade são exigências do presente e uma condição do futuro, pois a Tribo Pós-Moderna Global não assentará bases ou fundamentos para a continuidade do projeto civilizatório humano sem redefinir cursos internos estreitamente ligados ao tipo de contribuição que uma educação transformadora e transdisciplinar poderá elaborar e praticar.

A relevância das idéias de TOFFLER e MACLUHAN é construída num eixo de *metacomunicação* (relação), no diagnóstico do nosso tempo (factual) e na lógica simbólica que mapeia o cenário da imagem-imaginação tão presente na vigência de uma *sociedade tecnológica* quando as máquinas criam imagens e estimulam o imaginário social. Em plena época da *linguagem digital*, o símbolo é representação e signo de uma cultura de *digitalização*. E há uma importante tarefa educativa em curso, sendo levado a termo pelos pensadores e interlocutores da crítica: a construção dos nexos, da *significação social do conhecimento* (mensagem/informação/cultura) produzido e difundido na atualidade. As *ondas globais* em curso como extensões do homem nos permite divisar os desafios, patologias, simetrias/espelhamentos, que tecem o campo social (onde se dão as relações humanas concretas), de forma a equalizar, optar e discernir acerca dos cursos a seguir diante dos sistemas e padrões que emergem rumo ao futuro.

Angela de Faria Vieira

• Profª e Pesq. da FCS/UERJ

Docente de Pós-Graduação (lato-sensu) Fac. Cidade; Doutoranda em Ciências da Comunicação no CCA-ECA/USP

Bibliografia

1. d'AMARAL, Márcio Tavares. *Arte e Sociedade: uma visão histórico-filosófica*. RJ, Antares, 1984, p.117-159.
2. CREMA, R. *Introdução à Visão Holística*. SP, Summus, 1988.
3. DOLUBOR, Ladislau. *Espaço Local, Atores Sociais e Comunicação in Comunicação e Sociedade - Ecologia*. SP, IMS/S. B. Campo, Ano XI, nº 19, Março, 1993, p.9-29.
4. ECO, Umberto. *Viagem a Irrealidade Cotidiana*. RJ, Nova Fronteira, 1984.
5. _____. *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*. SP, Perspectiva, 1969.
6. _____. *Obra Aberta*. SP, Perspectiva, 1971.
7. GRECO, Milton. *Interdisciplinaridade e Revolução do Cérebro*. SP, EDUSP/Bragança Paulista, 1992.
8. HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. SP, Martins Fontes, 1988.
9. IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. RJ, Civilização Brasileira, 1993.
10. MACHADO, Luiz. *Atitude Consciente para a Criatividade*. RJ, UERJ-Laboratório de Idiomas, Mimeo, 1980. p.5-107.
11. MAFFESOLI, Michel. *A Contemplação do Mundo*. P. Alegre, Artes e Ofícios, 1995.
12. MARCONDES Fº, Ciro. *Sociedade Tecnológica*. SP, Scipione, 1994.
13. MACLUHAN, H. Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. SP, Cultrix, 1964.
14. _____. *Mutações do Nosso Tempo*. SP, Summus, 1976.
15. MEDINA, Cremilda. *Epistemologia Pragmática e Saber Plural in Saber Plural: Novo Pacto da Ciência*. SP, 1995. p.177-208.
16. MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. SP, Martins Fontes, 1991.
17. MORIN, Edgar. *O Método 1 - A Natureza da Natureza*. Portugal, Europa-América, 1977.
18. SOARES, Ismar de Oliveira. *Tecnologias da Informação e Novos Atores Sociais in Comunicação e Educação*. SP, CCA-ECA/USP e Moderna, 1995, nº 4, p.41-45.
19. SOUZA, L. Soares. *Contribuições da Semiótica para a Comunicação Social In Comunicação e Sociedade*, SP, 93, p.115-132.
20. TOFFLER, Alvin (Org.). *Aprendendo para o Futuro*. SP, Artenova, 1974.
21. _____. *Choque do Futuro*. RJ, Record, 1970.
22. _____. *A Terceira Onda*. RJ, Record, 1980.
23. *Universidade e Sociedade*. SP, Andes, Ano IV, nº 7, Junho, 1994.
24. VIEIRA, Angela de F. *Mobilidade Social, Educação e Poder no Brasil: 1964-1974*. Dissert. de Mestrado. RJ, UERJ, 1987, 226p.
25. _____. *Conhecer na Pós-Modernidade: Um Desafio Comunicacional de Consciência e Ação*. UERJ/FCS, Logos nº 2/1995.
26. _____. *Culminância*. RJ, Fac. da Cidade, Mimeo, 2º sem./95.
27. _____. *Configuração do campo sociológico*. RJ, Fac. da Cidade, Mimeo, 2º sem./95.

É Possível Falar em Imagem de Marca de País?

José Henrique de Carvalho

On reconnaît le lion à sa griffe.
(Libanius)

As mudanças transcendentais que estão ocorrendo nos mercados, em escala internacional, têm levado os que se dedicam teórica e praticamente à comunicação e ao marketing a começar a se preocupar com campos de pesquisa não imaginados há alguns anos.

Os produtos e mensagens que competem e que buscam pressionar o consumo de forma multipresente, exigem a procura de novos suportes que ajudem a identificá-los. Inicialmente, como primeiro ponto de aproximação das mentes dos consumidores; depois, como motor de uma percepção atraente, esperando, em última instância, uma reação favorável de consumo e adesão por parte do público.

Este trabalho — esboçado pelo Autor em 04 de dezembro de 1992 durante o 8º Seminário de Marketing, Publicidade e Relações Públicas, realizado no Rio de Janeiro — representa uma contribuição para a busca de bases estáveis e permanentes em favor desses produtos e mensagens, quer se trate da exportação de moda, de tecnologia, da atração de capitais, de turismo...

A abordagem envolverá contribuições concomitantes do marketing, de relações públicas, da propaganda comercial e do jornalismo. De fato, esta me parece a postura a ser adotada quando se pensa em esboçar o que denominarei **Política de Ação Comunicativa** (ou PAC) **da Imagem de Marca de um País** (ou IMP). É que para tanto, não podemos desconsiderar aspectos relacionados à **identidade corporativa, propaganda comercial**, o que vem sendo chamado preferentemente de **sponsoring** fora do Brasil, **relações públicas e relacionamento com os meios de comunicação**. Cada um desses instrumentos tem personalidade própria: mas nenhum deles, sem os demais, pode dar forma à Imagem de Marca do País. E a PAC deve se apresentar como uma unidade de ação que usa e hierarquiza tais instrumentos conforme a fase de criação da

imagem em que se encontra o país (ou a cidade).

Até agora a propaganda vinha se sobrepondo aos demais. No entanto, o objetivo deve ser empregar os recursos que cada um desses instrumentos oferece no conjunto da ação a ser desenvolvida. É possível dizer, assim, que eles são complementares. E torna-se óbvia a importância do profissional de relações públicas nesse trabalho de integração...

Não obstante, sendo impraticável aqui detalhar uma Política de Ação Comunicativa, limitar-me-ei a abordar tópicos que considero fundamentais.

Exame de alguns conceitos

De início, o de **marca**. Trata-se de conceito bastante amplo assim como as perspectivas de análise: econômica, comercial, jurídica, publicitária... Mas é possível considerar a marca um nome, um signo, um símbolo, um desenho ou uma combinação de tais elementos, cujo objetivo é identificar bens e serviços de uma organização que sirva para diferenciá-la eficazmente em um ambiente onde existem outros produtos, serviços ou organizações semelhantes. A marca evoca qualidade e garantia e, assim, tende a suscitar confiança no que representa, de maneira que facilita e simplifica o processo de escolha dos consumidores.

A marca se vai estruturando no tempo e passa a converter-se em elemento essencial do patrimônio de uma organização, de modo que representa um capital imaterial que precisa ser administrado e desenvolvido conforme uma dinâmica temporal e espacial.

No tempo, porque a confiança inerente à marca requer lenta estruturação, edificada sobre um processo contínuo de satisfação das necessidades dos consumidores. Espacialmente, porque cada organização gerencia a marca em um ambiente geográfico cada vez mais aberto onde os meios de comunicação experimentam uma expansão sem precedentes e onde a debilidade das fronteiras econômicas potencia a criação de espaços econômicos mais homogêneos.

No entanto, a última afirmativa deve ser vista com cuidado. É que a existência de um mercado mundial da imagem levou algumas

empresas, inclusive as de meios de comunicação, a uma conclusão simples e linear. Havia chegado o momento de "mundializar-se", isto é, de buscar fazer em escala mundial o que proveitosamente estavam fazendo em escala nacional. E tal tendência retilínea se revelou um fracasso.

Como menciona Alvin Toffler em *Power Shift* a razão básica para a estratégia da "venda mundial" se deve, em parte, ao guru do marketing, Theodore Levitt, da Escola de Administração de Empresas da Universidade de Harvard. Preconiza Levitt que "as necessidades e desejos do mundo estão sendo definitivamente homogeneizados", e festeja a chegada dos produtos e marcas "mundiais" dando a entender "que o mesmo produto, respaldado pela mesma propaganda... que fez com que fosse bem vendido em escala nacional, venderia bem agora em todo o mundo." E que "a mesma padronização de tipo industrial, que antes havia ocorrido à nível nacional, teria lugar a nível mundial."¹ Como Toffler lembra também o erro conceitual da teoria da "venda mundial" é que estabelece poucas distinções entre as regiões e mercados do mundo. E detalha: "Alguns se acham ainda em uma situação de mercado pré-massivo; outros, na etapa de mercado massivo; e alguns estão experimentando a desmassificação característica de uma economia avançada"². Nestes, os consumidores exigem maior individualização e adaptação dos produtos. Portanto, não seria lógico esperar que as mesmas ações de marketing ou de propaganda incidissem de forma vantajosa sobre todos eles. Eu sintetizaria tudo isso, referindo que os fundamentos do marketing são universalmente aplicáveis, ainda que sua tática e estratégia dependam da realidade sobre a qual se pretende atuar. Por ter cada país características próprias, um programa de marketing deve ser estruturado de acordo com as circunstâncias econômicas, políticas, psicológicas e sócio-culturais envolvidas.

Evolução histórica da marca

Suas origens devem ser buscadas na antiguidade, quando artesãos e mercadores gravavam suas marcas nos produtos que fabricavam, ou os artistas assinavam suas próprias obras de arte. No século V antes de

Cristo artesãos e mercadores estampavam sua produção com suas marcas. E descobertas arqueológicas romanas indicaram a existência de mais de 6.000 marcas de ceramistas.

Durante a Idade Média o uso da marca se estende aos produtos fabricados pelos diferentes grupamentos corporativos e artesanais. As corporações tinham regulamentos muito estritos, e a marca era exigida em todos os objetos por elas produzidos para garantir o monopólio das vendas, já que em princípio a concorrência estava proibida.

Deve-se assinalar que a marca dos artesãos funcionava como indicação de origem ou de autoria, ou como selo de garantia em caso de defeito do objeto. Os estabelecimentos comerciais da época eram identificados mediante sinais visuais, que normalmente sobressaíam das fachadas dos prédios. Por exemplo: o caso de óculos, indicativos de um ótico.

Com a revolução industrial ocorre o desenvolvimento decisivo da marca. A produção em massa e melhoria dos meios de transporte propiciam a criação de grandes firmas e meios de propaganda nacionais. O progresso da imprensa e a obtenção de papel a preços econômicos permitirá a expansão da marca além da própria materialidade do produto até chegar aos cartazes, folhetos, anúncios impressos e similares.

O avanço tecnológico contínuo da comunicação amplia o entorno gráfico dos

produtos. É possível dizer que vivemos na atualidade em uma civilização da imagem onde o universo da marca deixou de restringir-se apenas ao produto e atingiu o terreno da comunicação dita massiva.

Formação da imagem de marca

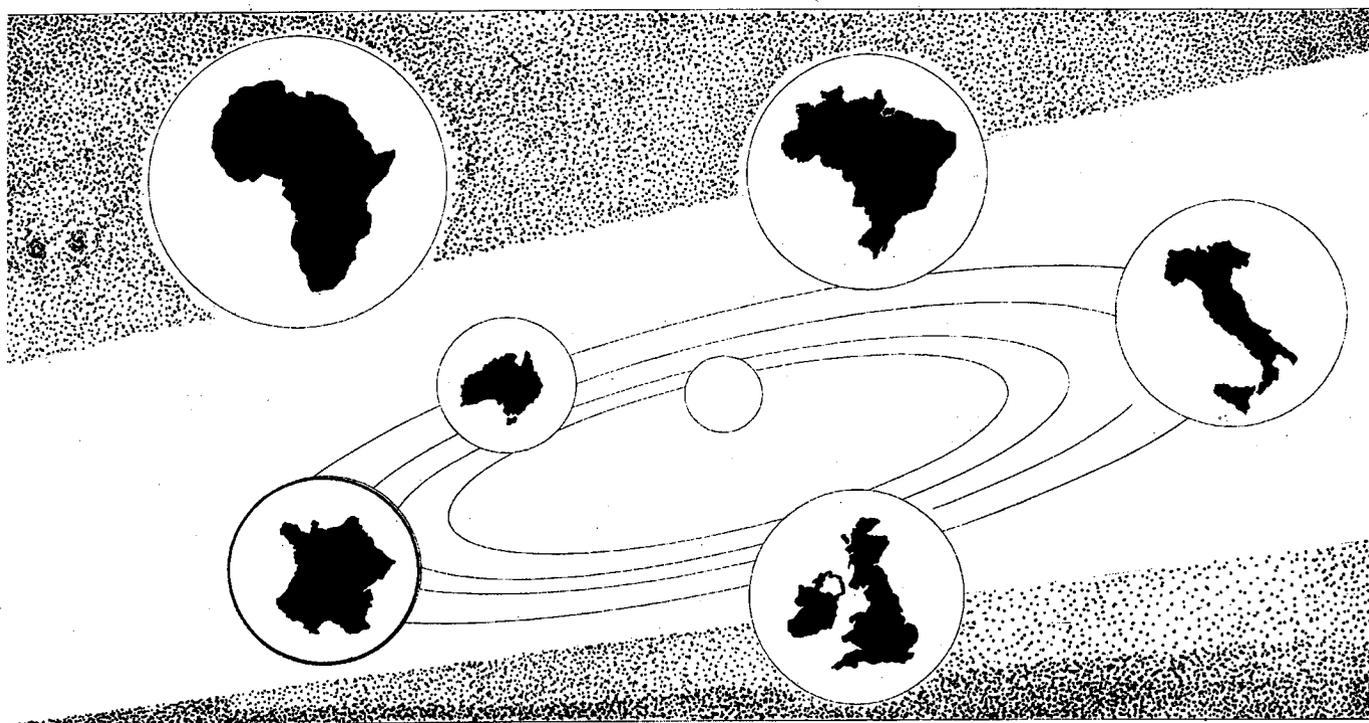
É possível entender a imagem de marca como a opinião que os consumidores reais ou potenciais fazem dos produtos e serviços de uma organização. A imagem se forma como resultado de todas as impressões recebidas pelos consumidores sobre a marca, independentemente da fonte de onde provenham. A opinião formada terá um valor afetivo que denotará atração ou repulsa e poderá servir como referência no ato de compra. A imagem de marca representa parte do capital intangível de toda organização.

Apesar de não ser quantificável, pode converter-se em um dos elementos de maior valor conforme seja boa ou má a imagem que tenha. A construção de uma imagem de marca dependerá de uma série de parâmetros, em sua maioria provenientes de aspectos psicológicos de cada consumidor, pois, em essência, ela é subjetiva. Vale dizer: depende da percepção própria de cada pessoa. A comunicação da imagem de marca nunca chega "pura" ao consumidor. Como observa Giraud "a informação transmitida pela mensagem da marca se deforma através do prisma dos preconceitos e das atitudes

pessoais e sociais do consumidor... Se a adaptação não fosse possível a imagem não se formaria e a marca não teria existência real".³ Para David Ogilvy, a crescente aplicação do marketing de marca — em confronto com o de produto — se explica porque no agressivo ambiente competitivo de nossos dias poucos produtos podem oferecer alguma coisa realmente diferente de seus competidores. Isso faz com que a personalidade da marca desempenhe papel extremamente decisivo no momento de adquirir o produto, muito mais do que suas próprias características físicas. Em exemplos empíricos — referidos por Vance Packard⁴ — verificou-se em relação a produtos como a gasolina, pneus, refrigerantes sabor cola ou alguns produtos cosméticos que os consumidores que se mostravam fiéis a determinada marca estavam comprando uma imagem. É que testes sem identificação revelaram que não saberiam distinguir os produtos de uma marca em comparação com os de outra. Essa irracionalidade aparente do ato de compra justifica a importância da imagem de marca que para o consumidor tem um valor simbólico.

Conceito de país

No presente trabalho considerarei país todo elemento geográfico, seja ou não divisão administrativa, capaz de ser identificado sob determinado tipo de denominação.



■ ARTIGOS

Uma designação de origem é, portanto, um país na medida em que a região, o local de onde são originários os seus produtos, indicam características determinadas, em geral devidas a fatores naturais ou a processos especiais de fabricação. Assim, uma cidade se enquadra perfeitamente no conceito de país. Uma comarca, um distrito, uma região, uma nação, um estado. Ou um agrupamento internacional, uma zona econômica: a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), o MERCOSUL. Em outras palavras: para identificar um país não é indispensável que ele seja dotado de estrutura política especial ou fruto de concreta identificação administrativa. A Palestina é uma zona geográfica suscetível de consolidar uma imagem de marca de país, do mesmo modo que o Brasil, o estado de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro, ou os Mares do Sul, com capacidade de representação muito ampla, ligada até ao exotismo. O mesmo ocorre com Hong-Kong, Singapura, Taiwan, Coréia, cuja imagem se relaciona com mão-de-obra barata que permite a elaboração de muitos produtos que depois vão ser vendidos em países ocidentais sob a denominação de uma marca líder. Ou Milão, muito unida a sua imagem de moda e *design*.

Conceito de imagem de marca de país

É possível dizer que a imagem de marca de país (IMP) é a percepção que os consumidores reais ou potenciais têm dos países. Essa percepção dos consumidores (PC) é equivalente ao produto (P), ou seja, a soma de todos os elementos que compõem o país, mais a política de ação comunicativa (PAC), que é a ação e a resultante comunicativa dos elementos que se produzem para comunicar as características e os elementos do produto/país.

As principais diferenças entre a imagem de marca de país e a imagem institucional de uma empresa ou de um produto se baseiam nas características particulares de tudo o que engloba o país:

- Variações climáticas.
- Produtos e serviços.
- Empresas e corporações de produtos e serviços.
- Instituições da sociedade civil, sistemas de governo.
- Setores econômicos.
- Especialização produtiva e nível de internacionalização da economia.
- Posicionamento econômico, por fazer parte de alguma zona econômica ou política.
- Relações internacionais conjunturais.

- Aspectos antropológicos, culturais, artísticos, literários, folclóricos, gastronômicos...
- História e estrutura social.

A complexidade para gerenciar uma imagem de produto ou de empresa se une, no caso da imagem, marca de país, à pressão das concorrências internas como a vida e a evolução das pessoas, a produção de bens e serviços, a vitalidade das instituições e empresas. E a pressão das concorrências externas, como a relação com os entornos econômicos e culturais, a agressividade comercial, financeira, política, comunicacional e a participação nos centros de decisão internacionais.

Uso e utilidade da imagem de marca de país

A internacionalização da economia tende a diluir as fronteiras e a estabelecer um mercado de oferta e procura em escala mundial. Ressalve-se, porém, que no momento o estado desse mercado é imperfeito, uma vez que o estabelecimento de um mercado internacionalizado atinge apenas alguns países ocidentais, avançando para a criação de fronteiras únicas, mas erodindo o Terceiro Mundo. Algumas empresas estão se vendo obrigadas a organizar sua produção em escala mundial: ou diretamente buscando organização multinacional, ou indiretamente, mediante fusões, *joint-ventures* ou acordos parciais com outras empresas.

De outro lado, o fenômeno de desenvolvimento de marcas em escala planetária prejudica os antigos mercados nacionais ou regionais. Por exemplo, uma marca — em qualquer campo de produção ou de serviços — é elaborada em um país cujas matérias-primas procedem de outro, graças a um *design* criado em um segundo, e por fim se comercializa em um terceiro, onde por algum tempo ou definitivamente se instalou o proprietário da marca.

Uma vez desvinculada a relação entre produção, comercialização e a zona de origem, torna-se claro que os produtos e serviços necessitam de instrumentos identificadores em escala mundial.

Acrescente-se que a imagem de marca de país se pode converter em um elemento identificador, quer se trate de fabricação ou comercialização nativa ou de fora.

Assim, a França berço de diferentes marcas relacionadas com a alta perfumaria, a *haute couture* e o *prêt-à-porter* em escala mundial, não fabrica nem desenha toda a sua produção, nem gera toda a matéria-prima que utiliza. Na lógica administrativa, cada firma busca o desenho, as matérias-primas e a mão-de-obra em países onde existam

melhores condições. Com a base jurídica que o Estado (francês) proporciona, só é necessário que o produto ou o serviço final inicie sua comercialização a partir da França para que todo o processo seja considerado francês.

Os produtos de luxo franceses, a moda italiana, a capacidade de uma zona determinada para realizar investimentos diretos no estrangeiro ou muitas das belezas naturais e peculiaridades brasileiras estão em condições de merecer um suporte identificador graças à imagem de marca de país. Dessa forma recebem um significado de referência, uma situação determinada, um valor agregado de imagem que os posiciona de maneira determinada diante dos públicos consumidores em escala mundial.

Nestas condições, pode-se dizer que a imagem de marca de país é capaz de fornecer suporte às exportações de bens e serviços, à atração de investimentos estrangeiros diretos, ao turismo, à moda e a qualquer outra realidade ou potencialidade que se possa derivar do plano geográfico de um país. Aspectos, por exemplo, como o científico e o tecnológico.

Mais não é preciso dizer. Por enquanto...

José Henrique de Carvalho

• Pós-graduado em Ciências de Informação Coletiva, no exterior (1965). Livre-Docente em Comunicação Social com tese sobre o alcance e as limitações da propaganda, pela PUC-Rio (1977). Professor universitário a partir de 1963, desde o ano seguinte passou a exercer funções acadêmico-administrativas (chefia e direção) e tem atuado como orientador e pesquisador em cursos de graduação e pós-graduação na PUC-Rio e nas universidades Federal e do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ e UERJ). É jornalista e profissional de relações públicas.

Referências bibliográficas

- LIBANIUS. *Correspondence*, Lettre 1069.
1. TOFFLER, Alvin. 1992. p. 393
 2. TOFFLER, op. cit. p. 393-394
 3. GIRAUD, C.H. 1965. p. 180
 4. PACKARD, Vance. 1959.

Bibliografia

1. TOFFLER, Alvin. *El cambio del poder*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 1992, p. 393-394
2. GIRAUD, C.H. *L'importance économique de la marque*. Paris: Gauthier-Villars, 1965, p. 180
3. PACKARD, Vance. *A nova técnica de convencer*. 1ª ed. São Paulo: IBRASA, 1959.

João do Rio e a Pobreza na Cidade: uma leitura de *A Alma Encantadora das Ruas*

Denise da Costa Oliveira

Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro vivia paradoxalmente momentos de sonho e de pobreza. Tendo como modelo a “Belle Époque” parisiense, a cidade sofria a transição para uma ordem capitalista urbana. Naquele momento, começava a se constituir um mercado de trabalho industrial e urbano no Rio e em São Paulo baseado na mão-de-obra livre, formada por imigrantes e ex-escravos, enquanto acentuava-se a formação de classes pobres no território urbano.

Com poucas exceções, como Lima Barreto e Euclides da Cunha, os escritores e jornalistas se dedicavam a produzir para a elite carioca, seguindo padrões estéticos europeus e ignorando a marginalidade social. Na contramão dos estilos, mas, também sob influência francesa, o escritor e repórter João Paulo Barreto, ou João do Rio, parafrazeou Baudelaire e tornou-se “flâneur”, vagando pelas ruas da cidade e observando parcelas da sociedade que raramente freqüentavam a literatura e o jornalismo.

João do Rio foi um dos poucos que, na época, escreveu sobre a pobreza na cidade. No livro *A alma encantadora das ruas*, o mesmo autor dedica um capítulo ao tema intitulando-o de Três aspectos da miséria. Através de suas crônicas, com base em leituras das áreas de sociologia e história, pode-se reconstruir características da pobreza no Rio de Janeiro da “Belle Époque”.

João do Rio e a reportagem

Para valorizar a obra de João do Rio (1881-1921), faz-se necessário deixar de lado os instrumentos críticos da análise literária e redescobrir sua contribuição jornalística. Por esse ângulo, João do Rio pode ser considerado o cronista e o repórter dos primeiros anos do século XX, no Rio de Janeiro. Entre suas obras estão livros de crônicas e reportagens, entrevistas, contos, um romance, peças de teatro, conferências e narrações de viagens.

João do Rio sofreu influência do realismo do escritor português Eça de Queiroz, do inglês Oscar Wilde e do francês Charles Baudelaire. Seu primeiro livro, *As religiões do Rio*, de 1904, causou polêmica revelando cultos e crenças não considerados pela literatura do período. Mas, foi seu segundo livro, *A alma encantadora das ruas*, de 1908, que trouxe elementos mais inusitados, relevando aspectos que chocaram a “Belle Époque” carioca. Nele, “João do Rio pinta uma cidade bem diferente daquela divulgada pelo governo e a classe dominante. Fala da pobreza, de vícios e outras mazelas que o vento da modernidade tenta expulsar do centro da cidade e esconder nos subúrbios e favelas”. (Silva, 1993, p.4).

Capital Federal, o Rio de Janeiro era centro político, comercial e populacional do país. Nesse contexto, o projeto “Rio Civiliza-se” empolgava setores mais abastados da sociedade e implicava na importação de costumes e produtos da América, e principalmente, da Europa. Seguindo essa linha de pensamento, como poderia o Rio de Janeiro, tão “semelhante” às metrópoles do hemisfério Norte, comportar a situação de miséria e insalubridade descrita por João do Rio, contrariando as idéias difundidas pela “Belle Époque”?

João do Rio não responde essa questão, mas mostra as várias formas da pobreza a partir do emprego de técnicas americanas, também importadas: a reportagem e a entrevista. Sua observação participante provoca o início da transformação da folha literária em jornal informativo. As práticas desenvolvidas por ele influenciam o texto e a postura jornalística, como explicita Cremilda Medina: “*Religiões do Rio, Alma encantadora das ruas, Vida vertiginosa, Cinematógrafo, Os dias passam*, livros que reúnem as reportagens de Paulo Barreto, oferecem, no meio de certos artificialismos estilísticos e imperfeições técnicas, aquilo que caracteriza o jornal moderno - informações”. (Medina, 1988, p.59)

João do Rio se situa em uma cidade em remodelação. O Rio de Janeiro de 1900, das primeiras casas de chope, dos cabarés, das

agremiações literárias, da Avenida Central como símbolo do “Rio Civiliza-se”, convive com miseráveis trabalhadores explorados da estiva, mulheres mendigas e com a fome. Nas palavras de Solis e Ribeiro, “a vida na Capital Federal nem sempre correspondia a imagens que, a partir de um certo momento, seriam difundidas pelos postais. Pelo contrário, as “maravilhas” da cidade tropical eram privilégio da minoria que detinha alguma forma de capital e a burocracia do Estado”. (1985, P.46)

Em suas investigações sobre os componentes da cidade, João do Rio revelou à “Belle Époque” um universo de personagens sobrevivendo em condições incompatíveis com o modelo social que alguns grupos tentavam impor. O Rio de Janeiro foi seu assunto e cenário permanente e os aspectos da vida cotidiana carioca nas duas primeiras décadas do século XX foram seu tema. Analisando seus textos, Luis Martins comenta que “sua obra de cronista, de repórter, de comentarista social é prodigiosa” (1971, p.14). Para Martins, se em alguns livros, como no *Pall-Mall Rio de José Antonio José*, de 1917, João do Rio “foi o cronista frívolo de vida mundana, em outros livros mais sérios contou a miséria anônima das ruas, denunciou as condições miseráveis do proletariado na época e condenou a injustiça social”. (Martins, 1971, p.14)

A literatura do início do século XX refletia a mudança da boemia do século XIX, característica do romantismo, para o modernismo, movimento que começava a tomar forma. O jornal, por sua vez, se definia paulatinamente como indústria-cultural, perdendo sua característica essencialmente política. A soma desses aspectos explica, em parte, a filosofia de João do Rio no Rio de Janeiro em transformação, com o automóvel, o cinema e o repúdio ao “ar colonial” da cidade.

As obras do prefeito Pereira Passos, que visavam a urbanizar a cidade, davam-lhe uma aparência de metrópole moderna. Conforme associa Martins, “a presidência de Rodrigues Alves transformara bruscamente a velha cidade imperial, de ruas tortas e

■ ARTIGOS

estreitas, de hábitos lentos, morigerados e patriarcais, numa metrópole moderna, de largas e amplas avenidas revolucionando os costumes e criando uma nova mentalidade de progresso. A pulsação da vida atingia um ritmo de febre” (1971, p.13).

Nesse mesmo período também ocorria a adesão da intelectualidade brasileira à teoria evolucionista de Darwin. Essa concepção entendia e julgava a população nativa brasileira como inferior e responsável pela manutenção do “ar colonial” da cidade. Foi esse, aliás, um dos argumentos empregados a fim de explicar o projeto de reconstrução da capital que, ao ser urbanizada, distanciou as classes subalternas do centro urbano. Tais grupos sociais foram empurrados para os subúrbios ou para os morros.

Paralelamente, a leitura positivista da República contribuía para o reforço da postura tecnocrática e autoritária. Várias medidas, irrealistas para a época, deixavam transparecer a preocupação com o controle da população marginal da cidade e dos operários que iam sendo enquadrados ao esquema da sociedade ordenada pelo trabalho.

Rio de Janeiro, 1900: cenário de pobreza e luxo

De acordo com Lícia Valladares, somente no século XIX a pobreza urbana emergiu como problema maior aos olhos da elite nacional, acompanhando o processo de transição da sociedade brasileira para uma ordem capitalista e no contexto de uma urbanização incipiente, porém, centrada num grande centro urbano - o Rio de Janeiro (1991, p.84).

Assim como ocorrera em alguns países europeus, foi a questão sanitário-higienista que precipiou, no Brasil, o despertar para as precárias condições de vida de amplos segmentos da população que viviam nos centros urbanos impulsionados pela indústria. Pode-se fazer a analogia de que o Rio de Janeiro, com mais de 500 mil habitantes, era tão insalubre quanto Londres e Paris no século XIX. Segundo dados recolhidos por José Murilo de Carvalho, “o Rio possuía, em 1888, 1331 estalagens e 18866 quartos de aluguel, em que moravam 46680 pessoas, incluindo todo o vasto contingente do mundo da desordem.”(1991,p.36).

A capital brasileira era infectada por epidemias de febre amarela, peste, cólera e de varíola que se propagavam devido às condições de higiene da população. As habitações coletivas sem o apropriado saneamento e falta de água contribuía no processo. Nesse contexto, os médicos assumiram papéis públicos determinantes e

seu discurso higienista passou a ser utilizado para designar a pobreza.

O objetivo higiênico da recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar “burguês”. (Costa,1989,p.109).

O discurso sanitaria abriu caminho para a intervenção sobre a pobreza gerando a proibição de construção de novos cortiços, a demolição e o fechamento de vários deles. Além disso, foi o mesmo discurso que respaldou a promoção de campanhas sanitárias (conduzidas por Oswaldo Cruz e que acabaram provocando a Revolta da Vacina) e culminou com a reforma urbana conduzida por Pereira Passos.

Em uma das crônicas de *A alma encantadora das ruas*, João do Rio conta a visita noturna a um cortiço. O repórter narra sua incursão junto com um delegado de polícia, um cabo, dois agentes secretos, um bacharel e um adido de legação a uma “hospedaria de má fama”, na Gamboa. João do Rio escreve sobre o descrédito do adido antes de presenciar a miséria na qual os moradores do cortiço viviam: “o adido assegurava que a miséria só na Europa - porque a miséria é proporcional à civilização”.

No relato, depois de presenciar a sujeira, a falta de saneamento e o “mau cheiro intenso”, o delegado ordena uma inspeção aos fundos do cortiço. Nas palavras de João do Rio, “foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espetros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal”. (1991, p.123).

Em outra crônica, *As mariposas do luxo*, João do Rio relata o passeio das operárias saindo do local de trabalho e parando em frente às vitrines de produtos importados. “Como são feios os operários ao lado dos mocinhos bonitos!”, compara o autor. E opinando sobre as trabalhadoras: “Elas, coitadinhas! passam todos os dias a essa hora indecisa e parecem sempre pássaros

assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a Vida cruel? Trabalho, trabalho.”(Rio,1991,p.102).

Assim é suscitada a questão da pouca probabilidade de ascensão social dessas mulheres. Como elas, os homens da estiva também tinham pouca (ou nenhuma) oportunidade de ascender social e economicamente. O trabalho físico intenso e o baixo valor do salário, aliados à pouca alimentação, nem sempre permitiam que os imigrantes juntassem o suficiente para pagar a passagem de volta para seus países.

As condições de trabalho não eram boas e não havia leis protegendo o trabalhador. João do Rio registrou o depoimento de um estivador: “Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço. Olhe, vá à Marítima, ao Mercado. Encontrará muitos dos nossos arrebentados, esmolando, apanhando os restos de comida. Quando se aproximam das casas às quais deram toda a vida correm-nos!” (Rio,1991,p.111).

João do Rio também escreve sobre a organização dos trabalhadores na União dos Operários Estivadores e sobre os “estatutos que defendem habilmente o seu nobre fim”. O autor não retrata os trabalhadores apenas como submissos, mas, mostra a opinião de alguns dos que tinham consciência das desigualdades sociais do momento. Um operário desabafa com o cronista: “O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? É mais fácil estoirmar um trabalhador que um larápio? O capital está nas mãos de um grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho”. (Rio,1991,p.110).

João do Rio relaciona a pobreza em várias crônicas com o trabalho. A miséria dos trabalhadores no início do século no Rio de Janeiro era pungente e o autor buscava os locais onde ela se concentrava. Na Fome Negra, trecho da ilha da Conceição, aglomerava-se um grupo de trabalhadores do depósito de manganês: “O manganês, que a Inglaterra cada vez mais compra ao Brasil, vem de Minas até à marítima em estrada de ferro; daí é conduzido em batelões até às ilhas Bárbaras e da Conceição, onde fica em depósitos.”(Rio,1991,p.114).

Os trabalhadores, a maioria espanhóis e portugueses, transportavam o minério de barcos para o depósito e do depósito para outros barcos. “Moravam” na ilha e por isso, eram descontados pela “comida” e pelo barracão onde dormiam. Podiam fazer o serão noturno, receber um pouco mais por ele e, é claro, ter os devidos descontos do pão, da carne e do café servidos durante o

trabalho. “Uma vez apanhados pelo mecanismo de aços, ferros e carne humana, uma vez utensílio apropriado ao andamento da máquina, tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor.” (Rio, 1991, p.114). Como observador participante, João do Rio pergunta por que não pediam a diminuição das horas de trabalho. “Para que, se quase todos se sujeitam?” responde um. Outro, por sua vez, exclama: “Há de chegar o dia, o grande dia.”

A mudança a qual foi submetida a Capital Federal no governo de Rodrigues Alves, então presidente, e Pereira Passos, prefeito, inspirava-se na remodelação de Paris. Contudo, o objetivo de fazer do Rio de Janeiro uma “Europa possível” mudando as feições coloniais da cidade, não solucionou seus problemas sociais. Higienização, saneamento, abertura de novas avenidas e obras de reformas do cais do porto não melhoraram, por exemplo, a vida das mulheres mendigas.

Em uma de suas crônicas, o autor descreve parte da mendicância que habita a cidade. João do Rio escreve que entre os mendigos há profissionais de doenças falsas e coloca a questão de até onde vai a verdade e até onde chega a malandrice. “Os homens exploradores não têm brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam.” (Rio, 1991, p.126).

Guiado pelo mendigo Pietro Mazzoli, o cronista-repórter observou o meio da mendicância feminina: “Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas

por caftens, cegas que vêem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça” (Rio, 1991, p.126). No entanto, o número das realmente miseráveis, segundo o cronista, é maior: “Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver taramelar, recordando a existência passada”. (Rio, 1991, p.126).

São essas mulheres que, muitas vezes, geram as crianças de ruas ou “Os que começam”, para João do Rio. De acordo com ele, “não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres ainda pantomimam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicidade malandra”. (1991, p.131)

Considerações finais

Domesticado politicamente e tendo seu peso político reduzido pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, o Rio de Janeiro recebeu o papel de cartão-postal da república brasileira. Enquanto as classes mais abastadas e os literatos imbuíam-se do espírito francês da “Belle Époque”, trabalhadores miseráveis, mulheres e crianças mendigas mostravam uma outra face contrastante da cidade.

Ao mesmo tempo em que poetas sonhavam viver e morrer em Paris, João do Rio percorria as ruas da cidade durante o dia ou à madrugada, descrevendo cortiços e a pobreza urbana. Seus métodos não eram originais na América e na Europa, mas, no Brasil, foi o primeiro a empregar o processo de busca e apresentação da informação, num modo de impressionar e esclarecer o público, até então, ignorado.

As características marcantes de sua obra - a observação participante, o diálogo com as fontes e a contextualização - permitiram que o cronista revelasse elementos cotidianos da cidade com clareza. A partir deles e com base em outras leituras, pode-se concluir que a higienização do Rio de Janeiro apenas afastou do Centro os miseráveis, sem solucionar os problemas sociais (uma reflexão atenta mostra que vários deles permanecem insolúveis até o presente).

O Rio de Janeiro não passou impune pela transição para a ordem capitalista urbana. Não houve emprego para todos e a má distribuição de renda persistiu. Mas, tornou-se necessário mostrar que ex-escravos e estrangeiros podiam integrar-se ao mercado de trabalho e ascender: afinal, o

país entrava na modernidade.

João do Rio também escreveu sobre frivolidades como vários outros escritores-jornalistas. Porém, sobre pobreza poucos o fizeram. Da forma como ele fez, foi o primeiro. Seu valor está, então, em descrever a cidade em remodelação, não correspondendo à imagem oficial que dela era divulgada. João do Rio tinha a preocupação com o aspecto social em uma época em que o método sociológico ainda se afirmava e o positivismo era a força motriz na interpretação das Ciências Humanas. Encarando-o como cronista pode-se extrair de sua obra elementos exclusivos sobre o Rio de Janeiro e sua pobreza no início do século XX.

Denise da Costa Oliveira

• Mestranda em Ciência da Informação/IBICT/ECO/UFRJ

• Especialista em Sociologia Urbana/UERJ

• Jornalista e Relações Públicas/UERJ

Bibliografia

1. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. SP, Cia das Letras, 1991.
2. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. RJ, Graal, 1989.
3. MARTINS, Luis (Org. e Prefácio de). *João do Rio: uma antologia*. RJ, Instituto Nacional do Livro/Sabiá, 1971.
4. MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Summus, 1988.
5. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo, Cia das letras, 1993.
6. OLIVEIRA, Denise da Costa. A arte de noticiar com estilo: jornalismo literário sobrevive ao tempo e se mantém nos cadernos de cultura. *Tribuna da Imprensa*. RJ, 12/04/95. Caderno Tribuna Bis, p. 1.
7. OLIVEIRA, Denise da Costa. *Rio de Janeiro, jornalismo e literatura na belle époque*. Monografia de pós-graduação/especialização em Sociologia Urbana. IFCH/UERJ, 1995.
8. RIO, João do. (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987.
9. SILVA, Mary Juliane de Lima da. *João do Rio - o pioneiro da reportagem no Brasil*. Monografia. FCS/UERJ, 1993.
10. SOLIS, Sidney S. e RIBEIRO, Marcus V. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. *Revista do Rio de Janeiro*, nº 1, dezembro de 85, p. 45-59.
11. VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ/Rio Fundo, 1991.



■ COMUNICAÇÕES

Fac-símile do Ato Executivo de Decisão Administrativa AE-031/Reitoria/95 - de 15/08/95.
Cria o Programa de Memória em Comunicação/Revista LOGOS

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

- Art. 1º - Criar o Programa de Memória em Comunicação/Revista Logos na Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, considerando os seguintes objetivos:
- a) editar periódico semestral intitulado: LOGOS: Comunicação e Universidade, com estudos, pesquisas e ensaios dos campos temáticos da Comunicação e Educação, integrados a outras perspectivas interdisciplinares.
 - b) intercambiar com o CCA-ECA/USP para estudos integrados com as Ciências da Comunicação, nas linhas de pesquisa institucional, mediações: Comunicação e Educação, Comunicação e Cultura; e Fundamentos Epistemológicos da Comunicação.
 - c) realizar estudos voltados para experiências acadêmicas no campo da Comunicação Social, em âmbito nacional e internacional.
 - d) rastrear informações relativas a programas de memórias institucionais, de órgãos de ensino, pesquisa e extensão atuantes no Campo das Ciências da Comunicação.
 - e) organizar banco de dados sobre memória em Comunicação e Educação.
 - f) produzir textos, livros e outros materiais educacionais para uso didático em iniciativas docentes, em atividades de graduação, pós-graduação e extensão acadêmica.
 - g) cooperar com produção de conhecimento no âmbito da linha de pesquisa da FCS: Comunicação, informação e Educação.
 - h) realizar estudos e pesquisas em cooperação com entidades de ensino e pesquisa, nos eixos temáticos: currículos, metodologias e pedagogias interdisciplinares, epistemológicas e iniciação científica.
 - i) organizar a produção discente de final de curso - monografias - nas linhas de pesquisa departamental, para consulta docente e discente de âmbito interno e interinstitucional.
- Art. 2º - O Programa de Memória em Comunicação - PMC/Revista Logos fica vinculado academicamente à Faculdade de Comunicação Social da UERJ.
- Art. 3º - O Programa de Memória em Comunicação - PMC/Revista Logos será coordenado pelo(a) Professor(a) autor(a) do projeto.
- Art. 4º - Caberá ao Coordenador propor a normatização, através de regimento interno e normas complementares, disciplinando os procedimentos para execução do presente ATO EXECUTIVO de DECISÃO ADMINISTRATIVA.
- Art. 5º - Caberá ao Centro de Produção da UERJ-CEPUERJ, para implantação e funcionamento do Programa de Memória/Revista Logos, a responsabilidade de execução de contratos de prestação de serviços, incluindo faturamento e recebimento, bem como o plano de aplicação dos recursos obtidos com a prestação de serviços ou de doações, destinando o saldo existente a investimento e desenvolvimento dos objetivos do PMC/Logos.
- Art. 6º - Para funcionamento do Programa/Revista Logos contar-se-á com o apoio de órgãos como: Reitoria, CEH, CEPUERJ, DINFO e demais órgãos que integram a estrutura universitária.
- Art. 7º - Este Ato Executivo de Decisão Administrativa entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 15 de agosto de 1995.

HÉSIO CORDEIRO
Reitor

Um Comunicador/Educador Sob Medida: o profissional da cultura

Nelly de Camargo

A América Latina tem uma longa experiência em atividades de educação e ação cultural ligadas aos processos de desenvolvimento. As necessidades de integração de enormes levas de populações migrantes de áreas rurais, pobres, e quase sempre despreparadas para áreas urbanas foram, desde sempre, um dos mais importantes desafios enfrentados pelas instituições encarregadas dos processos administrativos, políticos, religiosos e educacionais da vida social.

Apenas para citar um exemplo, nos anos 40, um sério movimento denominado "movimento de educação de base" através dos rádios-forum teve lugar no Brasil, atingindo todo o país via recepção cativa de rádio. O programa tratava de assuntos variados e importantes, ligados principalmente à formação da consciência social. Mais tarde, uma abordagem sistemática para a erradicação do analfabetismo adulto, baseado na "Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire obteve muito êxito e tem sido, desde então, usada extensivamente não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, em programas alternativos de desenvolvimento cultural.

Este e outros tantos exemplos demonstraram a necessidade da ação cultural e, conseqüentemente, a necessidade de profissionais especialmente preparados para desempenhar uma série de tarefas diversificadas, geralmente classificadas como ação cultural ou animação cultural, ou, ainda, como se designa em alguns países latino-americanos, promoção cultural.

Tais tarefas vêm sendo executadas há muito tempo. E de onde vieram essas pessoas que, inicialmente, começaram a desempenhá-las? A pesquisa mostra uma grande variedade de origens acadêmicas¹: são médicos, bibliotecários, professores, assistentes sociais, enfermeiras, e ainda, donas de casa com tempo livre, artesãos, artistas e muitos outros.

Afinal, o que essa gente tem em comum? Certamente não o seu currículo escolar básico, mas sim uma motivação

interior, um desejo de melhorar o estilo de vida daquelas populações através da difusão do conhecimento, da ação solidária e do companheirismo, com vistas a alcançar um mundo melhor, através da organização dos grupos para o desenvolvimento e manutenção de suas conquistas, inclusive culturais.

Fica evidente que tal tipo de ação é impulsionada por apelos ideológicos e carismáticos. O elemento fundamental — a pedra de toque — é a motivação. Após quarenta anos de acompanhamento de vários programas de ação cultural na América Latina, ainda encontramos este elemento como sendo responsável pelos projetos que tiveram êxito, pela criatividade e alternativas nos processos de tomada de decisões que tal compromisso parece estimular.

Certamente não se poderia recomendar o desenvolvimento de um currículo para a formação de profissionais para a ação cultural unicamente na base da motivação interior, porém, sem tal elemento, qualquer currículo poderia facilmente produzir novos burocratas da cultura, melhor capacitados para bloquear o desenvolvimento cultural do que para partilhar seus frutos com a população.

A experiência latino-americana não registra, ainda, programas de convergência nacional, de grande amplitude e longa duração. Ao contrário, os programas de ação cultural têm sido pontuais, diversificados, raramente bem planejados e coordenados, em termos de continuidade administrativa, avaliação e integração dentro do quadro das políticas culturais da América Latina.

Alguns fatores podem desde logo, ser apontados como responsáveis por esse fato: a complexidade e a dispersão das unidades que compõem o setor cultural e seu grau de especialização; a tradicional ligação administrativa existente entre os programas culturais e outros setores, principalmente os da saúde e educação; a falta de experiência administrativa das pessoas encarregadas de executar os programas; a desarticulação da ação cultural e social a nível estatal, que exige um sistema de coordenação intra e extra-setorial, em diferentes níveis, com vistas à racionalização de esforços e economia de recursos.

Este estudo pretende apresentar, de forma sumária, os resultados de uma série de

entrevistas, artigos, relatórios de seminários latino-americanos e de um levantamento feito pela autora entre profissionais da animação cultural, ou ação cultural, como alguns preferem.

Considerações relevantes

Antes, e acima de quaisquer outras considerações, é importante enfatizar que a escolha e a adoção de uma estratégia para a ação cultural dependerá sempre de fatores políticos, administrativos, financeiros e técnicos, aos quais se acopla a cuidadosa escolha e formação das pessoas que se encarregarão das tarefas de animação cultural.

Isto posto, surge como primordial a necessidade de criar entre os dirigentes da política cultural a consciência da importância da revisão, adaptação e flexibilização das estruturas administrativas de modo a permitir o desenvolvimento de projetos culturais. Tal processo de avaliação e revisão analítica, realizado periodicamente, permitirá:

- a) considerar novos e antigos processos de gerenciamento, tendo em vista a ampliação dos poderes locais, municipais ou estaduais e regionais no processo decisório, sem perder o equilíbrio necessário à coordenação nacional das políticas culturais;
- b) estabelecer redes institucionais de serviços culturais, conduzidas por centros comunitários locais, como medida de fomento cultural para o desenvolvimento de recursos humanos e institucionais;
- c) criar condições para a formação de pessoal, em diferentes níveis e especialidades, destinado ao trabalho de animação e/ou promoção cultural.

Que perfil recortar para o profissional de animação cultural?

O objetivo da animação cultural é prover a comunidade com o máximo de possibilidades de acesso à informação, de formas espontâneas e/ou organizadas de expressão, de melhoria de estilo de vida, através do desenvolvimento pessoal que se reflete, necessariamente, na sociedade como um todo.

De acordo com os dados obtidos, o Agente Cultural (ou Animador, ou Promotor Cultural) é um profissional que:

■ INTERCÂMBIO

- tem a responsabilidade de, como agente da mudança cultural e da mobilização comunitária, atuar como elemento de facilitação para a participação ativa da população em atividades culturais;
- interage e colabora na recuperação e difusão dos valores locais e na promoção da capacidade do povo no uso de seus próprios recursos; de outro lado, coopera na transferência da informação externa e ofertas culturais públicas ou privadas;
- coopera na criação e fortalecimento das ações culturais espontâneas das comunidades, através dos processos de auto gestão, tendo em vista não apenas a expressão artística, mas também o conhecimento histórico-cultural e científico; da mesma forma como expõe, aos usuários, toda a gama de possibilidades a nível nacional, regional e internacional. Para tanto, é relevante que o Agente ou Animador Cultural tenha um claro e preciso conhecimento da legislação nacional e dos regulamentos específicos relativos aos objetos culturais e seus processos de circulação.

Estas considerações encaminham à questão: quem deve ser selecionado para exercer tais funções ou atividades. Aqui usarei quatro tipos de informação: o projeto de minha autoria aprovado pelo Conselho do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP em 1974²; os documentos do Encontro Latino-americano de Peritos em Comunicação, Educação e Animação Cultural (Lima, 1988); os resultados de uma pesquisa conduzida por mim, através da Associação Paulista de Agentes Culturais (São Paulo, 1988) e os resultados dos Seminários realizados pela Mediact (Viena 1986 e 1989).

Em primeiro lugar, sempre que se fala sobre “um currículo” para formar e preparar tecnicamente este tipo de profissional, uma reação bastante comum dos que já trabalham na área é: “Agentes Culturais já nascem feitos”; “por favor, não fale sobre escolas para formar mais profissionais desajustados”; “não nos chame de Agentes Culturais profissionais: somos profissionais que se tornaram Agentes Culturais” etc.

Qualidades pessoais

Após um prolongado debate entre os animadores, algumas características comuns emergiram como necessárias ao sucesso do trabalhador dessa área: a pessoa a ser encarregada das tarefas de animação cultural deve ter, entre outras qualidades, vocação para servir; elevado sentido de responsabilidade; predisposição para o trabalho

comunitário, capacidade de desenvolver relações humanas, sentido de oportunidade, equilíbrio psicológico e formação técnica suficiente. Portanto, um possível currículo deveria ser desenvolvido contando com essas qualidades e buscando ampliar as capacidades operacionais do Agente ou Animador Cultural.

Formação: conhecimentos

Algumas áreas foram fortemente sugeridas como pertinentes à formação do Agente ou Animador Cultural: Políticas Culturais, Teoria e Pesquisa da Comunicação, Técnicas Audiovisuais, Elementos de Planejamento e Administração, Técnicas de Dinâmica de Grupo, Técnicas de Pesquisa Social e Desenvolvimento Comunitário.

Ênfase especial foi colocada na noção de que a formação dos Agentes ou Animadores Culturais deve provê-los com um instrumental que lhes permita integrar-se nas comunidades (nos diferentes níveis de participação) permitindo-lhes elaborar um “perfil cultural realístico” das situações encontradas; elaborar propostas ou projetos alternativos, levando em conta os valores e quadros de referência sócio-culturais existentes, bem como sua capacidade real ou potencial de criação, os meios e canais culturais de expressão ou inibição de expressão, suas organizações básicas, suas lideranças efetivas, e seus modos de utilizar os espaços e despende o tempo livre.

Da acuidade do diagnóstico dos fatores e variáveis acima mencionadas (e de outros que sejam correlatos) dependerá a definição de objetivos válidos, de estratégias de articulação entre forças em campo, e o desenvolvimento de planos e técnicas efetivos para promover a integração real da população nas atividades culturais.

Outro ponto enfatizado diz respeito à necessidade de um treinamento de campo, real e sob supervisão, como parte da formação do Agente ou Animador Cultural: os candidatos devem ser selecionados entre os participantes dos cursos, na medida em que se revelem aptos a participar de um plano piloto, colocando em prática uma atividade sistemática de desenvolvimento cultural.

Os candidatos devem ser testados em diferentes alternativas de ação, avaliados cuidadosamente em seu desempenho e resultados obtidos, de modo a que correções, ampliações ou especializações possam ser introduzidas (sob medida) em seu programa de treinamento, formação ou reciclagem.

Tal procedimento deve ter lugar em cada grau ou nível de atuação. Nenhum Agente ou Animador Cultural deveria ascender a

um nível mais alto de responsabilidade sem ter cumprido, com sucesso, as tarefas do nível imediatamente inferior. Neste campo de atividade não se pode separar a reflexão crítica, o gerenciamento e o desempenho concreto.

Formação: Comunicação

Nunca será suficientemente enfatizado o papel da comunicação na dinâmica sócio-política das sociedades Latino-americanas, historicamente marcadas pela dependência cultural, econômica e tecnológica — frutos amargos das políticas colonialistas exercidas por séculos sobre os países em desenvolvimento —, e pelas profundas desigualdades internas nas áreas econômicas, políticas e culturais. Porém, afortunadamente, marcadas também pelas confrontações, pelas buscas de caminhos para a transformação do ambiente social, através da superação das injustiças mais flagrantes e pelo crescimento da participação das grandes maiorias no empreendimento social.

Dentro deste cenário, existem numerosos projetos para o desenvolvimento cultural em todas as áreas, em vários níveis, requerendo a organização dos setores populares, tanto quanto dos setores diferenciados das muitas sociedades que coexistem no continente.

Face à grande diversidade de formação das populações latino-americanas em termos de etnias, linguagens, valores, religiões, música, dança, e outras formas de expressão e concepção ideológica sobre a vida — tanto individual como social — a Comunicação não pode ser considerada apenas um conjunto de canais difundindo mensagens. A Comunicação é uma área estratégica em que são construídos os meios e os significados: um sistema de interação que engendra os processos de identificação das características, normas e valores de um povo ligado ao reconhecimento e articulação de interesses, e à legitimação de conhecimentos e poderes, que produzem a emergência de uma ordem social.

Cabe à Comunicação a função de promover e priorizar os debates sobre problemas de modo a habilitar a sociedade como um todo a confrontar-se com o seu conjunto de valores, demarcar os territórios dos direitos e das responsabilidades e pronunciar-se sobre os conteúdos veiculados pelas redes de comunicação que modelam e guiam o comportamento social.

Nas sociedades em desenvolvimento, a voz das pessoas comuns raramente atinge os canais de comunicação, e as tradicionais desigualdades no direito de participação no diálogo social geralmente contribuem para

que os grupos desfavorecidos sejam mantidos à distância, como se fossem constituídos por cidadãos de segunda ou terceira classe.

Entretanto, as necessidades sociais se manifestam através de várias formas de resistência e luta para modificar a ordem social comunicativa excludente, exibindo uma dinâmica peculiar de confrontação para cada situação. Geralmente, necessidades e propostas são expressas de modo tradicional, incorporando todos os meios e recursos disponíveis para atingir suas finalidades: folhetos, tablóides, jornais murais, alto-falantes, representações teatrais tipo sócio-dramas, música folclórica e bonecos, uso de veículos mais sofisticados como o rádio, os diapositivos e outros meios audiovisuais, incluindo o cinema, o vídeo e a TV. Para os estratos populares, "o acesso a estes meios representa não apenas o exercício de um direito, mas um instrumento essencial de mobilização e ação."

A despeito das diferenças entre os exemplos (rural e urbano, por exemplo), que possam ser alinhadas, algumas constantes permanecem: o esforço destes grupos na busca da informação adequada, que normalmente é negada ou pouco explicitada; a necessidade de compreensão e explicação das situações nas quais experimentam a força dos grupos dominantes; a necessidade de seu auto-reconhecimento como atores sociais, identificação que ocorre ao nível dos valores; a necessidade de centrar-se enquanto grupo, em termos de objetivos e interesses; a necessidade de serem reconhecidos pela sociedade como um todo e a oportunidade de expressar seus ideais e projetos; a necessidade de participação efetiva pelo uso de suas habilidades na ação conjunta e solidária, suas habilidades para compartilhar idéias e poder, e assim por diante.

Formação: um processo histórico

O desenvolvimento das práticas comunicativas são parte da história cultural do continente. No Brasil, do ponto de vista dos meios de comunicação de massa, iniciou-se antes dos anos quarenta,³ mas é a partir dos anos sessenta e setenta que estas práticas se tornaram o alicerce principal da atuação de um grande número de organizações envolvidas com o desenvolvimento cultural e os processos organizacionais e educacionais básicos. Tendo em mente o quadro de referência acima delineado e as peculiaridades de cada situação, a "formação" dos primeiros agentes sócio-culturais ocorreu, não a partir de um currículo especial, mas "devido à troca solidária de experiências, de êxito e derrotas, de avaliações empíricas e

críticas sobre um conjunto de ações muito pouco sistematizadas, com o único propósito de criar novas alternativas para enriquecer a experiência dos agentes e oferecer uma base orientadora de novas experiências."

Todos os processos bem sucedidos tiveram origem nas necessidades da prática, fosse essa prática a organização ou a atuação do próprio grupo, fosse ela a ação desempenhada através de grupos intermediários de educação popular. Atualmente, a sistematização do conhecimento trabalha sobre muitos assuntos: alguns, bastante precisos; outros, altamente inquisitivos, especulativos.

Formação: uma prática eficiente

A pesquisa realizada junto aos que estão trabalhando como agentes ou animadores culturais revela que, como grupo, eles sempre requerem a aprendizagem de Técnicas Operacionais: como produzir um jornal mais atraente a ser editado pelo grupo; como produzir um texto para sócio-drama ou rádio; como produzir melhor as mensagens; como capacitar-se para tratar com mais êxito diferentes grupos de pessoas ou personalidades; necessitam de conhecimento sobre como planejar, como avaliar etc. A ênfase dos dados entre os que estão atualmente no campo se coloca, pois, no caráter instrumental do conhecimento e, em especial, do conhecimento em comunicação.

O conhecimento operacional, entretanto, não é suficiente, pois o Agente ou Animador cultural revela a necessidade de "compreender as razões subjacentes aos processos": quais são as explicações alternativas, as alternativas de ação, as possibilidades de criar novos espaços para o desenvolvimento cultural e práticas comunicativas; as diferentes dimensões (individuais, grupais, institucionais e massivas) de ação necessária e viável.

O mesmo raciocínio se aplica às organizações que também necessitam ter muito claro para sua atuação o papel dos meios de comunicação nas práticas educacionais e organizativas das classes populares, a vinculação entre comunicação e economia/ideologia/poder. Estas são necessidades de ordem crítica ou reflexiva, com fins estratégicos. Um outro conjunto congrega aspectos conceituais políticos, imprescindíveis para promover a conscientização e a sensibilização que devem estar na base de qualquer processo decisório de ação cultural. Conseqüentemente, devem ser considerados como elementos constitutivos de currículo para a formação do Animador Cultural.

Um outro tipo de necessidades comparece com alto grau de importância e

podem elas serem chamadas de necessidades pedagógicas: conceitos, atitudes, habilidades, métodos e técnicas cientificamente reconhecidas como relevantes para detonar o efeito multiplicador do processo básico de formação. Enfim, um conjunto que se poderia intitular **Pedagogia Democrática de Ação Cultural**.

Alinhadas sob o título Administração, aparecem como necessidades saberes como: planejar; organizar os objetivos da ação e dividi-los em fases, de modo a que o Agente ou Animador Cultural possa prever e prover recursos humanos, materiais, técnicos, etc.; como elaborar um processo de avaliação contínuo que possa acompanhar a ação ao longo do seu curso; como planejar, em diferentes níveis de ação, a criação, produção, disseminação e recuperação da informação; como otimizar os recursos existentes em termos de espaço-tempo-usuários-realimentação; como manter o intercursó entre instituições e organizações aos níveis local/regional/internacional; como elaborar e implementar planos a longo prazo e estabelecer conexões horizontais em uma sociedade com políticas descontínuas e estruturas verticais.

Não menos importante é a questão de como proceder à formação destes novos profissionais sem cair nas armadilhas dos "puritanismos" e "populismos", que têm infectado muitos dos planos e programas sociais e culturais da América Latina, pela criação de abordagens ilusórias aos duros desafios do desenvolvimento, tais como "a comunidade está sempre certa"; "o popular é melhor"; "a quantidade vale mais do que a qualidade"; "teoria, ciência e lógica são inimigas do pensamento participativo"; "a tomada de decisões deve ser sempre consensual"; e assim por diante, como cita Demo. (1988)

A "Leitura de Realidade" enfatizada em todas as recomendações sobre o tema é, de fato, a questão mais importante na formação do Animador/Agente Cultural, pois o trabalho a que este se propõe se enraíza na formação, vida e futuro de outras pessoas. A partir de tal leitura — embora sempre incompleta —, decisões serão tomadas, planos serão elaborados, recursos e pessoas serão mobilizados, prioridades serão estabelecidas e processos serão ativados na direção de objetivos escolhidos. Assim, o Animador Cultural necessita também ser criativo, pois "será uma pessoa de propostas. Não a única, não a mais importante, mas uma pessoa capaz de construir e manter uma capacidade de formular propostas coerentes, pertinentes e respeitadas" (Mata, 1988).

Os peritos Latino-americanos em ação

■ INTERCÂMBIO

cultural sumariaram, como segue, quatro componentes básicos que devem estar presentes no processo de formação do Animador ou Agente Cultural:

1. *Quadro de Referência Conceitual: o QUE/PORQUE da ação.*

Conhecimento sobre o ambiente cultural dado: processos e manifestações, hábitos, valores etc., que possam ajudar a definir a real pertinência e os prospectos de uma proposta. É a área da transdisciplinaridade das Ciências humanas e sociais: a compreensão holística em profundidade, com atenção especial a suas variáveis e elementos. Diagnóstico.

2. *Logística: COMO e ONDE as ações são desenvolvidas.*

Conhecimento sobre comportamento organizacional, localização e otimização de recursos/tarefas em termos de adequação ao ambiente e aos objetivos da proposta (escalonamento, organização de grupos de trabalho, programas de difusão, eventos etc.).

3. *Quadro Estrutural: o QUE e COM QUE da proposta: alocação de recursos humanos e materiais inclusive recursos financeiros para a proposta completa, pois um transparente equacionamento das necessidades é vital para o cumprimento dos objetivos. Isto parece óbvio mas, muitos dos insucessos relatados se deveram à não observância ou minimização das inadequações infra-estruturais.*

4. *Estratégia: é o Raciocínio Sistemático Comunicacional: adequação da ação a critérios tais como oportunidade, continuidade e pertinência com respeito a políticas institucionais (federais, regionais, estaduais, municipais) que incorporam as tarefas culturais ao conceito da prática de desenvolvimento integral. Leva em consideração, entre outras variáveis, a história e o ritmo de um dado grupo ou sociedade.*

Decorre do exposto, que o trabalho do Animador ou Agente Cultural tem lugar em diferentes campos, e em diferentes níveis, que vão desde atividades gerenciais e administrativas às atividades de participação direta em eventos.

Qualquer que seja o caso, entretanto, o Animador ou Agente Cultural necessita estar capacitado para poder analisar a lógica dos fenômenos "reais" e operacionalizar, com segurança, seus conhecimentos sobre:

- a) a organização comunitária-política, econômica e cultural;
- b) os processos formativos dos indivíduos e das sociedades;
- c) o planejamento de serviços e processos de desenvolvimento;
- d) a sistematização de processos de trabalho; e, finalmente,

e) a avaliação (de todos os elementos e processos intervenientes em a, b, c e d).

Necessita sobretudo, uma filosofia a nível pessoal: A busca da Qualidade Interior e Auto-Desenvolvimento.

É essencial ao processo de formação do Animador Cultural, o compromisso com o seu próprio aperfeiçoamento, a ampliação dos seus campos de atividades e flexibilidade para os diferentes níveis de ação. Às ciências do comportamento, as ciências sociais, a filosofia e a ética provêm instrumentos para o crescimento da sensibilidade e da compreensão, em profundidade, dos fenômenos, bem como dos processos pessoais de reação aos mesmos.

Entre outras, algumas características não podem faltar ao perfil do Animador Cultural:

- 1. Capacidade de crítica e de autocrítica; honestidade, respeito, sensibilidade; receptividade, capacidade analítica; capacidade de diálogo; criatividade;
- 2. Tais qualidades, aliadas à uma correta interpretação da realidade, baseada na compreensão progressiva da lógica do cotidiano, permite ao Animador Cultural enfrentar e desempenhar inteligentemente as operações ligadas às suas funções profissionais: organizar, coordenar, negociar, gerir/administrar, planejar, desenvolver trabalhos de campo, implementar, avaliar, desenvolver processos de seguimento, etc.;
- 3. Capacidade de traduzir em "funções" desejáveis, ou seja, a habilidade de identificar necessidades, estimular a participação, programar, instrumentalizar ações, abrir alternativas para o uso, reflexão e entretenimento, diversificar serviços (ofertas), problematizar a realidade, obter reações para avaliação e correção;
- 4. "Desempenhos" como pesquisador, professor, comunicador, produtor de meios ou canais para produtos culturais, estimulador etc., ou combinações entre estas funções, são geralmente esperadas dos animadores culturais, que demonstram sua maior ou menor criatividade, na medida em que colocam em ação as necessidades e as condições de ação para o desenvolvimento dentro das possibilidades de um contexto dado.

Certamente, estes e outros aspectos são característicos de um profissional polivalente ideal, difícil de encontrar na realidade. Os processos de formação devem levar em conta os tipos, níveis e extensões da ação cultural. Conseqüentemente, haverá um núcleo curricular ou um conjunto básico de conhecimentos mas, para cada tipo, nível,

escopo de ação, a formação deverá ser recortada e modelada cada vez que o Animador ou Agente Cultural deva assumir ou mudar de programa.

A concepção de treinamento ou formação modelada (*tailored*) é extremamente importante para a sociedade atual, caracterizada pelo processo de aceleração e diversificação. Um exercício interessante se é construir uma matriz onde os tipos de tarefas requeridas figuram nas colunas e as áreas de conhecimento nas linhas, de modo que, nas convergências, se torne possível discriminar o tipo de treinamento modelado ou "sob medida" para um determinado Animador ou grupo de Animadores Culturais. Chanona⁴ propôs que os agentes culturais poderiam usar a mesma matriz para a análise de suas próprias necessidades no trabalho de campo.

A matriz pode ser usada pelos Agentes Culturais para planejar projetos culturais nos campos:

- 1. capacitação, formação (cursos, oficinas, seminários, conferências, reuniões, trabalhos de campo etc.)
- 2. difusão cultural (eventos, representações, *shows*; concursos, exposições, publicações, produção de rádio e TV etc.)
- 3. Pesquisa (inventários, levantamentos; catálogos; pesquisa de campo e literatura; projetos etc.)

Áreas Operativas	Treinamento Formação	Difusão Cultural	Pesquisa Etc.
Áreas Culturais	Capacitação		
	Reciclagem		
História Cultural			
Proteção da Informação "Patrimônio"			
Ciência / Tecnologia			
Cultura Artística			
Meios de Comunicação e Cultura			
Pluralismo Cultural e Cultura Popular			
Planejamento Cultural e Administração			
Criação Produção Disseminação Recuperação			
Criação Literária Drama etc.			
Etc.			

A fim de usar a matriz, o Animador Cultural deverá usar quatro tipos indispensáveis de análise:

1. Diagnóstico: social/político/aspirações, necessidades e potencialidades culturais;
2. Planejamento: (incluindo contextualização): quadros de referência conceitual, realidade socio-econômica, realidade política e cultural;
3. Programação: Projeção de atividades específicas, orçamento, contexto institucional, legal e burocrático;
4. Avaliação-inicial, *follow-up*, final.

Cada casela da matriz provê orientações para propostas que, se pertinentes e adequadamente dosadas às necessidades e prioridades da comunicação ou instituição, poderão ser posteriormente implementadas em termos de planos, programas e mecanismos de execução e avaliação.

Formação democrática: uma Política de Desenvolvimento

Para a concepção Latino-americana de desenvolvimento autoconfiante é especialmente importante que o programa se encaminhe para os grandes objetivos do desenvolvimento cultural, como expressos em vários documentos nacionais e regionais sobre política cultural. Tais objetivos podem ser sumariados como segue:

1. Autogestão/autogerência (reconhecimento da adequação cultural): coordenação de esforços/racionalização de recursos; reciclagem das condições infra-estruturais; rejeição de financiamento externo/processos decisórios externos/adequação a critérios externos aos processos de desenvolvimento da comunidade, país ou região;
2. Democratização: participação e estimulação de grupos, equipes e indivíduos; suporte, estímulo às iniciativas locais autóctones; adaptação dos projetos de trabalho do Agente ou Animador Cultural ao conjunto das propostas locais; inserção dos grupos locais (ou indivíduos) na instrumentalização de programas;
3. Reforço da unidade cultural e valores do quadro de referência: pluralidade de fontes de informações e tendências; alternativas de expressão; identidade cultural, inserida no cenário regional e internacional.

A leitura da realidade e o planejamento dos programas constituem o núcleo das atividades culturais posteriores, as quais resultarão da discussão aberta das propostas. De acordo com a rica experiência mexicana em ação cultural, o melhor agente cultural é apenas um "facilitador" nos processos de desenvolvimento cultural.

Em todos os países da América Latina, "casas da cultura" e espaços culturais existem em grande número. Mantidas pelos governos, pelas associações comerciais, entidades religiosas ou fundações independentes, estes centros culturais são normalmente utilizados pelas populações que consomem os programas oferecidos: cinema, teatro, *shows*, concertos, mostras e exposições, conferências, seminários e oficinas, cursos, reuniões. Em suma, todo tipo de eventos: alguns, preparados pela administração; outros, apenas utilizando a infraestrutura do centro. Muitas vezes, sem uma política explicitada e consentida.

Entrevistas realizadas com o pessoal trabalhando nesses centros mostraram que muitos dos parâmetros da ação cultural são determinados de acordo com a fonte dos recursos: ideologia, escopo, duração, orçamento, entre outros.

Outros aspectos são menos rígidos, permitindo ao Animador Cultural maior liberdade de criação e operação, desde que respeitadas as decisões tomadas nos aspectos anteriormente citados. A liberdade maior se encontra na escolha de técnicas pedagógicas, conteúdo informativo, organização dos programas, recursos audiovisuais etc.

Há casos em que os Agentes ou Animadores Culturais recebem treinamento e aprendem a produzir os implementos de seu próprio programa. Outras vezes, aos Agentes são atribuídas tarefas específicas dentro de um programa mais rigidamente coordenado. Variações entre os dois extremos podem ser compreendidas dentro da análise global dos objetivos e políticas da instituição patrocinadora.

O Papel da Universidade na Formação dos Animadores/Agentes Culturais

A ação cultural vem crescendo paralelamente à emergência de uma sociedade afluyente, pós-industrial, que torna mais visíveis — e mais insuportáveis — as desigualdades entre os que TÊM e os que NÃO TÊM; entre os que SABEM e os — assim chamados — QUE NADA SABEM.

A consciência sobre o abismo estabelecido entre os grupos dentro de uma sociedade, e entre as sociedades dentro da comunidade internacional e suas consequências para o equilíbrio social, paz mundial e sobrevivência da humanidade, tem sido enfatizada pelos pensadores, educadores, governos e também pelas organizações internacionais⁵ que vêm sucessivamente criando eventos especiais e grupos de estudo para clarificar o assunto, identificar os fatores mais importantes e

propor políticas que possam minimizar tais desigualdades, ajudando a superar os problemas.

A ação cultural está alinhada com um desses esforços, e o Agente ou Animador Cultural é um desse novos profissionais: meio comunicador, meio educador, com uma "extra" e extremamente importante parcela de compromisso com uma missão: a de ajudar a criar ambientes e condições favoráveis para pessoas, grupos e sociedades, como um todo; compartilhar a riqueza da produção mundial no campo das ciências, da tecnologia e das artes do quadro de referência das tradições e História do grupo; a crescer em auto-respeito e respeito aos demais povos em matérias de idéias, expressões artísticas, estilos de vida, modos de resolução de problemas e demais variantes culturais.

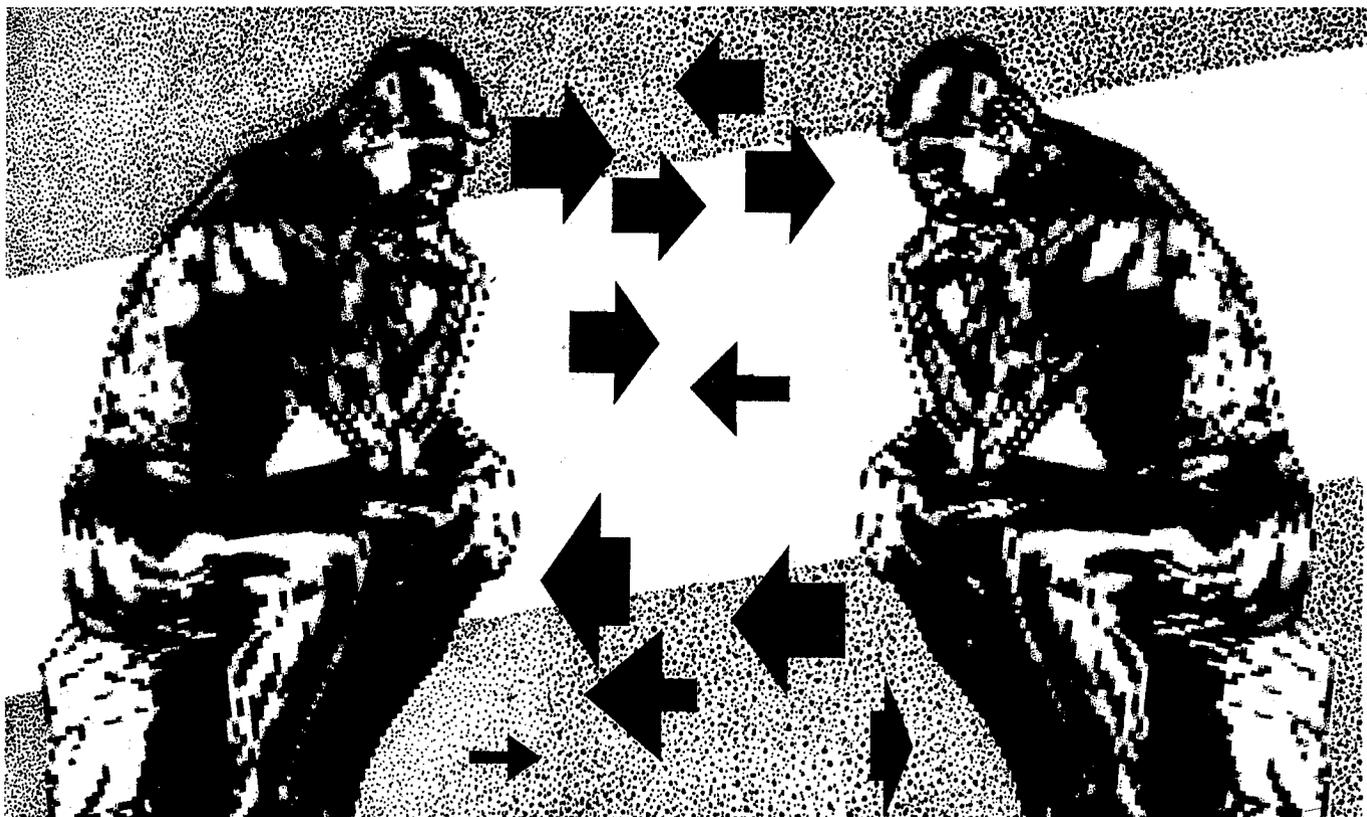
É responsabilidade da Universidade de países em desenvolvimento preparar esta formação em cada pessoa que receber uma educação superior.

A pesquisa revela unanimidade sobre a questão de que o profissional da animação cultural não deve ser preparado a nível de graduação; a maturidade e a necessária inter e intra-disciplinaridade que sua atuação vai requerer, obriga a presença de candidatos de distintas origens acadêmicas que receberão, a nível de pós-graduação, os conhecimentos e práticas complementares de que já se tratou anteriormente. É importante ressaltar que esta foi a única questão que teve 100% de consenso entre os entrevistados e cuja importância foi particularmente enfatizada pelos responsáveis de grandes programas na cidade de São Paulo.

Algumas universidades latino-americanas já oferecem treinamento a Animadores Culturais: México, Venezuela, Colômbia, Peru estão entre as mais ativas. No Brasil, e em vários outros países, há esforços combinados entre as universidades e as instituições patrocinadoras na criação de programas sob medida, especialmente destinados aos Agentes ou Animadores Culturais. Na maioria das universidades, entretanto, geralmente se oferecem apenas cursos sobre o assunto, com mais ênfase na reflexão crítica sobre suas variáveis do que na formação de um profissional operacionalmente habilitado⁶.

Nelly de Camargo

- Doutora em Ciências da Comunicação ECA/USP
- Pós-Doutorado/FULLBRIGHT SENIOR RESEARCHER - Stanford University
- Conselheira Regional de Comunicação da UNESCO para a América Latina
- Chefe do Departamento de Múltiplos/ Instituto de Artes da UNICAMP



* Este artigo foi publicado originalmente em inglês no seguinte volume:

CAMARGO, Nelly de. *The Formation of Cultural Workers: Considerations on Latin American Experiences. In Part V - On Communication and Development - MASS COMMUNICATION RESEARCH: On Problems and Policies - The Art of Asking the Right Questions. In Honor of James D. Hallorah (communication and information science series). Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Company, 1994, p. 291-305. (Publicação inédita no Brasil)*

Notas

1. de Camargo, N. *Who are the people's teachers?* São Paulo, 1984 (Quem ensina o povo?), Mimeo, IAMCR Conference, Praga, 1984
2. O projeto, aprovado pelo Conselho e encaminhado à Diretoria da ECA propunha uma profissionalização diferenciada aos seus alunos em três linhas: o Pesquisador em Comunicação, o Consultor em Comunicação e o Especialista em Política de Comunicação para o Desenvolvimento.
3. Quando da instalação do rádio no país, Roquette Pinto acreditava que todos os nossos problemas educacionais estariam resolvidos.

4. Chanona Burguete, O. *Apuntes para una metodología de la Comunicación Cultural*, contribuição ao Primeiro Encontro de Comunicadores, Educadores e Animadores Culturais, Lima, 1988.
5. UNESCO: *The New International Information Order Committee*.
6. O tratamento dado pelas Universidades ao assunto será objeto de um próximo ensaio.

Bibliografia

1. AUGUSTIN, Gérard. *Cultural Development: Experiences and Policies*. The UNESCO PRESS, Paris, 1972.
2. CAMARGO, Nelly de. *Production and diffusion of cultural Goods and Services: the Formation of personnel*. Mediacult, Wien, 1986.
3. _____. *O Ensino da Comunicação no Brasil*. Revista Comunicações e Artes, São Paulo.
4. _____. *Políticas de Comunicação e Perplexidades do Desenvolvimento*. In Amaral (coord.). *Comunicação de Massa: o impasse brasileiro*, Forense, Rio de Janeiro, 1982.
5. _____. *Quem ensina o povo?* Mimeo, 1984. Who are the people's teachers? IAMCR Conference, 1984.
6. _____. *O Perfil do Animador Cultural*. Levantamento. São Paulo, 1988.
7. CAMARGO, Nelly de (Rapporteur). *Training*

of Personal Engaged in the Production and Dissemination of Cultural Goods and Services. Seminar Mediacult, UNESCO, Wien, 1989.

8. CARDOSO, F.C. *S. Paulo e seus Problemas Sociais*. In Caderno 14 CEBRAP, SP, 1973.
9. CHANONA, O. Burguete *Apuntes para una metodología de la Animación Cultural*. Doc. 1º Encuentro Latinoamericano de Animación, Comunicación y Educación, Lima, 1988.
10. CONSEIL DE L'EUROPE. *Adaptation de l'éducation des adultes aux besoins fonctionels et culturels*. Strasbourg, 1973.
11. _____. *Perspectives de la coopération dans le domaine des systèmes multimedia*. Strasbourg, 1973.
12. DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa: Purismos e Populismos*. IPLAN/IPEA, Brasília, 1987.
13. GUTIERREZ, F. *Educación y Comunicación en el Proyecto Principal*. UNESCO, Santiago, 1983.
14. MATA, M. *La Formación de Comunicadores en el Marco de la Promoción Social y la Educación Popular*. Doc. apresentado en el 1. Seminario Regional de Animadores Culturales, Educadores y Comunicadores, La Paz, 1988.
15. UNESCO. *The McBride Report on NIO*. Paris, 1981.

Políticas de Comunicação da Igreja: rumo ao ano 2000

Ismar de Oliveira Soares

Uma análise das políticas de comunicação da Igreja Católica no Brasil somente se mostrará viável caso se adote um referencial teórico que conceba a comunicação a partir da Teoria dos Sistemas.

No caso, devemos imaginar um grande círculo, em cujo interior se multiplicam em conexão de dependência, entrecruzando-se e muitas vezes extrapolando seus limites espaciais — uma infinidade de outros círculos menores, representando cada um deles uma das esferas em que se articulam e atuam os organismos que constituem a grande instituição. Os círculos menores são representados pelas Dioceses, pelas Congregações Religiosas, pelos Movimentos, pelas Comunidades organizadas, pelo sistema de ensino, pelos meios ou veículos de comunicação. O círculo maior é a Igreja em sua globalidade, representada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil, suas lideranças e pelas pastorais e organismos articulados nacionalmente.

Inútil, no caso, buscar uma política de comunicação **única** para a instituição, observando-se, pelo contrário, **uma variedade de tendências** cujo número, intensidade e influência variam, em cada época, em decorrência da ascensão e crise das correntes teológicas, das visões pastorais e da força das lideranças, em cada momento da história.

Existe, sem dúvida, **uma política hegemônica de comunicação** em cada período vivido pela Igreja, garantindo sentido à engrenagem constituída pelos micro-sistemas em movimento. Não poucos dos microorganismos recolhem-se, contudo, a seus carismas e projetos comunicacionais, construindo vida própria, navegando à deriva quando não em sentido oposto à grande nau.

As tendências hegemônicas (filosofias e procedimentos de comunicação) são garantidas pelo sentido de hierarquia e comando, que alinhava, costura ou até mesmo amarra os elementos de uma política de comunicação no interior da globalidade do sistema. Papel importante assumem as lideranças (dirigentes da CNBB, bispos diocesanos e coordenadores de pastorais). Também as tendências

alternativas vivem na dependência de lideranças locais fortes e carismáticas.

Será sempre uma temeridade, pois, elaborar perfis definitivos das políticas de comunicação da Igreja no Brasil, dada a complexidade organizativa da instituição e o surgimento, em seu interior, ao longo dos anos, de movimentos que apontam para caminhos nem sempre convergentes. As informações de que se dispõe, hoje, permitem, contudo, que a empreitada seja iniciada.

Não deixa de ser oportuno, pois, um olhar retrospectivo para as políticas de comunicação através das quais a Igreja marcou sua presença em períodos anteriores da história do país. Tal fato contribuirá eficazmente para a elaboração de diretrizes mais eficazes, para o futuro próximo.

Primeira experiência de implantação de uma política orgânica de comunicação: A expansão da imprensa católica, no século XIX.

Se nos fixarmos no século XIX, veremos que, de 1808 a 1900, a Igreja — como sistema de relações subordinado ao universo sócio-político capitaneado pelo Estado — percorreu uma trajetória que incluiu tendências majoritárias que vão desde a colaboração íntima com a política de comunicação do Reino Unido¹, a passagem por períodos turbulentos de contestação na Regência e no Império², até a consolidação, já no final do século, de uma postura comunicacional fortemente proselitista³, anti-liberal e anti-republicana⁴.

Examinando tal panorama, enxergaremos, como pano de fundo, a existência de práticas comunicacionais que traduzem, para o mundo externo, a condição de força moral hegemônica exercida pela religião, com o consentimento do Estado e a seu serviço. Cobia à Igreja Católica legitimar, através de suas práticas de comunicação — as prédicas, as missões e desobrigas, a catequese, a alfabetização, a arquitetura, o teatro, os livros de oração, os jornais, entre outros meios — as relações sócio-político-culturais que sustentavam a própria sociedade.⁵

Trata-se de um comportamento comunicacional que conviverá dialeticamente com a luta pela afirmação de uma identidade institucional frente ao fortalecimento das

novas elites, atreladas, principalmente à maçonaria. Foram tais lutas as responsáveis pelo empreendimento de um gigantesco esforço em torno de dois grandes projetos: a romanização da Igreja, do que resultou a construção dos primeiros seminários e o lançamento de dezenas de jornais.

Em conseqüência, o Brasil católico entra, no século XX, editando 140 publicações periódicas⁶, prometendo ao Papa Leão XIII a implantação de um grande jornal diário, editado possivelmente no Rio de Janeiro. Pode-se afirmar que havia consciência sobre a oportunidade de se optar pela estratégia da imprensa, fato que legitimaria a presença da Igreja junto às classes sociais letradas, na suposição de que estaria formando líderes de opinião indispensáveis aos constantes embates com o Estado laicizado. Uma política reconhecida como oportuna para os objetivos perseguidos, mesmo por observadores externos à instituição.

Tendência Hegemônica na Primeira Metade do Século XX: Segmentação e Reafirmação da Identidade

Com o passar dos anos (1900-1940), o fechamento da imprensa católica ao mundo civil e sua concentração em temas de interesse majoritariamente interno, fortalecem uma estratégia que produz, em última instância, um visível isolamento da Igreja.

É o período em que principalmente as Congregações Religiosas que aportaram ao Brasil no final do século XIX e inícios do século XX passam a desenvolver políticas próprias de comunicação, criando revistas e jornais para públicos específicos⁷. Uma política de segmentação que o franciscano Frei Pedro Sinzig tenta romper, a partir do convento de Petrópolis, com suas iniciativas em favor da articulação e propagação da imprensa católica no Brasil.

Separada, contudo, do Estado, após a proclamação da República e sem contar com instrumentos eficazes de coordenação centralizada, a Igreja fará uso de *Cartas Pastorais* sobre a imprensa, distribuídas esparsamente, para fornecer o referencial teórico indispensável à sua política de internalização.⁸

Pela leitura das *Cartas sobre a Imprensa*, descobre-se que a tendência dominante na época era a de reafirmar os objetivos

■ INTERCÂMBIO

institucionais, entre os quais: a) a condenção do liberalismo e da liberdade de expressão (única responsável pelos males da sociedade); b) a reafirmação da autoridade eclesial como referencial para o exercício do “jornalismo sadio”; c) a catequese; d) a busca de novos interlocutores (ou ouvintes), principalmente junto à classe média urbana; e) a fundação de sociedades ou “ligas da boa imprensa” e, como já dito, f) a criação de um diário católico⁹.

Após lamentar, em algumas dessas *Cartas*, a falta de interesse pela leitura da “boa imprensa”¹⁰ e, na prática, constatar a dificuldade em trabalhar com publicações periódicas, a Igreja decide mudar sua estratégia, optando, a partir dos anos 40, por uma política de comunicação que previa a concentração dos esforços na formação da opinião pública.

Tendências Hegemônicas nos Meados do Século XX: As Campanhas Nacionais

A política de comunicação da Igreja ganhou um centro propulsor no início da década de 40: a redação da *Revista Eclesiástica Brasileira*, em Petrópolis. Lá nasceram e de lá foram coordenados os grandes projetos da época: a “Campanha contra a Má Imprensa e a Pornografia”, 1949; a “Campanha Nacional contra a Heresia Espírita”, 1953; a “Campanha de Moralização das Revistas”, 1957 e a “Campanha de Moralização dos Programas de Rádio”, 1958.

Se as campanhas traduziam o esforço de superação da política de internalização que caracteriza o período anterior, o espírito proselitista da época — anos 40 a 60 — levou as lideranças a buscar fora da instituição os alvos para o exercício das atividades coordenadas. Os “inimigos da fé” passaram a ser o espiritismo¹¹, o protestantismo¹², a maçonaria¹³ e o comunismo¹⁴.

As “campanhas nacionais” passaram a ser entendidas como instrumentos privilegiados de intervenção na opinião pública. O combate ao comunismo chegou a unir, por exemplo, inúmeros veículos de Congregações Religiosas, sob a liderança do próprio Departamento de Imprensa da CRB¹⁵.

A empolgação missionária das campanhas nacionais, alinhadas politicamente às correntes mais conservadoras da política nacional, somada ao relativo êxito de iniciativas como a do *MEB - Movimento de Educação de Base* (projeto de educação à distância que fez uso da Rede Nacional das Emissoras de Rádio - RENE), considerada como projeto politicamente progressista, informam que, para além da fragmentação dos pequenos e mal utilizados veículos,

existia uma rede extensa e ainda não aproveitada de comunicadores populares motivados e potencialmente atuantes.

Tendo com base tais pressupostos, a Igreja passou a ter, anualmente, nas *Campanhas da Fraternidade*, a partir de 1964, a principal estratégia de sua política comunicacional. As C.F. possibilitaram às autoridades institucionais (bispos) encontrarem apoio incondicional das lideranças carismáticas (teólogos e pastoralistas) e dos comunicadores profissionais e comunitários para mobilizar a “massa dos fiéis” em torno dos rumos a serem seguidos pela instituição em seu relacionamento com a sociedade.

Tal fato permitiu à Igreja: a) concentrar anualmente em torno de algum tema específico a atenção de centenas de milhares de agentes pastorais; b) socializar junto ao grande público os referenciais teóricos e pastorais que preocupavam, no período, as lideranças da instituição; c) coordenar o uso de seus veículos de comunicação — constitucionalmente dispersos — na divulgação do tema da Campanha; d) marcar presença na sociedade civil, através de espaços oferecidos pelos meios massivos de informação.

A Comunicação Alternativa e Popular, nos Anos 70 e 80

É importante levar em conta que a *Campanha da Fraternidade* ganhou densidade a partir do momento em que a Igreja, vítima, em seus membros, da repressão do Estado autoritário, começou — *numa atitude incondicional* — a “ouvir o clamor de seu povo”. Rapidamente os temas da campanha passaram, a partir de 1968, a traduzir o sofrimento do “oprimido”, construindo na consciência dos fiéis recém-saídos de um catolicismo intimista os referenciais simbólicos necessários para a aceitação, sem traumas, da nova postura que incluía, enquanto ação evangelizadora, a defesa das reformas estruturais na sociedade e a defesa da própria liberdade de pensamento e expressão.

Uma defesa tão claramente assumida por algumas lideranças no interior da instituição, que — além de aproximar a Igreja dos setores da população vítimas dos abusos do regime militar — permitiu, em numerosas dioceses do Brasil, o apoio às práticas da comunicação alternativa, principalmente aquelas surgidas, nos anos 70, do Movimento Popular, independentemente de sua vinculação religiosa e partidária.

A proximidade da Igreja a pessoas oriundas da Universidade e do mundo profissional permitiu, ademais, a elaboração de um novo discurso sobre a Comunicação Social¹⁶.

Ganhou legitimidade, em decorrência, no espaço da própria Igreja, o uso dos meios

pobres, como os boletins e rádio popular e, mais recentemente, o vídeo e o computador. Em torno e através destes meios houve muita mobilização política. Por outro lado, o apoio da Igreja aos centros de documentação e informação possibilitou uma inusitada convivência entre a Igreja e setores da sociedade antes tido como virtuais inimigos.

O novo projeto de comunicação garantiu, por exemplo, a inserção de inúmeros grupos de católicos no mundo político-partidário, principalmente através do Partido dos Trabalhadores, revivendo — por alguns momentos, em alguns lugares e na mente de muitos — o ideal do “partido católico”, naturalmente bem mais à esquerda e pluralista que o projeto vivido pela Igreja no final do Império. O que, na verdade, une os dois projetos de final de século (o “Partido Católico” de Carlos de Laet, no final do século XIX e o “Partido dos Trabalhadores” de Luis Inácio Lula da Silva, no final do século XX) é o fato de ambos terem tido nas políticas de comunicação vigentes no interior da Igreja (o “jornalismo católico”, no final do Império de uma “comunicação popular” nos anos de resistência à ditadura) o meio ambiente oficial cultural que alimentou suas respectivas utopias.

Vertentes Políticas da Comunicação nos anos 70 e 80

Na década de 60, a Igreja do Concílio Vaticano II, ainda que mantendo a natureza moralista de seu discurso, promove um apologia dos **meios massivos** capazes de ampliar seu âmbito de ação (“*Inter Mirifica*”, de 1963 e “*Communio et Progressio*”, 1972)¹⁷. O mesmo espírito conciliar favorece a valorização dos **meios grupais**, recurso indispensável para o fomento da desejada participação dos agentes populares no processo de “conscientização”¹⁸.

No final da década de 70, os agentes religiosos definiam com clareza os campos a serem privilegiados na definição de uma política para o setor da comunicação: o **uso dos recursos da comunicação** na pastoral catequética (“*Evangelii Nuntiandi*”, 1975) e **uma aproximação junto aos produtores da comunicação**¹⁹. Eram a *pastoral “dos meios”* e a *pastoral “nos meios”* (Documento de Brasília, 1978).

Nos inícios dos anos 80, por obra da *Equipe de Reflexão* criada para assessorar o Setor de Comunicação Social da CNBB, a Comunicação passa a ser analisada à luz da Teologia da Libertação e da doutrina da NOMIC²⁰. Predominam as vertentes políticas e culturais na análise dos meios.

Ao clima de denúncias com relação à

manipulação comandada pelos grandes meios e aos esforços para a promoção de uma "leitura crítica do sistema de comunicação" soma-se o anseio da instituição em ampliar seus espaços no uso dos recursos técnicos, tendo em vista a expansão das seitas e a crescente secularização da sociedade.

Mergulhada neste clima de indefinições e com carência de um referencial básico hegemônico a Igreja não soube, contudo, fazer uso adequado da **Campanha da Fraternidade** destinada especificamente ao tema da comunicação ("*Comunicação para a Justiça e a Paz*"), promovida em 1989.

Foram igualmente as contradições do arcabouço teórico e as indefinições quanto aos caminhos práticos a serem seguidos que diluíram o impacto dos esforços direcionados a implantar um sistema regular de capacitação de especialistas na área de comunicação. Os poucos êxitos tiveram e têm alcance localizado²¹. A Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social chegou a produzir um currículo mínimo para o ensino da comunicação nos Seminários. Não se tem, contudo, notícias sobre a implantação deste currículo.

O tema da comunicação continuou confinado a segmentos muito especializados no interior da organização²². Enquanto alguns desses segmentos reafirmavam a necessidade de se implantar uma política de comunicação abrangente, voltada para uma aliança com a sociedade civil naquilo que diz respeito aos grandes interesses das populações marginalizadas e na busca de inserção no cotidiano da vida secular²³, outros segmentos valorizam a excelência das atividades individuais ou grupais voltadas para o anúncio explícito da doutrina e da moral especificamente católicas.

O *especificamente católico*, entendido como a ressemantização da doutrina para diferenciá-la do discurso das seitas e torná-la acessível às carências espirituais do homem moderno com origem principalmente nas classes média urbana, passou a denominar-se — em oposição à comunicação "secularizada" praticada pelos adeptos de uma religião encarnada no social — de "nova evangelização, com novo ardor missionário".

Em busca de uma política de comunicação para o ano 2000

Frente à coexistência e — quando não — ao conflito de interesses nas esferas em que organizam e se praticam as várias políticas de comunicação no interior do macro-mundo eclesial, *os grandes desafios* que se colocam para a instituição no Brasil, nos meados da

década de 90, *são de ordem teórica, organizacional, administrativa e educacional.*

1º - O Desafio de construção de um referencial teórico comum

O primeiro grande desafio é o da obtenção de um *consenso mínimo*, entre os diferentes segmentos que constituem a macro-sociedade eclesial, a respeito das bases teóricas sobre as quais construir uma política de comunicação para o ano 2000.

O fundamentos teóricos em conflito são, resumidamente, por um lado, uma concepção instrumentalista e moralista da comunicação (usar a comunicação para fazer adeptos, dirimir controvérsias e combater os "inimigos da fé") e, por outro, uma visão culturalista e dialética dos processos comunicacionais (criar processos comunicativos que permitam a democratização da palavra da Igreja).

A primeira concepção parte do princípio de que a Igreja é um corpo uniforme que detém verdades acabadas, cabendo às autoridades da instituição transmitir a herança cultural. No caso, o organismo, enquanto corpo social, zela pelo seu discurso, restringe o número e a qualidade de seus porta-vozes, buscando, desta forma, encobrir suas próprias contradições.

A segunda visão entende que o diálogo possível com o homem moderno parte de sua aceitação como interlocutor. É uma posição de riscos, mas que ganha legitimidade a partir do documento conciliar *Gaudium et Spes* e, mais recentemente, no Brasil, a partir das *Diretrizes Gerais da CNBB* (1991-1994). Este último documento, ao deslocar o eixo dos fundamentos da ação pastoral das questões sócio-políticas (a relação oprimido-opressor) para as relações psico-sócio-culturais, refere-se ao homem do final do século XX como um ser autônomo, em permanente processo de descoberta.

Ocorre que o documento *Diretrizes* não conseguiu fazer a ilação necessária entre "prática pastoral", "sociedade em evolução" e "processos de comunicação", permanecendo no paradoxo de realizar uma excelente leitura das condições de vida do homem moderno, propondo, porém, uma relação comunicacional incapaz de superar o tradicional verticalismo das práticas comunicacionais, como que revelando sua insegurança no trato com as questões da cultura.

Enquanto tal paradoxo não for resolvido, dificilmente a Igreja avançará na construção de uma política de comunicação coerente com sua nova leitura da realidade.

2º - Formação de alianças e articulações de esforços

Dois conceitos chaves para o desenho de uma política de comunicação que atenda às necessidades do momento histórico são os da "*formação de alianças*" e da "*articulação de esforços*".

Alguns fatos indicam que a Igreja vem buscando, ultimamente, construir uma política de consenso, baseada na união de esforços. Busca-se superar a segmentação e os particularismos que predominaram em décadas anteriores. Por outro lado, há uma visível preocupação em aproximar os comunicadores ditos alternativos e populares aos projetos de médio ou grande alcance.

Foram os caminhos de articulação que levaram, por exemplo, à criação do *Jornal de Opinião*, em Belo Horizonte, ainda nos meados dos anos 80, nascido para converter-se em veículo impresso de caráter nacional. A busca de consenso e os esforços de articulação permitiram à CNBB aproximar as *editoras católicas*, em reuniões periódicas, em busca de objetivos pragmáticos como o da informatização e o da edição conjunta de obras. Mais recentemente, os jornais e revistas decidiram criar uma *Rede Católica de Imprensa*, reunido ao redor de 40 veículos sob os auspícios da CNBB e da UCBC.

No campo da comunicação audiovisual, o projeto "*Palavra Viva*", em rádio e em vídeo, alcançou reunir Congregações Religiosas em torno da produção de mensagens a serem veiculadas nacionalmente por emissoras comerciais como as que formam o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O excepcional no novo projeto é sua abertura para uma nova linguagem possível graças ao despojamento, à superação de alguns preconceitos e à disposição de busca de novas alianças junto à sociedade civil, o que representa a incorporação de uma visão sistêmica dos processos de comunicação. Nesse campo, o projeto da *Rede Vida de Televisão*, a ser implantado por um grupo de empresários, em São José do Rio Preto, com o aval da CNBB e a colaboração de organizações como a UNDA-BR, a UCBC e a OCIC-BR, surge como promessa da incorporação de uma longa aprendizagem.

3º - O desafio da criação de Equipes Locais de Comunicação

O segundo grande desafio é o da mobilização dos diferentes setores da instituição para a criação de *Equipes de Pastoral da Comunicação*.

■ INTERCÂMBIO

Em 1980, a CNBB, ao instituir a *Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social*, criou também um mecanismo de sistematização teórica e de avaliação permanente. Várias Congregações e Movimentos formaram e mantiveram, nos últimos 15 anos, suas assessorias de comunicação. Destaque também merecem a *UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social* e os *Centros de Documentação e Informação*, nascidos, ainda no início dos anos 70, com forte vocação ecumênica e com íntima vinculação com o Movimento Popular.

A UCBC e a Equipe do Setor de Comunicação da CNBB cumpriram relevante papel histórico, como revelam os antropólogos e historiadores Ralph de la Cava e Paula Monteiro²⁴. Sua atuação, assim como a de dezenas de grupos de assessorias e centros de comunicação certamente ganhariam nova dimensão, nos próximos anos, caso fossem solicitados a transferir a experiência acumulada na criação e no desenvolvimento de **Equipes de Pastoral da Comunicação** em nível regional e, principalmente, em nível diocesano e comunitário.

No campo específico da pastoral, o espelho permanece sendo os campos da liturgia e da catequese, áreas que vêm se estruturando desde os anos 40: não há paróquia, colégio católico ou comunidade de base no Brasil, que não tenha, hoje, sua Equipe de Liturgia e sua Equipe de Catequese. Uma meta plausível seria a de chegar ao ano 2010 com uma *Equipe de Pastoral da Comunicação* em cada comunidade do país.

Caberia a tais **Equipes** — a partir de uma sólida fundamentação teórico-metodológica — rever as políticas de comunicação de seus espaços geo-político-pastorais e adequá-las às necessidades concretas das pessoas que habitam e formam as comunidades. Tal comportamento serviria de baliza para a atuação dos produtores que controlam os grandes meios católicos (as emissoras de rádio e TV, os periódicos, as produtoras de vídeo, as editoras etc.) caso tenham a indispensável capacidade de auscultar as demandas emergentes apontadas pelas lideranças e comunidades locais.

4º - Desafio da capacitação de novos quadros

Já na década de 50, a Igreja Católica se preocupava em criar mecanismos para formar quadros para o campo da comunicação. Este foi o sentido da implantação das Faculdades de Jornalismo, a começar pelo curso mantido pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul²⁵. Articular o trabalho destes cursos superiores permanece um grande desafio, dada as peculiaridades e autonomia do ensino superior no Brasil.

Ainda que anunciados e planejados, os esforços direcionados a implantar um sistema regular de capacitação de especialistas na área tiveram e têm alcance ainda limitado²⁶. A Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social produziu um currículo mínimo para o ensino da comunicação nos Seminários. Não se tem, contudo, notícias sobre a implantação deste currículo.

Frente a estas constatações, o tema deveria voltar a ser discutido pelas autoridades competentes.

5º - O desafio da educação para a comunicação

Reclamada por Pio XI já nos anos 30, a educação para a recepção das mensagens dos meios massivos ganhou formas diferentes ao longo dos últimos 50 anos. Desde as sessões de cineclubismo dos anos 50 até os atuais cursos de “leitura crítica de comunicação” da UCBC, passando por projetos diocesanos como o Apucarana, no Paraná, nos anos 70, a questão da educação para comunicação vem ganhando legitimidade revelada em dois fatos recentes: a) o projeto da nova *LDB - Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional* (já aprovada em maio de 1993, pela Câmara dos Deputados e aguardando votação no Senado) incorporou a “leitura crítica da comunicação” entre as práticas didáticas a serem desenvolvidas pelo sistema nacional de ensino, enquanto, por outro lado, b) a *FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas*, em seu mais recente congresso, em Curitiba (abril de 1994) agregou os processos de leitura crítica da comunicação entre as suas estratégias para a implantação de políticas democráticas de comunicação no país.

Tais acontecimentos fazem prever a oportunidade da Igreja unir-se, através de suas instituições de ensino superior, à proposta de se criar cursos (Bacharelados, Licenciaturas, Especializações) nas áreas de inter-relação Comunicação Social/Educação, para formar especialistas que atendam às demandas de sua própria política de comunicação, bem como às necessidades de toda a sociedade.

6º - O desafio da avaliação permanente

O terceiro grande desafio é o da *criação de mecanismos para uma avaliação per-*

manente que permita correções de rumo, quando necessárias.

Os estudos acadêmicos sobre o discurso e a prática da comunicação na Igreja alcançaram relativa sistematização nos últimos vinte anos. Os resultados, contudo, não foram suficientemente socializados. Por outro lado, não faz parte da cultura da instituição a realização de avaliações que coloquem em questionamento os procedimentos adotados por suas lideranças.

Os modernos conceitos sobre a administração de organizações ensinam, porém, que sem a implantação do hábito de avaliação periódica e cientificamente conduzida nenhuma política tem garantias de alcançar um mínimo de êxito. O caso é sobretudo válido quando se lida com representações, emoções e anseios de pessoas humanas.

Recentemente a revista *Sem Fronteiras*, mantida pelos Combonianos submeteu-se a um processo de avaliação conduzido por profissionais vinculados à UCBC e à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O mesmo ocorreu com a *AGEN - Agência Ecumênica de Notícias* e vem ocorrendo com os projetos de comunicação radiofônica da *Pastoral da Criança* da CNBB. Uma das primeiras atividades previstas para a *Rede Católica de Imprensa* é, justamente, a promoção de um amplo processo avaliativo, cientificamente conduzido, envolvendo tanto a produção editorial, a produção gráfica quanto as práticas de marketing.

Em decorrência, acredita-se que a definição de práticas avaliativas permanentes será a garantia de economia de esforços, inibindo sua dispersão, tornando-os mais eficazes.

Ismar de Oliveira Soares

• Professor Doutor da ECA/USP. Presidente da UCLAP. Membro da Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social da CNBB.

Notas

1. A colaboração com as políticas de comunicação do Estado se traduzia, para a Igreja, desde o período colonial, em sua condição de agente hegemônico da sociedade, legitimando, por obra da sacralização — uso do código religioso, de seu universo simbólico e de seu poder de coerção moral —, as inter-relações comunicacionais estabelecidas entre as diversas forças de controle social. A história mostra que esta colaboração se manteve minada, no cotidiano, pela confrontação de projetos e pela relativa autonomia de conduta dos agentes sociais. No campo explícito da comunicação impressa, encontraremos a Igreja colaborando intimamente com o Estado na própria implantação da imprensa régia: Frei Tibúrcio José da Rocha assumiu a responsabilidade junto a D. João VI pela publicação do jornal

- oficial do Reino Unido *A Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo sucedido neste ofício pelo Cônego Francisco Vieira Goulart.
2. Frei Caneca defende idéias liberais no jornal *Tifis Pernambucano*, em 1823-1824, enquanto o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama defende o socialismo, nos meados do século passado, no jornal *O Carapuceiro*, em Alagoas. Gilberto Freyre encontrará nos textos do Pe. Gama o material de que necessitou para escrever a família brasileira sob regime de economia patriarcal.
 3. A política interna de comunicação da Igreja, da segunda metade do século XIX aos inícios do século XX, caracterizou-se pelo esforço concentrado em torno do processo de romanização da instituição. De 1870 a 1900, a Igreja assistiu, na verdade, a uma explosão da imprensa católica em todo o país. Surgiram, na época, jornais como: *A Verdade Evangélica* (Salvador), *Selecta Católica* (Mariana), *O Eclesiástico* (São Luís), *O Amigo da Religião* (São Paulo), *O Católico* e *A Águia Católica* (Recife). A comunicação impressa, predominantemente opinativa, combatia os "desvios modernos" (ateísmo, materialismo, racionalismo, naturalismo, positivismo, liberalismo, protestantismo, socialismo, maçonaria etc.).
 4. No Rio de Janeiro, três jornais católicos defendiam posições políticas opostas. Enquanto *O Apóstolo* e *O Brasil Católico*, este último capitaneado por Carlos de Laet, defendiam a Monarquia, o jornal *O Cruzeiro* manifestava suas simpatias pela República. Para Quintino Bocaiuva, os três jornais não passavam de agentes anti-republicanos, a serviço do Vaticano, do jesuitismo e da restauração da Monarquia (SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à Libertação*. SP. Paulinas, 1988, p.183).
 5. Pedro A. Ribeiro de Oliveira. *Religião e Dominação de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1985.
 6. Segundo levantamento efetuado pelo Frei Pedro Sizing, publicava-se, no Brasil, em 1913, um total de 140 periódicos, sendo 71 jornais, 19 revistas e 50 outras publicações.
 7. É neste período que aparecem os títulos mais significativos dos veículos (jornais e revistas) que compõem o quadro da imprensa católica contemporânea.
 8. Ao todo foram onze cartas, escritas de 1898 a 1944. Dez destas cartas foram reunidas graças ao esforço do Pe. Jamil Abib, do CEPEHIB - Centro de Pesquisas e Estudos da História da Igreja no Brasil e analisadas pelo Frei Oscar de Figueiredo Lustosa no livro *Os Bispos Brasileiros e a Imprensa* (Loyola, 1983).
 9. Foram 10 as experiências de diários católicos, desde *A União*, do Dr. Felício dos Santos, no Rio, passando pelo *O Diário*, de D. Cabral, em Belo Horizonte, até *O Nordeste*, de D. Lustosa, em Fortaleza, este último o único diário com circulação em todo o território nacional, vivendo de 1922 a 1967. São do mesmo período, alguns jornais não diários com grande longevidade, entre os quais, *O Lar Católico* e *O Lutador* (de Minas Gerais), *O Correio Riograndense* (Rio Grande do Sul), *O Santuário de Aparecida*, *O São Paulo*, sem esquecer as revistas *R.E.B.*, *Vozes*, *A Família Cristã* e *Ave Maria*.
 10. "Após um ano de lutas pela sustentação do nosso jornal diocesano, notamos uma obstinada frieza, em geral, pelas leituras sérias e moralizantes de que é constante portador para o seio das famílias o jornal católico" (D. Manuel Nunes Coelho, Carta Pastoral *Sobre a Imprensa*, Luz do Aterrado, 1924). Do mesmo bispo, uma inusitada proposta de marketing católico: "que os reverendos vigários se esforcem por inculcar entre os seus paroquianos o interesse pela propaganda católica, pedindo aos comerciantes que espalhem, por meio de seus embrulhos, as folhas católicas..."
 11. Frei Boaventura Kloppenburg editou, em 1956, uma separata da *REB*, com 140 páginas, contendo pacote promocional de uma campanha, com 13 alocações radiofônicas, 7 "sketchs", 13 artigos para jornais, fórmulas de orações e juramento antiespírita. Fundamentalmente negava-se ao espiritismo o estatuto de "religião".
 12. Quanto aos protestantes, a atitude foi mais de cautela e vigilância que de combate frontal. O clero, guiado por Mons. Agnelo Rossi, permanecia atento às estratégias de comunicação dos evangélicos e ao poder de influência de suas publicações. Sustentava a campanha da convicção antropológica de que o Brasil era uma pais "naturalmente" católico.
 13. O jesuíta Arlindo Vieira foi um dos que levantaram a bandeira, na tentativa de isolar o inimigo secular.
 14. O combate ao comunismo ocupou a Igreja nas décadas de 50 e 60. Na *REB*, o tema era abordado por Frei Paulo Evaristo Arns, atento às influências dos comunistas na implantação das políticas educacionais do país. Para combater o comunismo, Pe. Irineu Leopoldino de Sousa, salesiano, fundou a revista *Nosso Século*, para cuja difusão imaginou um plano de vendas que pressupunha a existência de uma rede de três mil pólos de distribuição localizados nas paróquias e colégios, através dos *GIPs - Grupos de Imprensa Propaganda*. Fracassou.
 15. Nos inícios da década de 60, o Departamento de Imprensa da Conferência dos Religiosos do Brasil assistiu-se com o perigo comunista e incentivou, através de reuniões com editores católicos em várias capitais do país, a adoção de uma "linha editorial" comum, válida para todos os órgãos de divulgação das Congregações: o combate ao "comunismo ateu". A participação de religiosos — principalmente dominicanos — em iniciativas editoriais (publicação de revistas e jornais) de apoio às "reformas de base", era vista como uma exceção que fugia aos objetivos que sustentavam o projeto comunicacional do conjunto de veículos vinculados às Congregações Religiosas do Brasil.
 16. Tal aproximação realizou-se graças aos esforços de personalidades como D. Lucas Moreira Neves, na época Bispo Auxiliar de São Paulo. Na ocasião, Frei Romeu Dale, Secretário do Departamento de Opinião Pública da CNBB, buscou em seu trabalho na área de capacitação, o apoio de professores da Universidade de São Paulo e do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo. Um dos mais significativos resultados da aproximação entre agentes pastorais e profissionais de comunicação foi o "*Documento sobre a Igreja e NOMIC*", elaborado em Embu, SP, por um grupo de 40 especialistas latino-americanos, convocados pela UCLAP, OCIC-AL, UNDA-AL, UCBC entre outros organismos. A UNESCO reconheceu o "*Documento de Embu*" como uma das mais importantes reflexões sobre o tema da nova ordem mundial da informação e da comunicação.
 17. Marcaram presença, no período, emissoras de rádio como a "9 de Julho" em São Paulo e a "Aparecida", no Vale do Paraíba, além de jornais como "O São Paulo", vítima de intensa perseguição no período militar.
 18. No final dos anos 70, circulavam pelo país mais de três mil boletins, em dioceses, paróquias e comunidades de base, com uma tiragem aproximada de três milhões de exemplares mensais. A partir dos anos 80, as comunidades passaram a fazer uso dos alto-falantes ou do rádio popular. Já a partir de 85, era o vídeo que chegava ao domínio dos pequenos grupos.
 19. Trabalho favorecido pelos Cursinhos de Cristandade.
 20. Alguns episódios, ocorridos entre 1970 e 1980 indicam que a Igreja passou a dar-se conta da complexidade do fenômeno da Comunicação Social: a realização, em anos subsequentes, dos encontros sobre a liturgia no rádio e na TV (o processo de comunicação sendo tomado como inerente ao ato celebrativo), a fundação da UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social, 1969 (a entidade surge ecumênica e voltada para o estudo, o planejamento e a assessoria à pastoral da comunicação), o VIII Encontro sobre a Comunicação Social, em Brasília, 1978, preparatório para o Encontro de Puebla, momento em que se faz um excelente diagnóstico das políticas de comunicação da Igreja no Brasil), a constituição da Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social da CNBB (1980), e a realização em Embu, SP, do Encontro sobre "Igreja e Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação", reunindo 40 especialistas de toda a América Latina (1982).
 21. Merecem destaque: os Cursos da ECOS - Escola de Comunicação Social, de Porto Alegre, O Projeto LCC - Leitura Crítica da Comunicação da UCBC e os Cursos do SEPAC - Serviço à Pastoral da Comunicação das Edições Paulinas.
 22. Entre os elementos para a definição de políticas de comunicação, surgiram, na época, a "*Carta aos Comunicadores*" (da Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social da CNBB, 1984) e o livro *Como Organizar a Pastoral da Comunicação* (UCBC/SEPAC/Edições Paulinas, 1989).
 23. As principais editoras católicas adotaram como política — com o apoio de algumas autoridades e o combate frontal de outras — estar a serviço da cultura, notabilizando-se por oferecer ao mercado títulos de relevante importância para a análise da conjuntura nacional. O Setor de Comunicação Social da CNBB vem obtendo relativo êxito em seus esforços em torno da articulação das editoras católicas no país.
 24. *E o Verbo se Fez Imagem*, Petrópolis, Vozes, 1990.
 25. As Faculdades de Comunicação mantidas pelas Universidades Católicas são encontradas em Pelotas, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Campinas, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.
 26. Merecem destaque: os Cursos da ECOS - Escola de Comunicação Social, de Porto Alegre, O Projeto LCC - Leitura Crítica da Comunicação da UCBC e os Cursos do SEPAC - Serviço à Pastoral da Comunicação das Edições Paulinas.

Educar em Nosso Tempo: o desafio pós-moderno e a pedagogia da ação comunicativa

Marco Silva

O Educador e o desafio pós-moderno

O debate sobre a relação entre o pensamento moderno e o pós-moderno ainda não encontrou maior repercussões no campo da educação. A grande maioria dos que mais se empenham na reflexão educacional permanece reticenciosa com o pós-moderno.

Muitos perguntam se haverá, de fato, um tempo da pós-modernidade. Perguntam sobre transformações e desvios que teria sofrido o tempo da modernidade, a ponto de se poder designar o nosso tempo por uma palavra que em si mesma mais parece o marketing de um novo modismo ou consumismo. Uns perguntam porque não apenas falar em panorama contemporâneo em vez de pós-moderno. Outros não perguntam, afirmam tratar-se de um tema que diz respeito a países ricos onde as sociedades estão saturadas de tanto conforto, de tanto automóvel e parafernália eletro-eletrônica.

Ha também aqueles que tendo se aproximado do pensamento pós-moderno, afastaram-se dele imediatamente por considerá-lo reacionário em suas teses sobre o "fim da política", "fim da história", "fim do iluminismo" etc. perdendo com tal atitude a ocasião do diálogo competente que busca novas sínteses.

Estas manifestações ou reações revelam que os teóricos da educação ainda não tiveram oportunidade de meditar mais detidamente sobre as profundas transformações sociais do nosso tempo e sua teorização mais radical. Talvez um eloqüente **quadro sinóptico**¹ possa então servir-lhe de estímulo. Sua contundência pode levá-los à percepção de que a redescoberta e revalorização da questão educacional passa pelo debate sobre o moderno e o pós-moderno.

Este quadro¹ justifica a inquietação teórica que adotou a distinção entre o moderno e o pós-moderno. Ele explicita algumas incontestáveis transformações

sócio-culturais que transcendem fronteiras geográficas e econômicas. Para os educadores, em particular, ele mostra o quanto está ameaçado o ideal moderno de fazer da escola um espaço privilegiado na formação de cidadãos esclarecidos e senhores do seu próprio destino. O cidadão torna-se consumidor compulsivo da informação audiovisual enquanto o conhecimento dilui-se em opiniões relativistas. Os valores culturais equivalem aos apelos publicitários que se impõem como verdadeiras verdades na força sedutora das imagens. Tudo isso é desafio para o educador!

Que função restou para a escola, quando não há mais lugar para o cultivo da cultura feita de interiorização de normas ou crenças estáveis? Que fim restou para a pedagogia que visa emancipar os homens da ignorância, da incultura e da subserviência, quando se constata a perda do empuxo que os levaria à superação de si mesmos? Estas indagações são desafios porque fazem ver que a educação transita do valor de uso para o valor de troca ou para absoluto desvalor. Atrélada ao sistema produtivo, a escola perde a capacidade de cultivar a interrogação da vida e da existência na perspectiva de ideais historicamente valorizados. Em lugar de valores permanentes, ela prioriza a performance e o circunstancial, treinando a juventude para puxar alavancas e acionar botões, ou seja, forma competência e não mais ideais.

A juventude tem menos acesso à noção de história projetiva porque está submetida ao cotidiano que cultua o presente, a superfície e o imediato. A escola também imersa nesse cotidiano poder cada vez menos contra ele. A consequência disso é óbvia: o jovem fica entregue a si mesmo, entregue às forças primitivas de sua própria natureza. E sua natureza não é a consciência, mas o corpo, o sensorial.

A educação, em sua perspectiva emancipatória, necessita de certezas como: o ser humano pode sair da sua "menoridade" (Kant); a mudança da história é possível; e a preparação para a cidadania é um dever. Quando tudo isso, sobretudo em conjunto,

desaparece das nossas preocupações, é que se desfaz evidentemente a concepção moderna de educação.

De fato, não há mesmo como negar as evidências da ameaça ao sonho vanguardista da pedagogia que é elevar o animal humano à cidadania. Em todo lugar o cidadão (a convencer) é hoje o consumidor (a seduzir); o ideal (é necessário, é verdade) hoje é performance (é necessário, funciona); o conhecimento (ponderação, reflexão) hoje é informação (cotação, audiência); e por aí vai... Tudo indicando o esgotamento daquele ideal kantiano de esclarecimento como saída do homem de sua menoridade.

Nunca, em todo o século XIX e XX, o ideal de educar para a superação progressiva do homem esteve tão desacreditado. Nunca o "projeto da modernidade" esteve tão ameaçado pelo progresso econômico, desenvolvimento da tecnociência e satisfação dos desejos primitivos. Em consequência, a educação perde seu fundamento emancipatório e passa a formar competências para a competitividade do mercado, ou formar hordas de analfabetos funcionais.

Diante disto, os autores pós-modernos são os primeiros a anunciar a impossibilidade de resgate do conteúdo emancipatório da modernidade. Para eles estamos todos submetidos à força do redemoinho semiótico caótico e do mercado sem rosto, sem alma e sem direção. Em consequência, a tendência ente os educadores seria a supervalorização da "robótica pedagógica" ou a entrega absoluta à indiferença, à acomodação, à preguiça e à fruição do prazer. Ou seja: por um lado a prevalência do desempenho, por outro, a paralisia no dever morto da profissão que não ousa mais.

Diante disso, o debate sobre o moderno e o pós-moderno não só provoca o educador no sentido de rever os fundamentos e certezas da educação, como também o coloca diante de dois caminhos: retomar as origens e fundamentos da modernidade a fim de recuperar seus poderes de renovação; ou abandonar os fundamentos modernos

porque perdemos definitivamente o contato com as raízes da própria modernidade.

Habermas e o “Projeto da Modernidade”

Habermas não abandonou o “projeto da modernidade”. Em meio a tantas evidências de dissolução dos fundamentos emancipatórios do iluminismo, ele diz com firmeza: “Não tenho a menor hesitação em admitir que prosseguimos na tradição do iluminismo.² Por esta convicção, Habermas quer mostrar que a modernidade não está extinta, que ela é um projeto incompleto. Assim ele nos convida a reconhecer, que não podemos fugir da modernidade. Ao contrário, devemos completá-la, corrigi-la. Não podemos perder de vista esta fonte de valorização da emancipação humana. E não podemos afirmar que tenha acabado a vontade de explorar possibilidades futuras de uma vida menos ameaçada.

Foi o empenho em destilar o sentido mais autêntico do iluminismo, em resgatar o “projeto da modernidade”, que fez Habermas chegar à possibilidade do aprimoramento da noção moderna de superação. Esse aprimoramento ele concebeu em sua “teoria da ação comunicativa”. Ela lhe permite vislumbrar a continuidade da iluminação progressiva não mais na autoridade da “razão centrada no sujeito”³, mas na livre comunicação entre sujeitos. Esta é a grande novidade de sua teoria: a substituição do “eu penso” cartesiano ou kantiano — concepção de razão que está na origem da modernidade —, por “eu argumento”. Ou seja: ele substitui a razão subjetiva, monológica, autônoma, que deveria ser capaz de conhecer o mundo e dirigir o destino da humanidade, pela razão intersubjetiva, dialogal capaz de promover novos consensos na interação comunicativa.

Para Habermas a recuperação do projeto da modernidade ou a destilação do sentido mais autêntico do iluminismo estão acima de tudo na razão comunicacional que habita as interações discursivas, onde a fala livre e plural não perde o conteúdo emancipatório que anuncia o futuro em aberto. Habermas sabe muito bem que o “sistema”, fundado na burocratização e monetarização da vida, submete o indivíduo a imperativos funcionais que neutralizam o que lhe chama de “mundo da vida”, isto é, a liberdade da fala. Mesmo assim, Habermas não pensa como os pós-modernos, no fim da possibilidade emancipatória. Ao contrário, ele vê em nosso tempo maior possibilidade de novos consensos na comunicação diária, uma vez que está enfraquecida a metateoria de intelectuais que buscavam fundamentos racionais para proposições éticas universalmente válidas.

Quadro Sinóptico¹

	MODERNIDADE	PÓS-MODERNIDADE
REDES DE PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO:	IMPrensa	AUDIOVISUAL
FIGURA DO TEMPO:	LINHA (História, progresso, Futurocentrismo)	PONTO (Atualidade, acontecimento)
IDADE CANÔNICA:	O ADULTO	O JOVEM
PARADIGMA DE ATRAÇÃO:	LOGOS (Utopias, sistemas, programas)	IMAGO (Afetos e fantasmas)
“ORGANON” SIMBÓLICO:	SISTEMAS (Ideologias)	MODELOS (Iconologia)
CLASSE ESPIRITUAL (DETENTORA DO SAGRADO SOCIAL):	INTELLIGENTSIA LAICA (Professores e doutores) Sacrossanto: O CONHECIMENTO	MÍDIA (Difusores e produtores) Sacrossanto: A Informação
REFERÊNCIA LEGÍTIMA:	O IDEAL (É necessário, é verdade)	A PERFORMANCE (É necessário, funciona)
MOTOR DE OBEDIÊNCIA:	A LEI (Dogmatismo)	A OPINIÃO (Relativismo)
MEIO NORMAL DE INFLUÊNCIA:	A PUBLICAÇÃO	A APARIÇÃO
ESTATUTO DO INDIVÍDUO:	CIDADÃO (A convencer)	CONSUMIDOR (A seduzir)
MEIO DE IDENTIFICAÇÃO:	O HERÓI	A “STAR”
DICÇÃO DA AUTORIDADE PESSOAL:	LI NO LIVRO (Verdade como palavra impressa)	VI NA TV (Verdade como uma imagem direta)
REGIME DE AUTORIDADE SIMBÓLICA:	O LEGÍVEL (O Fundamento) ou a verdadeira lógica	O VISÍVEL (O Acontecimento) Ou o verossímil
UNIDADE DE DIREÇÃO SOCIAL:	O UM TEÓRICO: O Chefe (Princípio ideológico)	O UM ARITMÉTICO: O LÍDER (Princípio estatístico, sondagem, cotação, audiência)
CENTRO DE GRAVIDADE SUBJETIVA:	A CONSCIÊNCIA (Animus)	O CORPO (Sensorium)

■ INTERCÂMBIO

Isso quer dizer que a verdade, não estando mais na força unificadora e coercitiva dos imperativos universais (ideologias, sistemas, leis e utopias válidas para todos), está agora no consenso fundado na ação comunicativa. Sendo assim, podemos dizer: a história não acabou e a razão emancipatória vive na linguagem livre e plural que a escola, especialmente a escola, pode adotar, pode incentivar.

Educar em nosso tempo

Vivendo o tempo do relativismo, o educador precisa saber que a pedagogia deve abandonar o modelo “apresentar o exemplo — seguir o exemplo”. Hoje o que educa mais é a experimentação, o vivido coletivo e a interação comunicativa. A qualquer hora o estudante está aberto a qualquer aprendizagem. E o educador precisa cuidar do equilíbrio entre a vida cotidiana do aluno fora da escola e o seu aprendizado intra-escolar. Priorizando a pluralidade e a democracia da fala, ele deve estar com um olho na escola cotidiana e outro no cotidiano da escola. Na escola cotidiana o aluno aprende fazendo. No cotidiano da escola, especialmente na sala de aula, ele não deve ser obrigado a dissociar o fazer e o saber da fala livre e plural.

Não basta o educador saber que “não tem sentido transmitir, pela via da escola, um conjunto compartimentalizado e enlatado de conhecimentos que se chocou ou não se relaciona com a realidade que entra diariamente pelos olhos e ouvidos das crianças (e jovens) na televisão, no rádio, nas conversas em casa (e na rua), nos jornais”. Não basta saber que a escola deve responder a estimular a motivação e interesse dos alunos, se, na sala de aula, o educador não garante a fala livre e plural. O educador deve saber que os princípios da ética discursiva — liberdade, igualdade e ausência de coação — não são espontâneos, não nascem por si mesmos sem a sua intervenção.

Assim a escola pode enfrentar em nosso tempo o desafio de recuperar o fundamento emancipatório da educação! Basta que ela forme interlocutores competentes, isto é, que ela estimule as interações comunicativas exercitando a fala e a pretensão de validade num ambiente feito de pluralidade de vozes, de liberdade, igualdade e ausência de coação. A escola deve acolher as pequenas narrativas existentes no corpo discente e docente e assegurar o seu confronto num ambiente marcado pelos princípios da ética discursiva. Uma vez que esta ética não é

espontânea, cabe à escola educar para competência dialógica, para a negociação em busca do consenso, enfim, para a ação comunicativa.

A pedagogia que incentiva a interação comunicativa num clima de liberdade, igualdade e ausência de coação tem em si mesma este direcionamento. Por isto, não deixa o aluno entregue ao espontaneísmo, ao não diretivismo. O educador precisa saber que abandonar a criança e o adolescente à força dos seus instintos, à força do redemoinho semiótico e do mercado, significa permitir que sua formação se realize extraindo caoticamente do ambiente geral todos os motivos de vida.

A **sala de aula** como reduto privilegiado da **ação comunicativa** deve priorizar a **abordagem transdisciplinar, holista**, capaz de fazer justaposição dos conhecimentos das diferentes áreas envolvidas. Também deve priorizar a relativização das certezas estabelecidas — na medida em que a vida cotidiana remete a uma multiplicidade de experiências coletivas. Em geral os alunos gostam de falar de sua vida, de sua emoção vivida, experimentação coletiva, sentimentos, afetos, imaginações e conhecimentos, mostrando sempre seus argumentos e pretensões de validade. E o educador deve estar preparado para trabalhar os conteúdos curriculares em interação com as vozes e éticas particulares ou grupais.

O aluno deve aprender os conteúdos de história, geografia, matemática, sociologia, política, arte etc., sempre na interação comunicativa. Na **sala de aula**, sua **fala livre e plural** deve ser intensamente estimulada. Ele deve aprender a **amar o diálogo e nutrir-se dele**.

O professor que estimula a interação comunicativa exercitando a fala livre e a busca de novos consensos, educa para a convivência com a pluralidade de vozes. Educa para a pretensão da validade num clima de liberdade, igualdade e ausência de coação. Ele acolhe as narrativas dos alunos e assegura o seu confronto num ambiente pautado pelos princípios da ética discursiva. E uma vez que esta ética não é espontânea, **cabe ao professor educar para a competência dialógica**, educar para a negociação em busca do consenso, **educar enfim para a ação comunicativa**.

A partir da ação comunicativa o educador tem a possibilidade de uma pedagogia muito apropriada ao nosso tempo de ruínas, mas onde sobrevive a pluralidade discursiva. Hoje ele tem a possibilidade de uma pedagogia que troca a autoritária linguagem da recitação pela abordagem que permite aos

estudantes falar de suas próprias histórias e memórias coletivas. Uma pedagogia que levanta questões fundamentais sobre como os estudantes fazem investimentos específicos de significado e afeto.

A pedagogia da ação comunicativa dá condições para que os alunos não só falem de suas experiências passadas e presentes, mas que as coloquem dentro de relações existentes de dominação e resistência. Tudo na escola deve contribuir para que os estudantes possam achar uma linguagem para encarnar as formas históricas e socialmente construídas pelas quais vivem. Tudo deve favorecer a formação de um novo tipo de sujeito ao mesmo tempo múltiplo e democrático. Alguém capaz de valorizar cidadania e democracia. Alguém capaz de lidar com as diferenças e divergências cotidianas.

Nosso tempo — não importa se a modernidade tardia ou pós-modernidade — é marcado pela pluralidade, relativismo e enfraquecimento das grandes narrativas modernas. Conseqüentemente, o que temos é a explosão de particularismos e de tendências, uma vez que estão enfraquecidas aquelas narrativas globalizantes.

Temos hoje o pluralismo de vozes, de pequenos discursos que criam um ambiente cada vez mais refratário à anulação das diferenças. Depois do grande discurso da luta de classes, o que temos são apenas as pequenas lutas de raças, de culturas, de sexos, de tribos urbanas.

Quanto à juventude, também não temos mais os grandes discursos unificadores dos jovens. Afinal, não temos mais uma juventude, mas várias: os punks, os góticos, os yuppies, os metaleiros, os carapintadas, os skinheads etc. E cada juventude com suas fronteiras bem demarcadas.

Diante de tantas fronteiras que demarcam tantos particularismos, Habermas deixa claro que só a interação comunicativa, feita de fala livre e plural mantém depurada a racionalidade emancipatória que fundou a modernidade. Essa racionalidade tão apropriada ao nosso tempo é que deve ser a base de uma pedagogia capaz de transpor fronteiras éticas, estéticas, morais e simbólicas que fazem hoje a pluralidade confusional dos modos de vida e do comportamento.

Enfim se não temos mais a força unificadora dos imperativos universais, temos então a pedagogia da ação comunicativa. Com ela a escola pode manter o fundamento emancipatório da educação ou o sonho vanguardista da pedagogia. Ou seja: desenvolver nas novas gerações a capacidade de reinventar o seu tempo e de

contrapor-se às influências e ações que impeçam o progresso humano entendido como superação.

Marco Silva

• Professor de Sociologia da Educação na Universidade Santa Úrsula (RJ) e doutorando em Educação na USP.

Nota

Trabalho apresentado na INTERCOM/94 - GT: Comunicação e Educação.

Referências Bibliográficas

1. Cf. Régis Debray. *Cours de médiologie générale*. Paris: Galli mard, 1991, p. 388-9. Apropriação livre de parte do "Quadro sinóptico das três idades da mídiassfera".
2. Jurgen Habermas. *Comunicação e razão: entrevistas com Habermas*. In: *Crítica*. Lisboa, nº 3, abril, 1988, p. 42.
3. J. Habermas. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana M^a Bernardo. Lisboa: Don Quixote, 1990, p.282.
4. Simon Schwartzman. *Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade*. Palestra preparada para o Seminário Nacional de Literatura, Educação e Pós-Modernidade do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras da PUC/RS, 24/06/88 (primeira versão, 16/03/88), p.12, Mimeo.
5. ARONOWITZ, Stanley. *Pós-modernismo e política*. In: Heloisa B-Hollanda (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
6. ARONOWITZ, Stanley e GIROUX, Henry A. *Postmodern education: politics, culture and social criticism*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1991.
7. BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, Papirus, 1991.
8. BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. Trad. H. L. Dantas. São Paulo, Cultrix, 1977.
9. BENNER, Dietrich e CÖSTEMEYER, Karl F. *Postmoderne pädagogik: analyse oder affirmation eines gesellschaftlichen Wandels?* In *Zeitschrift Für Pädagogik*. Februar, 1987, Hef 1/87.
10. BLOOM, Allan. *O declínio da cultura ocidental — da crise da universidade à crise da sociedade*. SP, Bestseller, 1989.
11. FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
12. GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. SP, Universidade Estadual Paulista, 1991.
13. GIROUX, Henry. *Pedagogia radical*. Trad. Dagmar, M.L. Zibas, SP, Cortez, 1987.
14. _____. *Escola crítica e política cultural*. Trad. Dagmar, M.L. Zibas, São Paulo, Cortez, 1987.
15. _____. *Teoria crítica e resistência em educação*. Trad. A. M. B. Biaggio. Petrópolis, Vozes, 1986.
16. HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana M^a Bernardo. Lisboa, Don Quixote, 1990.
17. _____. *Habermas*. (orgs.) B. Freitag e S.P. Rouanet. São Paulo, Átic, 1990.
18. _____. *Arquitetura moderna e pós-moderna*. Trad. C.E.J. Machado. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 18, out.1987.
19. _____. *A nova intransparência*. Trad. C.A.Marques Novaes. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 18, out.1987.
20. _____. *La modernidad, un proyecto incompleto*. In: H. Foster y otros. *La postmodernidad*. Kairós, Barcelona, 1986.
21. _____. *Teoria de la acción comunicativa*. 2 vol., Madrid, Taurus, 1987.
22. _____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
23. _____. *Modernidade versus pós-modernidade*. Trad. A.M. Summer. In: *Arte em Revista*, nº 7, São Paulo: Kairos, 1983.
24. HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). *Pós-modernismo e política*. RJ, Rocco, 1991.
25. HUYGHE, François-Bernard. *La soft ideologie*. Paris, Robert Laffont, 1987.
26. HUYSSSEN, Andreos. *Mapeando o pós-moderno*. Trad. C. A. de C. Moreno. In: *Pós-modernismo e política*. RJ, Rocco, 1991.
27. JAMESON, Frederic. *Pós-modernidade e sociedade de consumo*. Trad. Vinicius Dantas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 12: 16/26, 1985.
28. LACLAU, Ernesto. *A política e os limites da modernidade*. In: Heloisa B. Hollanda (org.), *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
29. LENZEN, Dieter. *Mythos metaphor und simulation. Zu den Aussichten Systematischer Pädagogik in der Pastaderne*. In: *Zeitschrift für Pädagogik*. Februar, 1986 Hef 1/87.
30. LYOTARD, Jean-François. *L'Inhamain*. Paris, Galilée, 1988.
31. _____. *O pós-moderno explicado às crianças*. Trad. Tereza Coelho. Lisboa, Dom Quixote, 1987.
32. _____. *L'enthousiasme - la critique kantienne de l'histoire*. Paris, Galilée, 1986.
33. _____. *O pós-moderno*. Trad. Ricardo C. Barbosa. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
34. _____. *Le differend*. Paris, Minuit, 1983.
35. _____. *Réponse à la question - qu'est-ce que le postmoderne?* In: *Critique*, n. 418:357/367, 1982.
36. MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum*. Trad. Aluizio Trinta. São Paulo, Brasiliense, 1988.
37. _____. *O tempo das tribos - o declínio do individualismo na sociedade de massa*. Trad. M. de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
38. _____. *A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
39. McLAREN, Peter. *Paulo Freire e o pós-moderno*. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, 12(1):3-13, jan/fev, 1987.
40. NAISBITT, John e ABURDENE, Patrícia. *Megatrends 2000*. São Paulo, Amanakey, 1990.
41. MUN, José et alii. *La izquierda y la cultura de la posmodernidad*. In: *Proyectos de cambio: la izquierda democratica en América Latina*. Argentina, Nueva Sociedad, 1988.
42. OELKERS, Jürgen. *Die wiederkehr der postmoderne: pädagogische revlecionen zum neuen fin de siecle*. In: *Zeitschrift für Pädagogik*. Februar, 1987 Hef 1/87.
43. OLIVEIRA, Roberto C. de. *A categoria de desordem e a pós-modernidade da antropologia*. In: *Trabalhos em antropologia*, nº 1. Campinas, Unicamp, 1987.
44. O L'HAR/Adauto Novaes (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
45. ROUANET, Sergio P. *O olhar iluminista*. In: *O Olhar/Adauto Novaes* (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
46. _____. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
47. SANTOS, Jair F. dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
48. SEVCENKO, Nicolau. *O enigma pós-moderno*. In: *Pós-modernidade*. Campinas, UNICAMP, 1988.
49. SEIBENEICHLER, Flávio B. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
50. VATTIMO, Giani. *O fim da modernidade - nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Trad. Boavida. Lisboa, Presença, 1987.

Bibliografia

Ética Existencial em Jean-Paul Sartre: o homem e a moral da liberdade

Cléa Gois e Silva

1. Introdução

Ao falarmos de *ética* falamos de imediato da Filosofia. A filosofia pretende lançar seu olhar sobre a totalidade da realidade. É refletir sobre a existência à luz do ser. Ela rompe a moldura do mundo, para lançar-se ao infinito. Mas retorna a finito para se fundamentar no histórico. Ela se dirige ao indivíduo, aos que movidos pela verdade, vivem em comunidade, e acima de tudo confiam uns nos outros. A filosofia nunca chega ao final do horizonte, pois afasta-se na medida em que se aproxima.

E portanto a Ética, como a Filosofia, nunca chegam a seu fim último. Pois sempre surgem novos problemas, novas questões, novos horizontes que nos convidam a sermos eternos caminhantes à busca do ser. Este caminhar, define a própria existência do ser, que é jogado no mundo, é jogado no tempo.

Ética significa aquilo que encontra o ETHOS. ETHOS quer dizer morada, lugar de morar, um lugar de descanso, um lugar de onde partimos. A Ética é uma reflexão sobre o que é bom, e não sobre o bem. A Ética trata das normas das boas ações, e o agir humano é situado em sociedade. A chamada "ética existencialista" é uma negação de que pode haver uma ética; em todo caso, não parece haver possibilidade de formular normas morais, objetivas, fundadas em Deus, na sociedade, na natureza, um suposto reino objetivo de valores ou normas, etc., de modo geral o único imperativo ético possível parece ser o de que cada qual tem que decidir por si mesmo, em vista de sua própria intransferível situação concreta, o que vai fazer e o que vai ser.

2. O existencialismo: Jean-Paul Sartre

O pensamento de Sartre reflete a preocupação existencial de que o homem, colocado pela sociedade, política, família, educação ou pelos hábitos adquiridos numa encruzilhada de múltiplos caminhos, escolhe entre ser covarde ou corajoso, delator ou cúmplice, que aceite ou combata a situação, mas que assuma a responsabilidade de uma opção, atuando ou participando, mesmo que

isto seja inquietante e incômodo.

O método de análise das situações existenciais será o da fenomenologia, embora o próprio Husserl coloque a existencialidade entre parênteses e, portanto, fora do circuito filosófico, para desengajar as essenciais idéias. Mas a evolução da fenomenologia mostra que a sua finalidade consistia em permanecer fiel ao concreto existencial.

Para a realidade humana, existir é sempre assumir o ser, é ser responsável por ele, em vez de o receber de fora. Como realidade humana é, por essência, a sua própria possibilidade, esse existente pode escolher-se a si próprio em seu ser, pode ganhar-se como também pode perder-se. Esse ato de assumir o ser, que caracteriza a realidade humana, implica a compreensão da realidade humana por ela própria, por mais obscura que seja essa compreensão, compreensão que é a sua própria forma de existir. Desse modo, a realidade humana, que sempre é um eu, assume o seu próprio ser, compreendendo-o. Essa compreensão é minha. Sou, portanto, antes de mais nada, um ser que compreende mais ou menos obscuramente a minha realidade de homem, o que significa que eu me faço humano ao compreender-se como tal. Posso interrogarme, pois, e sobre as bases dessa interrogação poderei ser bem sucedido em uma análise da realidade humana.

É a fenomenologia que vai estudar, sob o plano da manifestação em que todas as ordens da experiência podem se traduzir, este fenômeno da existência humana, pois, existir para consciência é aparecer, e é um aparecer que é preciso descrever e interrogar. Uma vez que a consciência é a própria realidade humana, que assume por si mesma e se dirige conscientemente para o mundo em uma atitude significativa, em cada atitude encontraremos o todo da realidade humana.

Sartre entende por existencialismo uma doutrina que torna a vida humana possível e, por outro lado, declara que toda a verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humanos. O existencialismo afirma que a existência precede a essência, isto é, temos de partir da subjetividade para entender a existência. Para o existencialismo, como Sartre o entende, o homem

primeiramente existe, se descobre, surge no mundo e só depois se define. O homem é não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência; o homem não é mais do que o que faz. Este é o princípio fundamental do existencialismo e, assim, o primeiro esforço do existencialismo será o de analisar o homem na situação em que ele se encontra e atribuir-lhe a total responsabilidade da sua existência, não só individual mas coletiva. Pois se a existência precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo em que construímos nossa imagem, esta imagem é válida para todos; escolhendo-me, escolho o homem.

Uma vez que para Sartre, a não-existência de Deus é um princípio fundamental, o homem está abandonado, pois não encontra em si nem fora de si nenhuma realidade a que se apegar. Se Deus não existe não encontraremos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Somos livre, sós e sem desculpa.

E no entanto, o tédio dos dias e das noites monótonas ao longo do triste caminho obscuro onde somente existe escuridão, toda ação duvidosa de um tédio mórbido ao longo de uma caminho deserto, a observação desrespeitosa da falsa importância que se dão os homens na vida cotidiana, tudo isso leva Sartre a concluir que nada justifica a existência. Mas, essa gratuidade não nos livra da liberdade e da responsabilidade, que são da essência do homem. Uma liberdade sem conteúdo torna-se náusea.

Repetindo-se as palavras de Nietzsche: "Deus está morto". Mas para Sartre não é tanto Deus que morreu e sim um conjunto de valores intermediários entre Deus e o homem, um conjunto de mitos e semideuses que os filósofos chamaram valores. Tudo é gratuito, mas, pelo próprio fato de existir, o homem deve sobrepujar essa gratuidade, pois a capacidade pelo bem se encontra na consciência da liberdade e na possibilidade de forjar nossa própria vida. Mas o que fazer com minha liberdade?

A liberdade, sendo essencialmente projeto, tarefa já que não tem essência, deve se fazer, se criar; e, uma vez que é espontaneidade pura, ela é invenção constante. Ser é agir. E enquanto projeto, a consciência se

lança adiante no futuro. O homem se distancia do seu passado e do determinismo e se projeta para o seu futuro.

O problema moral surge em Sartre dentro do contexto da possibilidade de uma recusa de todo valor moral. A partir dessa hesitação, o problema moral se impõe, mesmo no caso de escolher recusá-lo, pois mesmo nesse caso manifesto uma atitude que me engaja moralmente. Mas, ela não impõe nenhuma solução determinada; ela impõe apenas a necessidade de uma escolha e essa escolha deve colocar-se dentro do conjunto de projetos que sou eu e todos os meus projetos particulares, embora não decorram do quadro dessa opção fundamental com o rigor de uma consequência lógica, articulam-se com ele em uma corrente contínua.

3. Ética Existencial

Sartre termina sua obra *O Ser e o Nada*, afirmando que a ontologia deve prolongar-se na Ética de acordo com os supostos da mesma. Seria uma ética que assumiria suas responsabilidades frente a uma realidade humana *em situação*, e cujo método seria a psicanálise existencial como uma descrição moral que nos revelará o sentido ético dos diferentes projetos morais.

Deixou-nos indicadores de sua concepção de uma moral radical da situação, totalmente indiferente às comuns distinções do bem e do mal e que não tem complacência com as mais desprezíveis atitudes da delinquência humana. E adverte aqui que tal psicanálise existencial deve descobrir agente moral por quem todos os valores existem. É então quando sua liberdade terá consciência de si mesma e se descobrirá na angústia como a única fonte do valor e o nada pelo qual o mundo existe. Daí que todas as atividades humanas são equivalentes, já que todas estão condenadas, em princípio, ao fracasso. Assim, resulta o mesmo embriagar-se solitariamente ou conduzir povos e pode suceder que o quietismo do embriagado solitário predomine sobre a agitação vã do condutor de povos.

Segundo Sartre, os filósofos franceses até 1880, suprimiram Deus como uma hipótese inútil e custosa, trataram, no entanto, de constituir uma moral laica, considerando necessário certos valores como existindo a priori: tem que ser obriga-

tório a priori ser honesto, não mentir, etc. O existencialista, ao contrário, pensa que é muito mais modesto que Deus não exista, porque com Ele desaparece toda possibilidade de encontrar valores em um céu inteligível; não pode dar-se o bem a priori se não há consciência infinita que os pense; e não está escrito em nenhuma parte que o bem existe, que há ser honesto, que não se deve mentir.

O fundamento teórico deste amoralismo ou ausência de toda norma normal é, a parte da negação de Deus, e o fato de que o homem é livre, de que é liberdade. Que a escolha seja completamente livre, significa que não tem nenhuma normatividade alheia, que toda norma e todo valor nascem dela e por ela, e vale somente dentro dos limites do projeto concreto que dela surge. Nas situações difíceis em que é preciso escolher, nenhuma moral escrita pode dizer decisão há que se tomar, e os homens escolhem movidos por alguma emoção ou sentimento. Eu não posso pedir a uma moral os conceitos que me permitam realizar. E é que as decisões concretas dependem somente da liberdade de um em cada situação. Sois livre, eleito, isto é, inventado. Nenhuma moral geral, pode-lhes indicar o que há de fazer. Quando os chefes responsáveis se encontram, na angústia da decisão, ante uma pluralidade de possibilidades e escolhem uma, se dão conta de que esta não tem valor senão por que foi a escolhida.

Em definitivo, o homem não é mais que um projeto, não existe mais que na medida em que se realiza e não é, portanto, outra coisa senão o conjunto de seus atos. E se o homem se constrói constantemente mediante a escolha e se define pela ação, somente tem a ver com uma **moral de ação e de compromisso**, posto que se compromete mediante a escolha. O absoluto da escolha não suprime a relatividade de cada época e cada indivíduo se realiza dentro da relatividade do conjunto cultural em que se encontra. **O homem se faz, não começa feito do todo, e se faz escolhendo sua moral, e a pressão das circunstâncias é tal que não pode escolher senão uma, pois sua escolha é sempre uma escolha em uma situação.**

Sartre declara, que a liberdade em cada circunstância concreta não pode ter outro fim que a si mesma, porque **o homem põe sua liberdade como fundamento de todos**

os valores. Somente exige a autenticidade e boa-fé para validade moral desta liberdade total, chamando de covardes e indecentes aos que se escudam da má-fé (eu minto a mim mesma e creio na mentira que a mim mesma digo. Eu sou, portanto, simultaneamente enganador e enganada: como enganador conheço a verdade que dissimulo a mim mesma, como enganada) sob qualquer pretexto de determinismo ou necessidade passional. As mesmas condutas opostas perante uma decisão concreta são equivalentes se em ambas se pôs como fim a liberdade. E aos que repudiam os valores assim inventados, Sartre responde que a vida não tem sentido a priori, que é preciso dar-lhe sentido, e o valor não é outra coisa que este sentido que dá ao escolher e viver a vida mesma.

Com estes argumentos tem dado Sartre suficiente expressão à teoria ética que brota de sua filosofia e que pode qualificar-se como uma radical **moral da liberdade**, sem normas, nem leis que emanam da exigência ou compromisso de realizar-se a si mesmo na situação que assumiu ou ter-lhe sido imposto ser livre, porque tudo o que faz sempre é bom. É a que tem inspirado as atitudes e motivos da moral existencialista, livre e permitida.

Os valores emergem com a própria emergência do homem. Estes não são, na verdade, completamente relativos ao homem, na medida em que representam algo que não é determinado pelo homem, algo que está para além do homem. Ao homem é dado acusar pressões dos valores; ao homem é dado escolher e agir com base em valores. O homem não é idêntico a si mesmo: o seu ser está dinamicamente e problemáticamente aberto a um não-ser que não está determinado de modo necessário e a priori. O homem vive na dimensão do possível, e o possível tal como o valor, existe apenas enquanto existe o homem. O possível existe na medida em que o homem não se reduz a si próprio, mas é, faz-se.

Cléa Gois e Silva

• Mestre em Filosofia - PUC/RJ

• Professora do Departamento de Filosofia IFCH/UERJ

• Coordenadora do Núcleo de Extensão do IFCH/UERJ

Conhecimento, Cultura e (pós)Modernidade: a contribuição da iniciação científica para os bacharelados de comunicação social

Angela de Faria Vieira
Denise da Costa Oliveira

Introdução

A *iniciação científica* pode representar uma experiência fundamental de participação e de inserção do aluno no âmbito da produção do conhecimento na universidade, tendo a relação ensino-aprendizagem como um ponto nevrálgico no revisitar crítico desse percurso. Por intermédio da iniciação científica, o aspecto social ou interativo da relação entre pesquisador e estudante pode encontrar a possibilidade de ser explorado, na medida em que se efetua a socialização do conhecimento.

Esta leitura, no entanto, leva a questionamentos sobre o tipo de conhecimento e o tipo de homem que a universidade vem construindo no contexto contemporâneo. Uma pergunta, então, se coloca: professor pesquisador e aluno se assumem como artífices de um conhecimento que está sendo construído quando da orientação discente na pesquisa docente (a iniciação científica)?

A questão proposta remete a outras de cunho epistemológico: o conhecimento verdadeiro é o conhecimento objetivo? E o conhecimento subjetivo é falso? O que caracteriza o conhecimento científico? Onde reside a crítica do objetivismo? É possível avançar na ciência sem realizar uma crítica da prática científica em vigor? Tais indagações norteiam esta pesquisa, ainda em andamento.

Um dos desafios que se coloca ao estudo se refere aos diversos impasses pós-modernos que mapeiam o esforço metódico de identificação de paradigmas científicos que auxiliem no conhecimento e explicação da realidade social: **o campo empírico do comunicador social**. Tal desafio talvez se explique por aquele aspecto que Frederic Jameson ressalta como característico do (pós) modernismo: o esmaecimento de fronteiras e separações fundamentais, em especial entre a “alta” cultura e a cultura de massa.

Em sua análise, Jameson ainda explica que o enfraquecimento de fronteiras na pós-modernidade também se dá em nível de teoria. Ciência política, sociologia ou crítica literária não são mais tão distintas como já

se pensou anteriormente: “*Hoje, cada vez mais, temos um tipo de texto simplesmente chamado teoria, que é todas ou nenhuma dessas coisas ao mesmo tempo*” (Jameson, 1993, p.27).

Em outras palavras, a interdisciplinaridade ganha cada vez mais força e é hoje muito mais presente no campo das ciências humanas do que se pode mensurar. Na realidade, em ciências humanas e sociais o que se estuda são objetos ou fenômenos de complexidade interdisciplinar. Assim, “*através de uma interatividade, entre universidade e diferentes agentes sociais, a ciência dialoga com a sociedade: o saber deve abalizar-se no concreto, no real, de modo a transformar bases cognitivas e de pesquisa social.*” (Vieira, 1995, p.17)

A interdisciplinaridade é uma das questões que se coloca na reflexão sobre o papel da iniciação científica e que vem sendo estudada na pesquisa *Conhecimento, cultura e modernidade: a iniciação científica na universidade*. Desenvolvida na Faculdade de Comunicação Social da UERJ, na linha Comunicação, Informação e Educação, a pesquisa tem como objetivo geral rastrear as experiências de iniciação científica em Ciências Humanas e Sociais na universidade pública do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa tem como objetivo específico a identificação de meios e processos de contribuição da iniciação científica para revitalização dos bacharelados de comunicação social.

No âmbito de “Conhecimento, cultura e modernidade” procura-se, ainda, averiguar que idéia de ciência os programas institucionais e as práticas de iniciação científica adotam.

A iniciação científica interessa não só à universidade, mas também ao estudante e à própria ciência, já que é argumento e instrumento de legitimação das ciências humanas e sociais. Desse modo, a *prática da iniciação científica se revela como fonte de conhecimento e de fomento à cultura, integrada à modernidade, com fundamentos que podem estimular uma leitura crítica da ciência e da universidade*. (Oliveira e Natividade, 1995, p.41).

Ensino e pesquisa

O potencial instrumental da iniciação científica na graduação pode ser melhor utilizado para a formação dos agentes

sociais, pensando na “elevação” da cultura e consciência do bacharelado em seu percurso acadêmico ou universitário. Paralelamente, o professor/pesquisador/orientador revisita e renova o seu próprio conceito de ciência, quando instrumentaliza o discente no conhecer. Considera-se, aqui, que “*o conhecimento não pode ser reduzido unicamente ao racional. Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral*”. (Moran, 1955, p. 26).

A iniciação científica, no âmbito da pós-modernidade promove, então, a possibilidade do resgate da relação entre ensino e pesquisa na universidade, dentro do universo de significação de cada grupo de trabalho.

Mas, dentro do contexto universitário, a iniciação científica responde a uma série de hierarquias e rituais. A iniciação científica tem seus “ritos” porque reflete a sociedade complexa na qual está inserida e onde reside a instituição universitária. Se os fenômenos sociais a serem estudados são inúmeros, as interpretações possíveis também o são.

Ao apropriar-se de teorias e métodos, a pesquisa apenas se inicia na familiarização do conhecer, através de discursos e de representações. “*Existem falas da ciência, que instituem críticas competentes aos formalismos de enunciados científicos calcados em certos parâmetros de verdade*” (Vieira, 1995, p.39). A pesquisa científica se apropria de algumas dessas falas e a partir dela constrói novos saberes.

Há na universidade um terreno propício para a realização de estudos e inserções da ciência nas temáticas que abalizam as questões e soluções do país e do mundo (a globalização). “*Saindo da retórica para uma comunicação interativa, integradora e inter-multi-transdisciplinar, o conhecimento científico torna-se uma linguagem, com repertório e recepção no social; transpondo dilemas e obstáculos epistemológicos, “máscaras” e axiomas herméticos, desvelando a pseudo-neutralidade científica*” (Vieira, 1995, p.17).

Nesse momento, “olhares” convergem para os dilemas que uma atuação em rede enfrenta para estabelecer diálogos em nível internacional, atualizando informações e usuários. Respeitar regionalismo, peculiaridades sócio-culturais é um desafio à

globalização. Impõe-se como necessário rastrear os modos de fazer ciência na universidade de forma a elucidar teóricos e profissionais da comunicação social acerca dos níveis e processos de construção do saber.

Todavia, é necessário ter claro *"o fato de as ciências serem discursos críticos e progressivos para a determinação daquilo que, na experiência, deve ser tido por real"* (Japiassu, 1988, p.33). O objeto de estudo de pesquisas científicas, sejam de iniciação científica ou não, é, então, *"um objeto não dado, mas um objeto construído, um objeto cujo inacabamento é essencial"* (Japiassu, 1988, p.33). Esse objeto é construído a partir do universo de significados do grupo social no qual os pesquisadores estão inseridos. A compreensão disso é fundamental para a visão das ciências humanas e sociais.

Também é fundamental compreender que a iniciação científica responde a determinados interesses ou motivações. Jürgen Habermas, em *Conhecimento e interesse*, reflete epistemologicamente sobre isso quando desenvolve a "teoria dos interesses cognitivos". Ele coloca conhecimento e interesse como uma unidade indissolúvel, tanto para as ciências naturais quanto para as histórico-hermenêuticas, procurando demonstrar que uma ciência neutra, como pretendia Max Weber em relação às ciências sociais, é uma exigência que não resiste ao exame crítico das condições de conhecimento.

Nesse mesmo sentido, no texto *O campo científico*, Pierre Bourdieu esclarece que *"a idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irrecognível, da reprodução dominante do mundo social."* (1994, p.148). Em sua crítica, Bourdieu escreve que:

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto — mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica — reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo "puro" da mais "pura ciência" é um campo social, como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde essas invariantes revestem formas específicas. (1994, p.122)

Bourdieu também coloca que o funcionamento do campo científico "produz e supõe uma forma específica de interesse" (1994, p.123). As práticas científicas não aparecem, então, como *"desinteressadas senão quando referidas a interesses dife-*

rentes, produzidos e exigidos por outros campos." (1994, p.123)

Assim, se reforça a necessidade do reconhecimento da dimensão histórica do saber, considerando que o contexto atua sobre o pesquisador e sobre o aluno que se inicia em pesquisa. Este problema coloca a questão da neutralidade dos cientistas e questiona *"um princípio segundo o qual somente o conhecimento racional e objetivo (científico) deve ser tomado como verdadeiro e como real."* (Japiassu, 1983, p.31). Isso se torna importante, se analisado com os dados coletados durante a pesquisa: ainda predomina o modelo científico clássico (objetivo) nas pesquisas do Centros de Ciências Humanas e Sociais da UERJ (45,45%). (Fonte: Pesquisa de Opinião, LPO, out/94).

Premissas conceituais

Nesse sentido, no livro *Consciência moral e agir comunicativo*, onde se propõe a comunicação como forma de emancipação do homem, Habermas escreve que *"as argumentações representam uma forma refletida do agir comunicativo"* (1989, p.161). Segundo ele, *"nas estruturas do agir orientado para o entendimento mútuo, já estão sempre pressupostas aquelas reciprocidades e relações de reconhecimento em torno das quais giram todas as idéias morais — na vida cotidiana bem como nas éticas filosóficas"*. (Habermas, 1989, p.161). Mais adiante o autor enaltece uma ética do discurso apoiada numa atitude reflexiva — e não na atitude empirista de um observador objetivante — para a inevitabilidade daqueles pressupostos universais sob os quais nossa práxis comunicativa cotidiana já se encontra desde sempre e que não podemos "escolher" do mesmo modo como escolhemos marcas de automóvel ou postulados axiológicos. (Habermas, 1989, p.161).

Situando o *a priori* fundador das ciências naturais e das histórico-hermenêuticas no processo de auto-formação da espécie humana (que se produz e reproduz no contexto da ação instrumental e da comunicativa), **Habermas chega à teoria dos interesses cognitivos**. mas, enquanto para Habermas o interesse situa-se na busca da emancipação e da compreensão mútua, para Bourdieu esse interesse tem um sentido político mais nítido e pode mesmo, expressar a exploração.

Do ponto de vista da transformação do conhecimento, ambos autores exigem um **repensar do modelo tradicional** (o modelo dialógico comunicador-mensagem-canal não se adequa a esse quadro, é necessário introduzir o conceito de significado além do de sinal). Desse ponto de vista, os atos tradicionais de comunicação se tornam compostos de muito mais do que a trans-

ferência de sinais físicos (como na teoria matemática da comunicação, de Shannon e Weaver).

Refletir hoje sobre ciência, e sobre iniciação científica em particular, é pensar acerca das diferentes formas de apropriação do real (mito, filosofia, senso-comum, ciência, arte...), sua significação e seu papel na produção do conhecimento. *"É também compreender que a ciência não é destituída de subjetividade. Considerando conhecer como interpretar, a ciência da modernidade não estaria longe dos domínios do subjetivo, mas livre da valoração absoluta, reconhecendo-se como parte integrante de uma realidade social"* (Oliveira e Natividade, 1995, p.41).

Orlando Miranda, no livro *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*, coloca que todo mito procura impor uma crença, a serviço de uma ideologia. Para o autor, a introdução da técnica, da ciência e do modelo de racionalidade de cunho positivista pelo sistema de produção de ordem capitalista, banuiu as formas mágicas pelas quais o homem supria suas necessidades de compreender e controlar o mundo. Segundo Miranda,

a "Era da Ciência" propôs a supressão das necessidades humanas pela utopia da abundância promovida pelo desenvolvimento técnico, a explicação do mundo e da sociedade pela "racionalidade" comitiana, e seu controle pela "democracia". Contudo, tais promessas não foram cumpridas, nem mostraram-se passíveis de serem sustentadas. A técnica não gerou a abundância, senão dos produtos supérfluos; a "racionalidade" que explica e sustenta o sistema econômico, nada tem a ver com a "racionalidade" idealista dos objetivos humanos. O capitalismo monopolista e seu correspondente, o estado burocrático contemporâneo, distanciam do exercício do poder o pequeno burguês e as camadas dependentes da burguesia. (Miranda, 1976, p.160)

Wilmar do Valle Barbosa, em artigo para a revista Tempo Brasileiro, faz considerações sobre ciência, técnica e natureza. O autor coloca que *"a aventura da ciência clássico-moderna traduziu algo mais do que um simples projeto epistemológico ou filosófico. Traduziu também uma admirável ambição: isolar os fenômenos, suas causas, seus efeitos, com o objetivo explícito de, uma vez desvendadas as regulações dos entes naturais tomados em sua particular independência, dizer de modo definitivo o que a natureza é, tornando-a assim totalmente transparente aos olhares da razão."* (1987, p.53)

O autor segue escrevendo que se os efeitos dessa concepção ampliaram o poderio das sociedades modernas, *"o sucesso da*

■ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

práxis científica e das suas emulações tecnológicas, assentado sobre o processo de simplificação que o anima, deu origem ao desenvolvimento de uma das mais discutíveis instâncias da modernidade: a manipulação dos sistemas naturais, inclusive o corpo humano". (1987, p. 53)

O relato de campo e os números

O referencial teórico acima exposto é importante para compreender os dados que a coleta oferece. Para responder às duas dúvidas fundamentais expostas no início do artigo, foram aplicados dois questionários de pesquisa de opinião (um para alunos e outro para professores) em diferentes unidades do Centro de Educação e Humanidades da UERJ, em outubro de 1994. Os questionários possibilitaram recolher dados acerca do perfil da pesquisa social naquele "recorte" da realidade universitária. Um rastreamento bibliográfico e realização de círculos de estudo complementaram as informações coletadas pelo grupo de pesquisa.

Tendo como campo empírico a universidade, trabalhando com rastreamento bibliográfico e questionários, adotou-se a seguinte evidência teórica: em ciências humanas e sociais os parâmetros de objetividade e subjetividade são complementares (como em Japiassu).

A primeira conclusão que se chega é que ainda predomina o modelo científico clássico (objetivo) nas pesquisas dos Centros de Ciências Humanas e Sociais da UERJ (45,45%). Isso mostra que a relação objetividade/subjetividade ainda precisa ser melhor explorada nas pesquisas desenvolvidas na UERJ.

Mesmo assim, já há valorização do método de pesquisa participante, que é uma abordagem mais voltada para a inserção de campo (27,7%), Além disso, o uso de técnicas de coleta de dados quantitativas e qualitativas, articulados de modo complementar (60%) é um indicador significativo do uso progressivo de metodologia científica apoiando tentativas de abordagem mais fidedignas: apreensão do objeto ou fenômeno com um número mais elevado de aspectos examinados (o uso paralelo de técnicas estatísticas, de análises qualitativas, de reflexões objetivas e subjetivas).

Dentre os campos do saber, a filosofia é o que mais subsidia professores (27,27%) na concepção e no exercício teórico das pesquisas. Enquanto isso, a sociologia (24%) é a que mais subsidia alunos teoricamente nas pesquisas.

Outro aspecto verificado é que dos alunos que tiveram alguma experiência em iniciação científica, 50% optam por conti-

nuar os estudos em cursos de pós-graduação. Esse ponto refere-se à socialização do conhecimento explicitada logo no início deste texto. A iniciação científica estimula o caminhar acadêmico.

Os alunos reconhecem (68%) suas dificuldades para o uso de metodologias nas pesquisas, considerando-se a questão de falta de domínio de métodos científicos. Isso talvez se deva pela divisão de tarefas dentro do grupo de pesquisa e que não incluam a participação do aluno no planejamento metodológico.

De uma forma geral o nível de titulação dos professores envolvidos com pesquisa e com iniciação científica é muito bom: 70% são doutores, 20% são mestres e 10% livre-docentes. Também deve-se considerar que as agências de fomento à pesquisa valorizam, na concessão de bolsas, os professores mais titulados.

Primeiras conclusões

A iniciação científica é uma iniciativa recente na universidade. Ainda não há programas de iniciação científica nos institutos e faculdades do CEH e CCS, apesar de se verificar que progressivamente a UERJ vem incentivando a participação docente-discente na pesquisa.

Ainda é preciso resgatar a dimensão epistemológica da universidade e da ciência, ampliando a discussão para o âmbito da interdisciplinaridade, onde o homem é objeto e sujeito, e sua subjetividade, o elemento que nos desafia e impulsiona. Se com a especialização na área científica o homem "comum" tem cada vez menos acesso às últimas descobertas, a iniciação científica pode proporcionar o exercício da socialização de saberes tão pouco divulgados. O problema se agrava, além disso, se for levado em conta que o desencanto intelectual com a ciência estaria sendo transmitido.

A universidade mostra-se complexa mas, a investigação permite descobrir um campo de múltiplas representações dentro dela. Pensar criticamente sobre esta caminhada é essencial. Repensar temas, caminhos e universos metodológicos e epistemológicos em Ciências Humanas e Sociais, auxiliará na tarefa crítica de colocar em perspectiva a idéia de Globalização das Comunicações.

O estudo já aponta pistas: a educação formal, os bacharelados de comunicação social, são elementos que espelham uma realidade acadêmica de ensino e pesquisa das ciências humanas e sociais. Um aprofundamento acerca das práticas de iniciação científica poderá revitalizar o próprio campo das trocas de conhecimento e de formação profissional, atualizando a cultura institucional universitária, contextua-

lizando-a na (pós) modernidade.

Denise da Costa Oliveira

• *Mestranda em Ciência da Informação no IBICT/ECO/UFRJ. Especialista em Sociologia Urbana (UERJ). Jornalista e Relações Públicas (UERJ). Repórter-colaboradora do caderno cultural Tribuna Bis do jornal Tribuna da Imprensa.*

Angela de Faria Vieira

• *Doutoranda em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Profª de pós-graduação Lato-sensu da Faculdade da Cidade/RJ, e da Faculdade de Comunicação Social/UERJ. Ainda participa desta pesquisa Marcelo Natividade, aluno do 6º período de jornalismo da FCS/UERJ e bolsista de iniciação científica. Participou Wagner Fernandes, jornalista, ex-bolsista de iniciação científica.*

Bibliografia

1. BARBOSA, Wilmar do Valle. *Considerações em torno da Ciência, da Técnica e da Natureza. In Revista Tempo Brasileiro*, vol 88/89 (A ravessia do espelho: reflexões sobre filosofia da ciência e da técnica na modernidade). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.
2. BOURDIEU, Pierre. *O campo científico. In: Bourdieu — Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983 (p.46-81). (Col. Grandes Cientistas Sociais).
3. HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
4. _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
5. JAMESON, Fredric. *O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. Ann (org.). O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
6. JAPIASSU, Hilton. *A pedagogia da incerteza*. Rio de Janeiro, Imago, 1983.
7. _____. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 5 ed. RJ, Francisco Alves, 1988.
8. MORAN, José Manuel. *Educação, meios de comunicação e conhecimento. In: Logos*. RJ, FCS/UERJ, 1995, nº 2, p. 26-28.
9. OLIVEIRA, Denise da C. e NATIVIDADE, Marcelo. *Repensando a iniciação científica. In: Logos*. FCS/UERJ, 1995, nº 2, p.41.
10. OLIVEIRA, Denise da Costa. *A televisão como fonte de informação científica. In: Logos*. 1995, nº 2, p. 46-47.
11. VIEIRA, Angela de Faria. *Resgatando a relação entre ensino e pesquisa na universidade: a iniciação científica. In: Logos*. FCS/UERJ, 1995, nº 2, p. 39.
12. _____. *Angela de Faria. Conhecer na pós-modernidade: um desafio comunicacional, de consciência e de ação. In: Logos*. FCS/UERJ, 1995, nº 2, p. 16-18.

Van Gogh: um pintor operário no berço da civilização

Cathérine Vieira

“**D**iga-lhe que meu grande desejo é aprender a fazer tais incorreções, tais anomalias, tais mudanças da realidade, de forma que resultem, sim, mentiras, se lhe apraz, mas mais verdadeiras que a verdade literal!”¹

Ele se deixou seduzir pelas cores e, assim, as tornou mais fortes, apaixonadas e sedutoras do que qualquer outro pintor jamais tenha feito, e marcou a história da arte de uma forma tão singular que os estudiosos encontram dificuldades para classificá-lo dentro de um determinado movimento. Vincent van Gogh nasceu em uma pequena aldeia da Holanda, filho de um pastor protestante. Dos 37 anos que viveu, apenas dez foram dedicados à pintura, tendo antes se dedicado ao comércio das artes e à profissão de pastor, além de ter sido professor.

Neste período anterior à pintura, Vincent é um homem que busca desesperadamente a si mesmo, frustrado a cada nova tentativa. A profissão de pastor, no entanto, deixa marcas que serão claramente perceptíveis em todo o resto de sua vida de pintor. Dos preceitos evangélicos ele extrai a essência da maneira como passa a perceber o mundo. Se encanta pelo homem simples, pelas pequenas comunidades do interior da Holanda, pelo trabalhador e pelo operário. E é tomado por um sentimento de fascínio que ele fala destas coisas nas cartas que constantemente escrevia ao seu irmão, Theo.

Mesmo antes de seus desenhos e pinturas, Vincent escreve constantemente sobre arte, e não raro faz citações da Bíblia. Logo ele começa também a falar sobre os operários e sobre a natureza. Através de suas primeiras cartas, observa-se claramente a maneira como van Gogh vai associando todos estes elementos, como se, de repente, fechasse um quebra-cabeças. Em junho de 1879, ele escreve: “*Não conheço melhor definição da palavra arte do que esta: ‘Arte é o homem acrescentado à natureza; à natureza, à realidade, à verdade, mas com um significado, com uma concepção, com um caráter, que o artista ressalta, e aos quais dá expressão, resgata, distingue, liberta,*

ilumina” (p. 16)². É neste ano que Vincent começa a desenhar. Depois de dois anos de estudo em Bruxelas e Haia, ele começa a pintar, percorrendo como um peregrino várias cidades da Holanda. Em suas imagens, cores sombrias como as do inverno holandês, operários trabalhando, rostos duros e marcados pelo trabalho árduo. Van Gogh se alimenta de seu fascínio pela natureza e pelos homens simples, como se houvesse finalmente encontrado a si mesmo. Na arte, ele consegue vislumbrar a síntese de tudo que procurava, ali estava seu caminho, a última peça de seu quebra-cabeças.

A pintura é o caminho que o conduzirá à sua própria verdade e, assim, ele se deixa levar, se deixa seduzir, obstinadamente, não importando as circunstâncias que isto viesse a implicar. Ele mesmo afirma: “*E foi, no entanto, nesta grande miséria, que eu senti renascerem minhas energias (...) e, desde então, parece que tudo mudou para mim.*”³ Ele não enaltece a miséria, a vive por circunstância, porque se considera ele próprio um operário. Mas, se nas figuras de mineiros e tecelões já é possível ver óbvios traços da civilização industrial, como os traços de cansaço, as nuvens de fumaça e os rostos sujos de carvão que Vincent retratou (como no célebre *Os comedores de batatas*), vemos também nas próprias angústias e preocupações do artista vestígios daquela nova sociedade e a maneira como esta raciocinava.

Ao optar por uma arte que fugia aos padrões técnicos de uma academia que pregava a representação fiel de uma realidade aparente, que era visível somente aos olhos, Van Gogh se torna um artista marginal. Esta situação lhe proporciona uma vida de permanente dependência financeira de seu irmão Theo, o que lhe causou uma angústia que o consumiu crescentemente. Vincent se encontra com sua arte, mas os olhares de reprovação e a sua dependência financeira do irmão o incomodam. É esta incompreensão da sociedade que o isolará, o enlouquecerá e o matará, como preferiu conceber Artaud, chamando van Gogh de um “suicidado pela sociedade”.

O artista buscava a natureza, o simples, o trabalhador, buscava a essência porque nela via a liberdade. “*Na mais pobre*

casinha, no mais sórdido cantinho, vejo quadros e desenhos. E meu espírito vai nesta direção por um impulso irresistível”⁴. Ele buscava um olhar individual sobre as coisas, como se quisesse desesperadamente sobreviver, resistir àquela civilização que mecanizava as pessoas, que tornava tudo cada vez mais “igual”. E quanto mais se despojava das coisas, melhor podia ver e desenvolver aquele sentimento que jogava sobre as telas. Vincent despreza e não quer, decididamente, pertencer à maioria. Sabia o custo de sua liberdade e decidiu pagá-lo. O preço de estar à margem, de ser rejeitado pela sociedade. Uma sociedade que vira sua face a ele por medo de ter que enxergar sua própria banalidade, suas verdades mais profundas e incômodas. Uma sociedade que o puniu severamente por ele ter ousado querer romper com ela.

Depois de passar pouco mais de um ano em Paris, onde estudou mais sobre a pintura e conheceu alguns pintores impressionistas, dos quais se tornou amigo, Vincent logo compreendeu que não suportava a velocidade da metrópole e que seus hábitos lhe eram estranhos. Precisava se encontrar com a natureza mais pura para poder desenvolver uma nova característica que surgia em suas telas: a intensidade das cores.

Ele apreende detalhes aqui e ali, mas tem o dom de transformar aquelas influências em algo completamente novo. A intensidade de sua entrega permitiu-lhe ir mais fundo do que qualquer outro pintor de sua época. As cores eram agora traduções infalíveis de seus sentimentos e se completavam em inexplicável harmonia com suas pinceladas virulentas e seus traços rudes. E deu às coisas simples, como uma paisagem ou um vaso de girassóis, um significado tão intenso e uma luz tão fascinantes que, antes dele, seriam difíceis de imaginar. Um significado que os homens da nova civilização jamais poderiam ver em coisas que se tornavam corriqueiras, em uma sociedade que cada vez mais se preocupava com a utilidade prática do homem e das coisas. É, portanto, em Arles, que ele encontra a tranquilidade, fugindo da cidade grande e de seus atropelos: “*Os costumes aqui, parecem, são menos inumanos e antinaturais do que em Paris*”⁵. Nesta pequena cidade ao sul

■ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

da França, o artista se encontra definitivamente com sua pintura.

Para buscar o melhor de seu trabalho, precisava desligar-se cada vez mais daquele mundo que ele próprio chamou de "antinatural", e ir em direção ao seu íntimo. Em Paris, isto não era mais possível. "Paris é uma cidade engraçada, onde é preciso viver se matando, e onde enquanto não estivermos meio mortos não há nada a fazer".⁶ Vincent vai para Arles, fugindo da metrópole e da morte, em busca da possibilidade da arte que, para ele, é a única possibilidade da vida.

Ele agora tem cores e formas só suas e imprime às suas obras uma marca indelével, um estilo que não mais mudará até a sua morte, dois anos e meio mais tarde. Neste curto período, Vincent van Gogh pintou mais da metade de toda a sua obra. E o que vemos são os mesmos temas que sempre o apaixonaram: a natureza, a simplicidade, pessoas "comuns". A ele interessa ainda aquele camponês do início de seus trabalhos, camponês que conheceu tão bem no interior da Holanda. Neste camponês estão as marcas do início de uma prova de civilização mas, ao mesmo tempo, está nele também a simplicidade, um elo com a natureza.

Vincent desejava apenas pintar aquelas pessoas simples como se "tivesse o infinito nos olhos", como se sentissem como falou Baudelaire em seu *Spleen*: "Eu tenho mais recordações do que se tivesse mil anos". Este é o homem do século XIX. E van Gogh sintetiza a maneira como este homem vive: "(...) Justamente este sentimento de não saber torna a vida real que vivemos atualmente comparável a um simples trajeto de trem. Andamos depressa mas não distinguimos nenhum objeto de muito perto, e sobretudo não conseguimos ver a locomotiva".⁷

O artista era feliz em Arles com a vida que escolheu para si. Ao retratar o pequeno quarto em que vivia, ele mostra toda a emoção que via na simplicidade. Uma cadeira, uma cama, alguns detalhes e cores, muitas cores. Havia vida ali, a sua própria vida. Ele não precisava mais do que aquele quartinho, dali ele poderia pintar: a paisagem que via da janela, seus próprios objetos, a si mesmo ou um outro modelo.

"Assim a sociedade mandou estrangular nos seus manicômios todos aqueles dos quais queria desembaraçar-se ou defender-se" (Artaud)⁸. E este sanatório do qual falava Artaud, no caso de van Gogh, chamava-se Saint Rémy. Ele aceitou e concordou resignadamente com sua ida para lá, na sua "qualidade de pintor e de operário".⁹ A pintura já lhe era tão suficiente que pouco importava se estaria num asilo de loucos, se



de lá pudesse continuar a buscar a complementaridade das cores. Para ele, estar trancado em um sanatório pôde, em certo momento, significar a mais profunda liberdade, a liberdade da qual ele precisava para criar. Ao passo que estar numa cidade como Paris, significava para ele uma grande prisão: a prisão dos sentidos.

Mas se a estada em Saint Rémy o afastou de um mundo e o devolveu a outro — que o interessava muito mais — seu retorno à realidade foi, talvez exatamente por isso, muito mais que desastroso. Em Auvers-sur-Oise, onde se instalou no início de junho de 1890, ele pintou nada menos que cerca de 75 telas e conheceu seu famoso amigo Dr. Gachet. Lá viveu seus dois últimos meses de vida.

A angústia de não vender suas telas e causar cada vez mais prejuízos a seu irmão o consome, assim como a retomada de contato com a sociedade após um ano de reclusão. Em uma carta da época de Arles, Vincent afirmou: "Você terá sido pobre todo o tempo para me alimentar, mas eu devolverei o dinheiro ou entregarei minha alma".¹⁰ Suas cores e formas, no entanto, eram absurdas para os salões oficiais parisienses e seus temas eram igualmente desprezáveis: "o que há de tão interessante nestas paisagens e objetos comuns pintados de maneira deformada?", diriam os espectadores de então. Assim, não lhe restou outra alternativa senão entregar sua alma, atirando contra o próprio ventre.

Enquanto a idéia de morte o consumia, ele não se furtou a nos mostrar sua chegada. Ainda na Holanda em 1883, ele disse: "Parece-me que raciocínios como aqueles que se ouvem demais entre os negociantes de quadros são horríveis grasnidos de

corvos".¹¹ São estes corvos que intitulam sua última tela. O espaço se divide em duas partes, acima há um céu pesado, de azul forte e fechado como nunca antes. É noite. No entanto os trigais brilham majestosos amarelos e vermelhos como se estivesse iluminados pela alegria do sol. Os malditos corvos sobrevoam o campo com seu "horrível grasnido" que atormenta van Gogh e o vence. Não importando em que terrível civilização tenha vivido, ele deixa claro que amou a natureza — aqui representada por intensos trigais que mesclam um forte amarelo com nuances avermelhadas — a pintura e a cor mais do que tudo. Mas os corvos invadiram seus cenários e estão grasnando, como se o atacassem. Assim, no meio de seus trigais se abre um caminho, cujo destino não se pode enxergar. Por ali, Vincent espera escapar.

Cathérine Vieira

• Jornalista formada pela PUC-Rio, e assessora de imprensa do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

Referências Bibliográficas

1. In: Cartas a Théo, pg.105
2. Idem, pg. 16
3. Idem, pg. 29
4. Idem, pg. 49
5. Idem, pg. 153
6. Idem, pg. 178
7. Idem, pg. 184
8. Antonin Artaud (1896-1948) Escritor francês, ficou conhecido principalmente por seus ensaios revolucionários e pela concepção do Teatro da Crueldade.
9. Idem, pg. 250
10. Idem, pg. 246
11. Idem, pg. 77

Nota

O presente ensaio é um fragmento adaptado do trabalho de conclusão de curso na PUC/RJ.

Bibliografia

1. ARTAUD, Antonin. *Van Gogh: o Suicidado pela Sociedade*. In: Escritos de Antonin Artaud. P. Alegre, L&PM Editores, 1983.
2. BRESCIANI, Maria Estella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. SP, Ed. Brasiliense, 1990.
3. FRIEDERICH, Otto. *Olympia, Paris no tempo dos Impressionistas*. SP, Cia das Letras, 1993.
4. VAN GOGH, Vincent. *Cartas a Théo*. P. Alegre, L&PM Editores, 1991.
5. VAN GOGH, Vincent. *The Complete Paintings*. Holanda, Taschen, 1993.
6. VIEIRA, Cathérine C. "Baudelaire e Van Gogh - Duas faces da angústia, duas linguagens da arte na Paris do Século XIX". Monografia, PUC-RJ, 1994.

Um Revisitar Metodológico das Humanidades da *Ratio Studiorum*: a Arte da Expressão para uma Pedagogia Transdisciplinar

Angela de Faria Vieira

Nas raízes histórico-filosóficas da educação no Brasil encontramos uma inspiração do tipo “humanitas” (européia), que consubstanciou o ideário e a prática educativa jesuítica, no Brasil-Colônia, orientada pela “RATIO STUDIORUM”. O Humanismo dos jesuítas privilegiava o desenvolvimento de atividades literárias e uma formação eminentemente erudita.

O mundo europeu, no período da presença dos jesuítas em nosso país, fervilhava na luta pela salvaguarda de ideais da ortodoxia católica — com a insistência no dogma e na autoridade — em meio às dissidências originárias no seio da própria Igreja instituída, dando voz e forma ao emergente Protestantismo. Os jesuítas, quando da formação do seu clero, cuidavam para propiciar uma formação humanista e do filósofo “servindo estas de base para a Teologia.”⁽¹⁾

A presença jesuítica na Colônia, em missão civilizadora, não ficou restrita às atividades do ensino elementar de “ler e escrever”, é o afamado Fernando de Azevedo quem destaca: “... davam aulas de humanidades, e conferiam, no Colégio da Bahia, os graus de bacharel, em 1575 e em 1578 as primeiras lãureas de mestre em artes.”⁽²⁾

A publicação da “*Ratio Studiorum*”, em 1599, continha o plano de estudos estruturado pela Companhia de Jesus abrangendo o curso de Letras Humanas, o de Filosofia e Ciências, e o de Teologia e Ciências Sagradas.

A RATIO era a expressão, histórica inclusive, de “...quase meio século de experiência e estudos sobre o ensino:

“Esse plano ... apreciação de estatutos e regulamentos de colégios e universidades, que desde a época da fundação da Companhia, por S. Inácio, se espalhou pela Europa. Esse código ... foi lei oficial da Companhia até a supressão da Ordem em 1773, graças às pressões dos Bourbons sobre o Vaticano. A Companhia será restaurada em 1814 por Pio VII e o código será revisto em 1832.”

... A classe das Humanidades implicava em conhecimento pleno da linguagem,

erudição e noções de retórica. Por erudição entendia-se o conhecimento da História, da Arqueologia, da Geografia, da Mitologia, da Etnologia e das instituições greco-romanas. O erudito era aquele que sabia compreender perfeitamente um autor e que tinha um conhecimento positivo. Assim, o que se visava era a expressão clara, exata, rica e elegante. Para isto o Grego e o Latim são disciplinas eleitas e dominantes.

Nas humanidades, o Latim era estudado nas obras de filosofia moral de Cícero; nos poemas principalmente Virgílio, obras seletas de Horácio; a História pelos historiadores César, Salústio, Tito Lívio. No Grego: Isócrates, S. Crisóstomo, S. Basílio, Platão, textos de Plutarco, S. Gregório Nazianzense. Na Retórica, o predomínio era o da explicação dos livros de Cícero e Aristóteles (retórica e poética). Dos Clássicos Demóstenes, Platão, Tucídides, Homero, Hesíodo, Píndaro, S. Basílio, Crisóstomo.³

Como se vê, ciências, tais como Matemática, Astronomia e Física, eram incluídas nos estudos filosóficos. A língua vernácula não era incluída, embora fosse recomendado que para a pregação evangélica, esta se fizesse pela língua de cada lugar para onde iam trabalhar. Entende-se, assim, porque no Brasil Anchieta se põe a aprender e a codificar a língua tupi-guarani que já era ensinada no Colégio da Bahia em 1556 e em Pernambuco em 1587.

Na revisão da RATIO, em 1832, o ensino da Língua Portuguesa, no nosso caso, foi elevado à categoria de disciplina maior ao lado do Grego e do Latim. É assim que a formação literária se fez no Brasil em colégio dos jesuítas por parte de Gregório de Matos, Rocha Pita, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Caldas Barbosa, Basílio da Gama.

A metodologia era prevista da seguinte maneira. Preleção; isto é, “lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar.” Era mais “formativa do que informativa”, isto é, visava desenvolver o espírito da análise, da crítica, da imaginação, da formulação correta de juízos e do desenvolvimento do raciocínio. Mas tudo isto era entendido como a Arte da Expressão. À

tarefa da explicação seguia-se a da Composição, isto é, se a preleção fora sobre o como realizar um discurso, seguia-se a prática da composição: fazer um discurso pelo modelo aprendido, dando a ele a sua expressão pessoal.

A RATIO preconizava o exercício da memória e o recurso utilizado era o da “recitação de cor dos grandes clássicos”, que segundo interpretação dada por Leonel França não significava memorização mecânica mas o exercício de uma “faculdade que necessitava se desenvolver aliada à observação, à descrição e à assimilação.”⁽⁴⁾

O ideal da filosófica humanista jesuítica, organizada nos princípios da RATIO, era a evidente formação da pessoa, através do que concebiam ser a “educação integral do aluno”. Tal concepção não circunscrevia currículos, métodos e programas a uma perspectiva temporal ou conjuntural, embora cuidassem — os apóstolos-educadores jesuítas — da dimensão de adequação em função de realidades e perspectivas do que seria útil a uma sociedade futura. O legado maior da filosofia e da prática educativa desenvolvidas eram as aquisições humanas no conjunto de capacidades e habilidades: o desenvolvimento da inteligência, a agudeza do senso crítico, a expressão criativa e clara, harmoniosa e elegante do pensar e do conhecer humano.

A Pedagogia que dava forma aos princípios identificados era a pedagogia ativa. E para tanto era indispensável a formação do docente para lidar com o “espírito” do método de ensino ativo. Assim, humanismo e amplitude cognitiva construíam a cultura geral, que, aliadas as disciplinas técnicas, serviam ao propósito de aperfeiçoamento do homem. Uma complementaridade entre educação geral e formação profissional era evidente e necessária, no que se preconizava nos aspectos de socialização do indivíduo.

Há uma cosmovisão, certamente, nos postulados da RATIO: o Humanismo é fortemente influenciado pelo Cristianismo, que valoriza sobremaneira a pessoa humana numa dimensão de fraternidade e humildade diante dos mistérios da criação. Mas é a Prof^a. Esther F. FERRAZ quem comenta

com grande oportunidade:

"... O mal-entendido é julgar que o cristianismo se oponha à educação tecnológica, como se ela fosse uma espécie de paganismo, em contraposição com a cultura clássica, que seria cristã."⁽⁵⁾

A bagagem dos educadores jesuítas é sólida e valiosa, e uma imersão histórico-pedagógica na "saga de vivências" da Companhia de S. Inácio (um soldado, um militante, de fato, nas fronteiras da educação no Brasil) possibilita revistar idéias e procedimentos nos alicerces da história do país, com a criticidade (e sem "xenofobia") tão necessária aos dias difíceis da educação em nosso país.

Existem questões subentendidas e mal-entendidas em inúmeras análises relativas à passagem dos jesuítas pelo Brasil e o programa educacional que empreenderam. Veementes críticas participam da discussão acerca do pragmatismo na educação popular e da erudição como signo das elites; do caráter profissionalizante do ensino médio, e do seletivismo para a universidade: enfim, existem vozes e juízos, favoráveis e contrários. Entretanto, aqui, são valorizados alguns aspectos do "animus" da RATIO, sem a intenção do julgamento de um acervo tão denso de documentos, recomendações, doutrina ... acumulado durante um prolongado período, e organizado em contextos histórico-políticos que exigiriam elucidações rigorosas.

É o *Humanismo*, para a *promoção humana*, traduzido em *práticas administrativas* (com um olhar para a modernidade), e que identificado na RATIO alimentou o espírito da reflexão em pauta, animando a presente concepção do processo educativo na universidade pública.

É numa introdução à Antropologia Filosófica, que Humanismos traçam a sua *demarché*. Expressões como: TEILHARD DE CHARDIN, Enrico CANTORE, Gualberto GISMONDI, ditos precursores do HUMANISMO CIENTÍFICO, fundaram o Instituto do Humanismo Científico *Fordhan University, N.York/USA, 1974*.

Entretanto, ao citar *novos humanistas* apenas indica-se o vigor intelectual em torno do Humanismo; ou seja, não está presente a intenção de estudo comparativo de idéias, como também, não se pretende discorrer acerca de novos eixos referenciais/tendências crítico-filosóficas do Humanismo na pós-modernidade.

Retomando o eixo do conhecimento que vivificava uma compreensão de humanidade contida na RATIO, destaca-se: a *metodologia ativa*, a ênfase no *aspecto formativo da*

educação e os *procedimentos* valorizados para a "*Arte da Expressão*".

Trabalhando com um campo empírico de *Comunicação e Educação*, tenho coletado informações e sistematizado observações acerca das experiências no processo ensino-aprendizagem, que realimentam a minha curiosidade de estudiosa, pesquisadora e docente ao implementar novas práticas de ensino.

No espaço compreendido entre ementários e programas, de um lado, e a flexibilidade de planejamento docente, de outro, quando da estruturação de *planos de curso* (que é o momento de adequação de propostas curriculares: conteúdo, metodologia, centros de interesse... realizado pelo professor no conhecimento da sua turma, e na contextualização do momento social ou histórico de realização do curso), a cada período letivo, há uma parada para reflexão e estabelecimento dos contornos programáticos, metodológicos e formativos da dimensão educativa das disciplinas nos cursos, que compõem a grade curricular do Curso de Comunicação Social, cujas habilitações na UERJ são: Relações Públicas e Jornalismo.

A prática da *metodologia ativa*, uma das recomendações da RATIO, pressupõe um nível de troca, de diálogo entre professor e aluno, ativismo pedagógico na coordenação das vivências oportunizadas, co-responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem — *aluno* assumindo suas tarefas, lendo, pesquisando, estudando, anotando, refletindo, opinando, analisando, organizando suas idéias, debatendo; e por sua vez o *professor*, propondo, ouvindo, atualizando-se, pesquisando, engajando o aluno em vivências realimentadoras, de fato, do interesse crítico e criativo do conhecimento, e *ambos*, por conseguinte, articulando uma dinâmica significativa, coerente, numa autêntica *construção do conhecimento*, no melhor espírito de *receptividade e interatividade*.

Uma "*cultura*" para a *sala de aula* precisa ser discutida e avaliada pelos participantes da experiência, de **modo permanente**. A obra de pensamento que normalmente é esperada do professor, em enunciações e estruturas que apontem para um caminho a ser percorrido no curso, provavelmente não está circunscrita a uma dimensão cognitiva quanto aos conteúdos programáticos que deverão ser assimilados no processo ensino-aprendizagem. A concepção, a idéia de aula, nutre-se de *dimensões: formativa e didática*, que emergem na perspectiva de *ensino ativo*.

Um cuidado necessário com a *comunicação* (desde o sentido lato até o mais específico relacionado à questão do ensino e a emissão de mensagens) deve ser alvo de atenção do professor quando dá forma a sua proposta metodológico-pedagógica de trabalho. E, ambos, *professor e aluno* não prescindem de um posicionamento, sobretudo no ensino superior, que revele uma atitude de *co-responsabilidade* quanto aos rumos da proposta educativa do curso. *O diálogo* é, sem dúvida, a essência ou o fundamento das trocas simbólicas, de pessoa para pessoa, da *comunicação oral ou escrita, verbal e não-verbal*, que permite a clarificação de propósitos, intenções dissipando *ruidos*, quem sabe até, evitando *entropias*. Identificando e reconhecendo no outro um sujeito de ação e significação contextualizado no universo das possibilidades em comum de atividades e estudos, que *falem de um conhecimento construído junto*, professor e aluno transcendem (ao transpor) o imediatismo do tipo "do aqui e agora" e de fato se constituem em *artífices e co-partípes do processo ensino-aprendizagem* — sujeitos da própria história numa concepção existencial plena de significações e numa dimensão comunicacional-educacional bem-sucedida (pois há de retratar a cultura, que é a realidade do ser e do saber do grupo, ou da turma).

A *arte de uma nova expressão educacional* pode surgir através de um novo procedimento comunicacional. E é no âmbito das trocas: (oral, escrita, verbal, não-verbal) que professores e alunos podem e devem trabalhar para erigir tal dimensão, **que se entende e aponta como expressão de arte, cultura, educação, comunicação, ciência e informação**.

O que se concebe como uma "*nova expressão educacional-comunicacional*" não integra um mundo ficcional ou surreal; caracteriza-se, sobretudo, por uma reflexão que valoriza a **fecundidade da consciência**, tendo-a como um "cimento" ou fundamento de: uma **sociosemiologia**, de uma **antropologia filosófica**, de uma **epistemologia que reintegre o homem na sua totalidade de ser**, pessoa e criatura, ente privilegiado por usar criatividade e intelectualidade, capaz de *socializar o seu saber*, permitindo que se leve (no plano da consciência) sem que precise se retirar "*de cena*" do espaço da vida comunal para constituir-se numa "*expressão maior*" de sabedoria e operosidade de pensamento. Aspectos atitudinais aliados ao desenvolvimento de um elenco de habilidades humanas (dimensão *formativa*) constroem, ou podem construir, ao lado da perspectiva do saber (clássico ou erudito,

pragmático ou de inserção social) novas realidades humanas, respeitada a “*demarcação*” da identidade do indivíduo, porém edificando “*pari passu*” a identidade social (do cidadão) pelo resgate de uma cultura (com os seus ritos, mitos e desafiadora realidade). E, talvez, o exercício de uma cultura científica de “*face*” humanística no espaço acadêmico da universidade (instituição de ensino que se realimenta de práticas culturais, e aqui evidenciada como um “*locus*” de reflexão e ação) possa implementar e aperfeiçoar, progressivamente, o “*animus*” do que se explicitou como: *uma “nova expressão educacional-comunicacional”*. Inúmeros saberes hão de se pronunciar e apontar os obstáculos (inclusive, epistemológicos, ontológicos, hermenêuticos, sociológicos, semiológicos e pedagógicos) e a oportunidade do empreendimento de uma *ousadia transdisciplinar*.

Os recursos avançados das tecnologias da informação e comunicação, na atualidade, são uma realidade que contrasta com o revisitar dos postulados da *ciência jesuítica*, como aqui foi brevemente empreendido. Entretanto, não se evocou ou se quis instaurar uma *nostalgia* de uma experiência de excelência de ensino (respeitadas quaisquer críticas dissidentes). O passado pode lançar luzes sobre o presente. O *processo histórico* elucida questões-ações, apontando fatos, fornecendo dados e sempre está disponível, como um livro aberto para consultas, estudo e o exercício de um “olhar” crítico, a qualquer tempo ou hora, seja quem for o usuário.

A possibilidade de um **paradigma didático transdisciplinar**, para a **sala de aula**, consiste no entrelaçamento da **tradição** com a **modernidade**, da **sabedoria** com a **ciência**, do estável com o dinâmico ou ativo; na superação de temporalidades através da criatividade, do simbólico e do imaginário no mundo de relação. Uma apropriação inteligente da realidade, as possibilidades adaptativas do homem ao seu futuro, estão na razão direta da articulação consistente — aberta — decisiva das ciências humanas e sociais, pois estas prestam um apoio importante (com reflexão e representação do pensamento) ao *projeto de apoiar a emergência de um homem novo para uma era crítica e transitória*.

Recordando uma realidade específica, a instância de estudo da Comissão Permanente de Avaliação Curricular e Docente (CPA) da Faculdade de Comunicação Social (FCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, encontramos sete pessoas (os seus membros, durante uma gestão) debruçadas

sobre a vida de uma unidade de ensino, dinamizando através de pensamentos e ações uma prática avaliativa (e sobretudo, auto-avaliativa) pioneira na trajetória da Faculdade, sobretudo com os contornos institucionais, e intelectuais, com os quais esta se revestiu.

Postular novas trajetórias curriculares implica numa definição acerca dos fins, da *culminância* (sobretudo formativa) *educativa* que uma determinada proposta formal de ensino, como a do Curso de Comunicação Social (Relações Públicas e Jornalismo), pretende alcançar. Tarefa desafiadora!

Num trabalho tão delicado, árduo e ao mesmo tempo tão revitalizador de estudos e pesquisas, configurou-se oportuno abalizar a tradição do conhecimento e da experiência jesuítica no berço da educação no Brasil. *Conservar e inovar* constituem movimentos dialéticos previstos e necessários à cultura dos povos e da educação que estruturam para instituir uma *unidade simbólica de vida*, na *sociedade* (apropriação do repertório social pelos indivíduos, e estes pela prática da cidadania legitimam, ou não, a cultura estabelecida, podendo recriá-la, transformá-la, re-contextualizá-la).

Inovar, renovar, transformar e conservar refletem atitudes ativas e seletivas de reafirmação do que é válido ou não para a sociedade, e exige *trabalho de crítica de pensamento*, não-prescindindo de uma dimensão *ética* diante da *responsabilidade* de empreender um projeto de *formação humana*, e de um profissional, ou um bacharel — como ocorre nos cursos universitários. Assim direcionando o mapeamento sócio-histórico-cultural, de natureza filosófica, que aqui se esboçou é possível identificar um cuidado com a *atitude interrogativa*, com o *processo analítico* e com a *síntese reflexiva*; diante de um *processo* densamente complexo (um novo projeto ontológico) e que apenas amadurece o *corpus* do seu mergulho.

Um saber crítico revisitado mantém uma atmosfera de redescoberta na instauração do diálogo (intersubjetividade) e pode ser *inédito* para a intelectualidade, sendo uma expressão do pensamento que ganha *voz* num momento histórico diverso daquele quando foi imediatamente enunciado.

A *RATIO STUDIORUM* falou daquelas humanidades importantes de serem contempladas pelos *conteúdos de formação geral*, nos currículos escolares e na *prática do ensino ativo*, e *contextualizado na pós-modernidade*, a idéia de *arte de expressão*, aponta o importante entrelaçamento entre *comunicação e educação*, num mundo de

realidades díspares e incertos valores, e onde também meio (canal) e mensagem constituem a *espinha dorsal* dos processos comunicacionais entre vastos receptores-emissores. E assim, o *professor*, na sua sala de aula, é uma instância modesta para o empreendimento do processo de interlocução, porém é um elemento crítico e de inserção concreta na realidade sócio-educacional-comunicacional. Muito há para ser repensado e debatido; pois a própria concepção de *aula* precisa avançar no paradigma didático metodológico. A importância da deflagração de **discussões plurais** é por demais evidente. E a CPA apenas introduziu alguns elementos conceituais para apoiar a prática dos seus docentes, e animá-los na experiência educativa, pensando alternativas para a revitalização de uma cultura entre os integrantes da realidade institucional-educacional FCS. É o seu caráter permanente (CPA), que possibilitará o aprofundamento e a edificação de uma “*arte de expressão*” genuína que sirva aos reais propósitos de dinamização da educação com comunicação, no ensino superior.

Angela de Faria Vieira

• *Doutoranda em Ciências da Comunicação CCA-ECA/USP. Professora da Faculdade de Comunicação Social/UERJ.*

Trabalho adaptado apresentado enquanto coordenadora da Comissão Permanente de Avaliação Curricular e Docente (CPA) da FCS/ UERJ (1993), em reunião ordinária, de estudo. (CPA/FCS-1993-Professores: Angela de F. Vieira (coord.), Luiz Fernando Pereira Santos (diretor/Dep. Teoria Comunicação); Manoel Marcondes Machado Neto (vice-diretor/Dep. Relações Públicas); Sônia Virgínia Moreira (chefe do Depto. Jornalismo); alunos: Charbelly Estrela (DTC), Ricardo Valverde (DJR) e Alexandre Archanjo (DRP).

Referências Bibliográficas

1. CAPALBO, C. (1978) p.40
2. AZEVEDO, F. (19971) p. 524
3. CAPALBO, C. (1978) p. 43
4. _____ p. 45-46
5. FERRAZ, E. In CAPALBO, C. (1978) p. 81

Bibliografia

1. AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. RJ, Convívio, 1971.
2. CAPALBO, Creusa. *Metodologias das Ciências Humanas*. RJ, Convívio, 1978.
3. CRIPPA, Adolpho (coord.). *As Idéias Filosóficas no Brasil*. SP, Convívio, 1978.

Ensino em Turismo

Sarah Strachman Bacal

Hoje em dia, qualquer estudo sobre o conteúdo e a metodologia de ensino para a formação de profissionais nas diferentes áreas de atuação, se apresenta como uma difícil tarefa. Torna-se mais árdua ainda, em se tratando de atividades que somente recentemente começaram a ter repercussões nos indivíduos e na sociedade como um todo, quer sob a perspectiva sociológica, quer sob a econômica. Este é o caso do Turismo.

Para compreender qual seria a melhor maneira de abordar o ensino do Turismo dentro dos parâmetros considerados "qualidade total", é preciso que se reflita sobre três aspectos da sua realidade atual para podermos, num recorte da atividade turística, aplicar conceitos pertencentes a outras áreas do saber que irão esclarecer qual seria o "problema" com o qual nos defrontamos. Uma vez compreendido o campo da problemática com todas suas variáveis e isolado o problema, ter-se-á mais facilidade em colocar o assunto de modo mais claro.

Uma primeira vertente nos leva aos tipos "fundamentais de conhecimento" considerados por William James¹ e outros: **a) conhecimento de**, e **b) conhecimento acerca de**. Vamos utilizar essa classificação (sem fidelidade para com seu sentido original), apenas interpretando essa distinção, ou seja, colocando suas premissas a serviço de nossa análise. Assim temos:

1) conhecimento de - Quanto maior o número de relações que podemos perceber entre o nosso objeto formal² e os outros que o rodeiam, podemos fazer com que apareçam suas similaridades e as diferenças. Com isso queremos nos referir às áreas do saber que se encontram subjacentes ao conhecimento "teórico"³ de nossa análise. E o conhecimento resultante da investigação científica e sistemática, que se baseia na observação verificada e reconfirmada, podendo, na medida em que transforma fatos em dados, **ser comunicável**. É o conhecimento que saindo dos "**particulares**" através da abstração e da generalização chega aos conceitos, às leis e às teorias. Este tipo de conhecimento atingindo um alto grau de precisão e exatidão, consegue ser um conhecimento dos "**universais**" que expressa conceitos e raciocínios através de proposições e argumentos. Por essa razão o **conhecimento científico teórico** pode transmitir conhecimentos, pois, sendo

formado por conceitos, é comunicável e permite a análise das realidades concretas, particulares e distintas.

Assim, de posse desse conhecimento quando da resolução de diferentes problemas vamos saber não só "**o como fazer**", mas também, "**o que, o quando e o onde fazer**".

2) "conhecimento acerca de" - conhecimento que busca soluções para os "**particulares**", é o conhecimento mediante a manipulação da realidade concreta, individual. É um conhecimento demonstrável, porém, não tendo sido sistematizado em termos universais não é transmissível por palavras, ou seja, pode-se narrar uma experiência, mas, ela será sempre a experiência de um singular que não pode ser generalizado. É este o conceito comum da técnica. Por mais analogia que tenha com outro singular não comporta, necessariamente, as mesmas soluções. E um conhecimento individual, é uma fusão de uma longa série de experiências que não pode, portanto, ser comunicado de um indivíduo para outro **somente** por pronunciamentos verbais. É preciso "mostrar", desenvolver as habilidades de desempenho. Isto significa **treinamento**, ou seja, **o manuseio das coisas**. Fazendo um parêntese vamos lembrar que as técnicas quando sofrem um tratamento científico, alcançam o status de **tecnologias**.

Este treinamento — conforme o nível de formação almejado — deve ser acompanhado de maior ou menor grau de conhecimentos teóricos.

Sempre estaremos adquirindo conhecimento "**acerca de**" quando estivermos manuseando a realidade: **fazendo** para saber **como se faz**...

No caso de pesquisa científica, esta não se classifica como um conhecimento teórico, pois, vai manusear a realidade empírica de onde tira seus dados. O que a transforma em "científica" é a sua organização sistemática que orienta todos os tipos de pesquisa e dá normas para a análise dos resultados. Mas, enquanto manipulação da realidade é um conhecimento "prático", a análise desses resultados e as inferências que podemos fazer é que incorporarão o conhecimento científico.

Em relação ao Turismo, é preciso formar núcleos multiplicadores de conhecimentos, ou como se denomina atualmente "incubadoras"⁴, assim como pesquisadores que atuarão na realidade para invocar ou consagrar conhecimentos já existentes.

A vantagem do conhecimento "**real**" dos fatos, está calcado em conceitos e em

uma ordem lógica, está na evidência de que a ordem conceitual torna inteligível a ordem real e, na medida em que podemos sair das hipóteses e chegar às leis, conseguimos "fazer" ciência.

Uma segunda vertente recai sobre níveis de instituições de ensino turístico. É preciso classificar as diferentes instituições educacionais segundo os objetivos que pretendem alcançar, ou seja, qual o nível de profissionais que pretendem formar? Para quais funções deverão estar habilitados? Sob esse ponto de vista, podemos agrupar as instituições educacionais em duas classes:

• **as que objetivam** formar pessoas capazes de transmitir conhecimentos, não só do turismo como fenômeno, mas também do turismo como produto, como oferta. O conhecimento dos mercados real e potencial, dos motivos das viagens, requerem atendimento das ciências que embasam a teoria da **atividade turística**, entendida esta como um tipo de comportamento humano, como um fenômeno social de massa e também como atividade econômica. É nestas instituições que podem emergir modelos para organização de empresas, de planificação de políticas turísticas, de consultorias para pequenas empresas, assim como orientação para o desenvolvimento de empreendimentos em locais com vocação turística (atrativos naturais, culturais)⁵ e disponibilidade de recursos humanos.

A função deste tipo de instituição, é **formar formadores** como meta prioritária e para isso é necessário criar currículos condizentes com este objetivo, que tenham disciplinas que transmitam conhecimentos sobre ciências do comportamento humano: Psicologia, Sociologia e Economia e um conhecimento sólido de Geografia, História, Antropologia Cultural (Folclore), Administração e Marketing. Com isto colocarão no mercado de trabalho uma mão-de-obra qualificada. Estas matérias devem ser vistas de um ponto genérico, mas com ênfase no contexto em que mais provavelmente, irão atuar.

Junto a uma prática que serve para estar dentro da realidade e também para aplicação prática das teorias adquiridas, são os "**conhecimentos de**", que devem ser transmitidos nos Cursos Superiores de Turismo.

• **as que objetivam** formar mão-de-obra capacitada a atender às necessidades dos setores produtivos, de transformação e de prestação de serviços.

Este tipo de instituição se apresenta em diferentes níveis, desde aquelas que devem formar executivos de alto nível até as que

precisam formar recursos humanos para atender a infra-estrutura do sistema turístico. De qualquer modo podemos dizer que o "treinamento" é imprescindível. O que irá diferenciar o nível das instituições é o "quanto" de conhecimento teórico deve ser adquirido "a priori" do treinamento.

Para certos níveis de prestação de serviços, as pessoas ao repetirem as fases de uma tarefa vão formando em sua mente uma espécie de "modelo" que irá aperfeiçoando e se firmando na mente até atingir uma estrutura organizada. Seria um "modus fasciendi" individual, como que uma "teoria particular". Para esse tipo de aprendizagem não é necessário uma transmissão de "conceitos a priori" e sim um treinamento supervisionado das tarefas a serem executadas.

Quanto mais elevado o nível das tarefas a serem realizadas e, conseqüentemente, quanto maiores as responsabilidades das tomadas de decisão, mais conhecimentos "teóricos" se fazem necessários. Os executivos, sejam de hotelaria, de transporte ou de agência, necessitam de uma formação teórico-prática, que deve ser adquirida nas Faculdades e nos Estágios⁶ — estágios esses que precisam obrigatoriamente fazer parte dos currículos.

Uma terceira vertente diz respeito aos "homens de ação", termo que se refere aos indivíduos que ocupam importantes cargos públicos, nas secretarias, ministérios de turismo. Estes deveriam estar capacitados, mediante conhecimentos adquiridos em instituições superiores específicas de ensino do turismo, a reconhecer a importância dessa atividade no mundo atual e, aprender a fazer uma programação turística na qual os programas de uma política turística consigam a maximização dos benefícios que esta atividade pode trazer consigo e, a minimização dos custos sociais e econômicos.

Como as instituições que objetivam "formar formadores" de mão-de-obra para serviços de base, em qualquer área do turismo devem ser estruturadas? A resposta é simples: a análise das funções específicas e das tarefas que lhe são inerentes nos dão informações sobre que tipo de aprendizado deve ser obtido e o que deve ser ensinado para que se forneça ao aluno a possibilidade de manuseio das coisas e a realização de tarefas, tudo isso supervisionado pelos formadores que tenham sobre essa realidade específica conhecimento teórico/prático. O conhecimento sintético que se incorpora ao aluno no decorrer do manuseio leva ao conhecimento de suas potencialidades.

Quais as características e tempo de duração de um curso desse nível? Essa informação será obtida através do cruzamento e análise de três variáveis: características das funções e tarefas, nível médio cultural da mão-de-obra potencial existente

na área e a duração média dos cursos análogos em outras regiões.

O que foi dito para o nível primário é válido para outros níveis. Porém, é preciso acrescentar algo nas instituições universitárias que têm por objetivo formar formadores para as instituições educacionais de turismo. Ao focar a problemática da formação de Recursos Humanos para o Turismo, devemos lembrar que existe uma característica muito particular do produto turístico final. Esse, é na realidade um composto de pelo menos, três subprodutos: *agências (operadoras), hotelaria e transporte, que se substancializam numa só imagem turística. Uma agência "vende" uma imagem do "contexto", a hotelaria coloca um tipo de hospedagem conforme um contexto específico e, o transporte irá adequar os meios ao contexto onde transita.* Estas três atividades compõem, numa visão macro, a atividade turística; estão intrinsecamente interrelacionadas, porém, suas organizações empresariais são estruturadas, organizadas e administradas diferentemente. Esta especificidade coloca nas instituições de ensino uma grande responsabilidade na boa imagem do produto turístico, pois deve enfatizar a necessidade de formar pessoas responsáveis pela *imagem global do turismo.*

Acompanhar as mudanças que ocorrem aceleradamente na realidade do mercado de trabalho; é preciso que as instituições pensem nas mudanças ocasionadas pela informática e preparar a mão-de-obra para uma concorrência que virá com a *globalização.* "... as empresas precisam criar condições para sedimentar a existência de gestão interna da tecnologia, além de promover a aquisição e a incorporação de informações e conhecimentos especializados. Embora a inovação tecnológica concretize-se no âmbito da empresa, ela depende das relações estreitas com instituições de pesquisa para a formação de recursos humanos qualificados..."⁷

Concluimos:

1) *saber* o "quantum" de conhecimento prático (trabalhar sobre o concreto) e "quantum" de conhecimento teórico (trabalhar com idéias, conceitos e simulações) exigem as diferentes funções que irão ser desempenhadas nos darão os currículos corretos para os distintos níveis que queremos formar.

2) *as instituições educacionais cumprirão seu papel social,* na medida em que poderão fornecer elementos mais capazes para fazer planejamentos, pesquisas e análises sobre a realidade dos componentes da atividade turística. Por outro lado darão suporte aos teóricos que nortearão as mudanças no conhecimento turístico, a fim de adequar continuamente os resultados obtidos à dinâmica da realidade.

Finalizando vamos citar um trecho do trabalho de Maculan e Baêta: *"Para criar... a capacidade de inovar, é necessário organizar uma dinâmica de aprendizagem que ocorre na base de uma ampliação das capacidades materiais de produção com a acumulação permanente de conhecimentos, habilidades e competências, incorporadas nos indivíduos e nas empresas... Embora a inovação tecnológica concretize-se no âmbito da empresa ela depende de relações estreitas com instituições de pesquisa para formação do recurso qualificado..."*

Prof. Dra. Sarah Strachman Bacal

Titular em Turismo. Chefe do Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo da ECA/USP.

Notas

1. William James, *The Principles of Psychology*, Nova York, Holt & Co. s.d.
2. Os objetos podem ser analisados de duas maneiras: o *objeto real* e a apropriação total de sua essência; o *objeto formal* é a abordagem específica de seu estudo.
3. Referimo-nos à teoria que resulta do contato com a realidade, da abstração de suas contingências e da generalização do que lhes é essencial. Assim fazemos leis que irão se encaixando nos alvéolos da trama teórica.
4. Anne Marie D. Maculan e Adelaide M.C. Baêta. *Uma Nova Perspectiva Organizacional: As incubadoras de empresas de base tecnológica em ambiente universitário*. O trabalho aborda aspectos relativos à capacitação e aprendizagem tecnológica e à transferência de conhecimentos das universidades às empresas que buscam responder às novas necessidades do processo de inovação. Anais da CLADEA 95, p. 200 e segs. FEA/USP, setembro de 1995.
5. Os atrativos culturais podem ser de ordem artística ou histórica.
6. Os estágios devem ser feitos em um tempo longo (no mínimo 6 meses), na área escolhida pelo aluno, e no final um relatório como trabalho de conclusão de curso. O relatório poderá ser substituído por um projeto simulado da abertura de uma empresa, inclusive com os custos de instalação de funcionamento. Caso o estágio seja feito em uma operadora ou agência, a organização de um roteiro completo (custos etc.) seria uma medida de aproveitamento do estágio.
7. Instituições que objetivam "formar formadores" — são as institucionais que tem como prioridade formar docentes e pesquisadores.
8. Anne Marie D. Maculan e Adelaide M.C. Baêta. Anais da CLADEA 95, FEA/USP, 1995.

Bibliografia

1. MACULAN, Anne Marie D. e BAÊTA, Adelaide M. Coelho. *Uma Nova Perspectiva Organizacional: As Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica*. Anais da Assembléia do CLADEA. SP. FEA/USP, setembro, 1995.
2. PARK, E. Robert. *A notícia como forma de conhecimento*. In *Meios de Comunicação de Massa*. Cultrix, São Paulo, 1972.

História em Quadrinhos e Sociedade: uma estreita relação

Marcelo Zikan

Há cerca de cem anos, junto com o cinema, nascia uma iniciativa pioneira, no gênero história em quadrinhos (HQ) no mundo. Foi a primeira *daily strip* (tira diária) com um personagem fixo: *Yellow Kid*. Um moleque Amarelo, criação de *Richar F. Outcault*, cuja publicação em 5 de maio de 1895 foi no *New York World* e tornou-se, de imediato, um enorme sucesso editorial. Havia na tira de *Outcault* todos os elementos da HQ moderna como balão de fala, personagens fixos, enquadramento e seqüência de desenhos. A partir de sua publicação, começa a produção de novos quadrinhos e há um grande incentivo na produção deste meio de comunicação.

É importante destacar e recordar alguns pontos: antes de 1895 já havia produção de histórias desenhadas em seqüência de quadros, que representavam fatos, narrativas ou simples ilustrações, algumas bem próximas das que vemos hoje, mas ainda desprovidas dos elementos caracterizadores da HQ. Contudo, há registros de *literatura em estampas*, de *Rudolph Topffer* em 1827; *As Aventuras de Nhô Quim* de Angelo Agostini (Brasil) em 1869, e muitos outros contendo elementos dos quadrinhos modernos, que foram *dragados* pela convenção favorável ao *Yellow Kid* como a primeira HQ a ser publicada com freqüência.

Os quadrinhos, desde seu surgimento na mídia, passaram a ser fator determinante na vendagem dos jornais. Desenhistas eram disputados a *peso de ouro* e a produção já ia ficando insuficiente para atender às inúmeras solicitações. Diante da popularização e da crescente *industrialização* na produção de histórias, surgem os *syndicates*, que são o pilar principal da consolidação dos quadrinhos no contexto social. Foram criados para reproduzir as HQ já conhecidas, elaborar novas e distribuí-las ao maior número possível de veículos. Por um preço acessível podia-se atingir inúmeras cidades e países, gerando lucros inimagináveis e elevando as HQ para o primeiro lugar em consumo dentre os meios de comunicação

de massa impressos (jornais, revistas, livros etc.). Para visualizar o que representa esse poderio, pode-se citar os, aproximadamente, 3 milhões de exemplares de HQ vendidos por semana no Japão, e ainda o início da Editora Abril — uma das maiores do mundo e a maior do Brasil — que teve como sua primeira revista *O Pato Donald* de *Walt Disney*.

Entretanto, ter uma boa distribuição de exemplares e ser *industrializado* seria condição suficiente para alcançar este expressivo e explosivo sucesso? A resposta é, não. As HQ possuem atrativos maiores do que apenas as suas excelentes estruturas de distribuição, para a consolidação de mercado. Os quadrinhos têm, realmente, a seu favor a força da democracia da *imagem* que permite a todos o acesso e a compreensão da mensagem (prioritariamente lúdica), sem a exigência de conhecimentos acadêmicos ou eruditos. A imagem pode ser vista por diversos ângulos, reorganizados em determinado espaço onde é estruturado um significado, que não fica restrito somente às palavras. Os quadrinhos estão sempre acompanhando as transformações sociais e adaptando-se as nuances do cotidiano que possam ocorrer. As HQ refletem, em seus quadrantes, a sociedade, seus costumes, sua cultura e suas vertentes políticas — a *magia* das HQ reside nestes quesitos. Não adaptar-se a novos conceitos, a novas realidades, seria como assinar a própria *sentença de morte* e deixar de lado o que caracteriza bem a Indústria Cultural: o apelo de identificação com sua época (com o contemporâneo).

Quando pensamos nos estudos da atualidade sobre culturas, impõe-se uma necessidade de linhas adequadas de materiais representativos das mesmas. Nesses estudos, a base é composta por materiais que indicam as tendências sociais do cotidiano de uma determinada cultura. Não se pode fazer uso somente de *clássicos* ou estudos anteriores que tenham sido ultrapassados pelas próprias mudanças da sociedade, que sofre forte influência da indústria de produção, promoção e distribuição da cultura de massa. Como cultura popular podemos considerar todas as formas culturais de nosso dia-a-dia: jornais, revistas, filmes, televisão e as HQ. Estas formas têm uma (remota) origem

folclórica e variam em graus de autenticidade, mas expressam, sobretudo, sentimentos populares e por vezes são a variação oficial idealizada inconscientemente por uma sociedade.

Entender as HQ é entender a sociedade vigente. É a possibilidade de identificar mudanças sociais de cada época, e o conhecimento de senso comum dos cidadãos. A história dos quadrinhos é rica em exemplos que ratificam o pensamento de identificação com o leitor e a sua época, vale destacar, somente dois, que resumem o quão adaptáveis as HQ podem ser: a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã.

No final da década de 30, os EUA ainda convalesciam da Grande Depressão, surgia na Europa o embrião da Segunda Guerra Mundial e, com ela, o temor de um mundo mergulhado nas trevas ditatoriais e do fim do ideal americano da democracia. Neste cenário, com o crescente apoio da opinião pública a entrada dos EUA no conflito eminente, as HQ se engajavam na corrente pela luta contra os Nazi-fascistas. Quando os EUA entraram na Guerra, com soldados e armas, os quadrinhos já estavam *lutando e falando* por seus *baldezinhas*, divulgando suas mensagens de propaganda ideológica. A Guerra ameaça a democracia americana e, para levantar o moral, só mesmo "super poderes" imediatos tiveram efeito de impacto. E os super heróis eram exatamente isso: agiam para o bem das leis vigentes, embora seus métodos não fossem tão legais ou ideais: matavam afim de preservar um ideário de paz mundial, por exemplo. Os quadrinhos, como brevemente foi visto, mesmo antes da entrada dos EUA na Guerra, já indicavam uma posição política de engajamento, refletindo uma atitude ideológica da população.

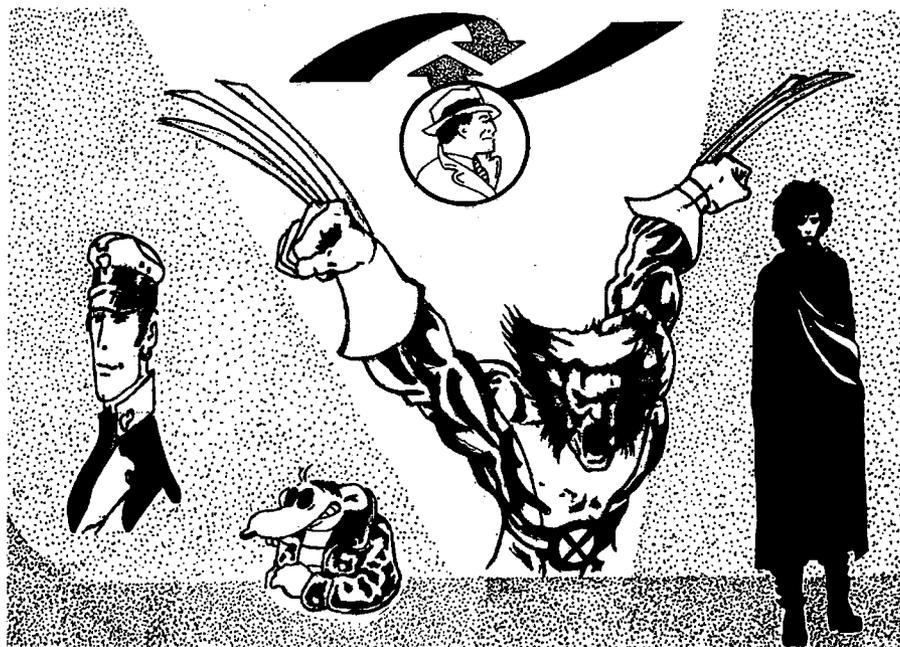
Em oposição a situação da Segunda Guerra, a opinião pública americana é contrária a Guerra do Vietnã, questiona o conflito e gera uma série de contestações ao *establishment* em todos os campos: político, estudantil, artístico e outros. Surgem os movimentos negro, da *pop art*, os *hippies* e os quadrinhos *underground*. Os quadrinhos *underground* rompem com as normas da estrutura vigente, são contestadores de sua época, pedem o fim da Guerra do Vietnã,

falam de paz e amor, amor livre, drogas, rock'n'roll e democracia racial. É o retrato mais fiel de uma época em toda a história dos quadrinhos. Nunca os jovens haviam se identificado tanto com personagens e mensagens. Com todas essas mudanças, as HQ sofreram grandes transformações. Os quadrinhos, no meio de toda essa ebulição, ficaram livres dos modelos impostos pelos *syndicates*. O palavrão é franqueado, não há censura para nada e o desenho fica mais livre. Além disso, não há regras para a publicação, a reprodução passou a ser permitida sem problemas de direito autoral, valendo somente a propagação das mensagens embutidas nas estórias. O sucesso foi grande, mas de marginal que era, foi engolido pelo sistema, e seus preceitos passaram a ser utilizados pelas grandes editoras e são a base para as HQ que se vê hoje.

Os dois exemplos utilizados serviram para apontar o grau de adaptabilidade das HQ a todos os eventos que ocorrem numa sociedade. Acompanhá-los e reproduzi-los é apoiar o interesse do público no seu conteúdo, é enfatizar a sua privilegiada situação como meio ou veículo de comunicação de massa. Entender as HQ é compreender a sociedade que nos cerca, onde estão retratados anseios, sonhos (voar, imortalidade, sucesso, fama etc.), o imaginário social e o senso comum dos valores: o certo e o errado, o justo e o legal, numa mistura de ficção, realidade e fantasia.

A sociedade, em vários momentos da sua história, não costuma reconhecer suas falhas, entretanto, quando as vê representadas, mais facilmente identifica-as. Quando as HQ se modificam e chegam a uma imagem próxima do real, seu espaço como forma artística é estabelecido e há um novo incremento na sua produção. A adaptação as mudanças sociais, sintoniza os quadrinhos com seu tempo, não dando margem a perdas mercadológicas. É preciso entender essas mudanças como respostas a um novo tempo, e a percepção que utiliza novas roupagens para os velhos mitos, que se revigoram.

As HQ alcançaram uma posição de destaque entre os meios de comunicação de massa no momento em que passaram a preocupar-se em ser o mais fidedignas possível a mensagem emanada da sociedade, retratada em suas estórias. Enquanto eram pensadas como mero divertimento (mais um entre tantos) os quadrinhos não valorizavam o seu potencial de comunicação (massiva) social. Gradativamente foi sendo aguçado o grau de percepção dos homens que comandavam e que descobriram não ser mais



possível prender-se a modelos estanques, rapidamente ultrapassados. A partir do momento que os quadrinhos são entendidos (ou decodificados) como uma possível, enriquecedora representação artística e, como tal, precisam comungar com os anseios de um público mutável (como é a sociedade) sua aceitação passa a ser imediata. **Toda forma artística para alcançar vulto em sua época, necessita caminhar ao lado das mudanças sócio-culturais que venham a existir, e destacar-se.**

O sucesso dos quadrinhos é resultado direto da identificação do veículo e seu público, uma resposta aos estímulos recebidos da sociedade. A caracterização dos quadrinhos como uma *sociedade desenhada* é oportuna e válida para a sua aceitação e propagação. Pode-se afirmar que esta integração quadrinhos-público consumidor (sociedade) é a equação responsável pelo reconhecimento da HQ como forma de expressão artística. Aliada aos fatos expostos, estão: a simplicidade e a lógica das imagens, que não olham grau de instrução ou nível intelectual das pessoas, sendo acessíveis a todos. É muito pouco trabalho identificar as razões da repercussão dos quadrinhos junto a sociedade.

É preconceituoso conceber as histórias em quadrinhos como algo menor ou ausente do repertório sócio-comunicacional. É renegar o factual, a história. A prática e o estudo acadêmico da comunicação não devem abster-se de nenhum segmento de expressão, informação e mensagem. É de fundamental importância pensar a comu-

nicação como um todo, verificando ligações estreitas entre os diversos meios. É duvidoso desconsiderar as HQ do campo da produção acadêmica, pois as mesmas oferecem um rico universo semiológico, inclusive, a ser explorado. É preciso repensar no âmbito do estudo formal e da pesquisa instituída, as HQ, a fim de colocá-las em seu lugar de fato, e de direito, no cenário das imagens ou expressões não-verbais que fazem falar silêncios de significação cultural ou social, no contexto do mundo interativo e das globalizações comunicacionais.

Marcelo Zikan Cardoso

• *Relações Públicas formado pela UERJ (1991),
Mestrando em Imagem e Som pela ECA/USP
(com ênfase em História em Quadrinhos).*

Bibliografia

1. CAGNIN, Antônio Luís. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.
2. CARDOSO, Marcelo Zikan. *História em quadrinhos: o reflexo da sociedade*. Rio de Janeiro, 1991. Monografia final, FCS/ UERJ.
3. DE MOYA, Alvaro. *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.
4. ————. *A história das histórias em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
5. ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
6. MARNY, Jacques. *Sociologia das histórias aos quadrinhos*. Porto: Livraria Civilização, 1970.
7. WITEK, Joseph. *Comic book as history*. Jackson: University of Mississippi, s/d.

LOGOS

Orientação Editorial/96

1. Considerações Gerais

Logos: Comunicação e Universidade é uma publicação semestral da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. A cada número há uma temática central que é focalizada para servir de escopo aos artigos, organizados por seções.

A revista se propõe a estabelecer intercâmbio de idéias e experiências no campo da Comunicação, Educação, Sociedade e Informação, preferencialmente. Sendo um periódico produzido no contexto do ensino público superior, a revista prioriza uma filosofia de socialização do conhecimento e uma política de extensão acadêmica na busca de diálogo interdisciplinar e interinstitucional, com parceiros ou agentes de ação: comunicacional - educacional, sócio-cultural, científico-informacional.

A orientação editorial a seguir deverá nortear as publicações, a partir de 1996.

1.1. Publicam-se trabalhos dos seguintes tipos:

- a) relatos de experiências técnico-científicas;
- b) comunicações sobre pesquisas;
- c) artigos, ensaios, revisões críticas de temas de comunicação, educação e afins;

1.2. As matérias serão apreciadas pelos editores;

1.3. Os textos serão revisados e, se necessário, sofrerão as devidas correções;

1.4. A revisão é de responsabilidade da equipe da revista;

1.5. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores;

1.6. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias desta revista, desde que citada a fonte.

2. Procedimentos Metodológicos

Lista-se abaixo o conjunto de procedimentos metodológicos estabelecidos para o encaminhamento dos trabalhos:

- 1 - Os trabalhos devem ser datilografados em papel A-4, espaço três, 72 batidas por linha, não excedendo 12 laudas (contada a folha de referências bibliográficas);
- 2 - O título do trabalho e o nome do autor, acompanhado da indicação da instituição a que está filiado, devem ser colocados em páginas de rosto separado do corpo do trabalho;
- 3 - As citações do texto deverão ser acompanhadas do sobrenome (s) do (s) autor (es) e números indicativos das respectivas referências bibliográficas (correspondência que deverá ser feita após a conclusão do artigo na folha final, elaboradas de acordo com as normas da ABNT - com indicativo de página e ano de publicação do trabalho citado);
- 4 - A bibliografia consultada (quando for o caso) deve ser apresentada também em conformidade com as normas técnicas da ABNT;
- 5 - As ilustrações, gráficos e tabelas devem ser apresentados em folha separada, no original, como um apêndice ao artigo (apenas a remessa), com as respectivas legendas e indicação de localização desejável no texto.;
- 6 - É desejável a apresentação de um breve curriculum vitae de cada autor, em folha separada do corpo do texto;
- 7 - Solicita-se a entrega do artigo impresso em duas (2) vias, acompanhado do disquete (Editor de texto Word for Windows 2.0 ou 6.0).

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Reitor

HÉSIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO

Vice-Reitor

JOSÉ ALEXANDRE ASSED

Sub-Reitora de Graduação

SANDRA MARIA CORREIA DE SÁ CARNEIRO

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

ROBERTO JOSÉ AVILA CAVALCANTI BEZERRA

Sub-Reitor de Extensão e Cultura

RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

MARIA LUCIA LEMME WEISS

Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Comunicação Social

LUIZ FERNANDO P. SANTOS

MANOEL MARCONDES MACHADO NETO

Chefe do Deptº de Jornalismo

HÉRIS ARNT TELLES

Chefe do Deptº de Relações Públicas

RICARDO FERREIRA FREITAS

Chefe do Deptº de Teoria da Comunicação

MARIA CLÁUDIA PEREIRA COELHO

Chefe do Deptº de Fundamentos da Comunicação

JOSÉ HENRIQUE DE CARVALHO

Coordenadora do Programa de Memória em Comunicação - PMC/Revista Logos

ANGELA DE FARIA VIEIRA

LOGOS

Editora: Angela de Faria Vieira

Co-Editor: Manoel Marcondes Machado Neto

Conselho Editorial: Angela de Faria Vieira, José Henrique de Carvalho, Manoel Marcondes Machado Neto,
Paulo Alves Barbosa e Ricardo Silva de Hollanda

Assessoria: Denise Oliveira e Eduardo Viana

Consultora para Política Editorial: Profª Drª Nelly de Camargo (UNICAMP)

Consultor para Estudos de Comunicação e Educação: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares (USP)

Consultor para Teoria da Comunicação: Prof. Dr. Ronaldo Helal (UERJ)

Ilustração: Marcelo Lima

Edição Visual: Contexto Comunicação - Tel./Fax: (021) 222-1632 - 242-2925

Av. Henrique Valadares, 23/902 - Centro - RJ

Impressão: Artis Artes Gráficas - Tel.: (021) 295-6748

Rua da Passagem, 151 - Botafogo - RJ

LOGOS: Comunicação e Universidade. ISSN 0104-9933
RJ, Faculdade de Comunicação Social/UERJ, nº 3, 1995.

- 1- Comunicação, Informação e Educação.
- 2- Fundamentos da Comunicação.
- 3- Comunicação, Cultura e Sociedade.
- 4- Memória em Comunicação.
- 5- Comunicação, Ciência e Consciência.

Endereço para Correspondência: PMC/Revista LOGOS - FCS/UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 - 10º andar - bloco A - sala 10029/A

Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.550-013 - Tel.: (021) 587-7312



As normas para o
Concurso LOGOS-ImaginAção / 96
serão divulgadas
na próxima edição.



10120012